

MARIA ESTER PEREIRA FORTES

ARTE E FESTA NO QUILOMBO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO TURÍSTICA DE UM BAIRRO RURAL DA MANTIQUEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Bela Feldman Bianco

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/08/2004


Prof. Dra. Rachel Meneguello
Matr. 15.279-0
Coordenadora da Comissão
de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

Onde: lê-se: "Bela Feldman Bianco"
Para-se: "Bela Bianco"

BANCA

Profa. Dra. Bela Feldman Bianco (Orientadora)



Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi



Prof. Dr. Heitor Frugoli Júnior



Agosto/2004

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: _____
T/UNICAMP F776a
V. _____ EX _____
TOMBO BCOI 15997
PROC 16.P.00129-08
C 8
PREÇO 11.00
DATA 19/03/08
BIB-ID 428123

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

✓ **F776a** **Fortes, Maria Ester Pereira**
**Arte e festa no quilombo: processo de construção turística de
um bairro rural da Mantiqueira / Maria Ester Pereira Fortes -
Campinas, SP : [s.n.], 2004. ✓**

Orientador: Bela Feldman-Bianco.
**Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cultura popular. 2. Turismo—Aspectos antropológicos--
Brasil. 3. Turismo—São Bento do Sapucaí (SP)—Brasil. I.
Feldman-Bianco, Bela. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Resumo

Divulgado como um centro de representação de 'tradições' camponesas e escravas, o bairro rural do Quilombo é considerado uma das atrações turísticas do município de São Bento do Sapucaí, no estado de São Paulo. Incluído nos projetos de consolidação do Turismo como atividade econômica privilegiada do município, o bairro se constrói, enquanto palco destas tradições, através da ação efetiva de moradores locais e de agentes culturais da região.

Acompanhando as ações de alguns destes moradores do bairro e de agentes culturais do município, desvendamos o entrelaçamento e os embates entre projetos de reorganização econômica regional e as expectativas e projetos locais. Assim, esta dissertação procura mostrar o papel desempenhado pelos grupos locais nos processos de re-ordenação econômica e de transformação da identidade local que atingem este, assim como tantos outros pequenos municípios do estado e do país através do turismo.

Abstract

The rural village of Quilombo is considered one of the turistic attractions of São Bento do Sapucaí, in São Paulo State, and have been publicized as a representative place of peasentry and slavery “traditions”. Included in the projects of consolidation of the turism as an important economic activity of the municipal district, the village build itself – in the sense of those traditions – through the efective action of local dwellers and of cultural agents from the region.

Following the action of some of those village dwellers or some of the cultural agents from the town, we can unveil the interactions and the struggles between these regional economic projects and the projects and expectations of the local population themselfe. This dissertation aims to investigate the role played by local groups on the processes of economical reorganization as much as on the transformations of local identity. Such changes reach not only this village and its county but many of other small counties in this state and even in the coutry, due to the touristic activity.

À
memória de
Isaura de Lima e Silva,
que tornou possíveis tantas memórias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meu agradecimento, em primeiro lugar, à Profª Bela Bianco, minha orientadora, pela seriedade e paciência com que acompanhou meu trabalho, pelo que muito lhe devo.

Aos professores do Programa que, de formas diversas, participaram das etapas de elaboração desta dissertação: Profª. Suely Kofes, que participou de minha banca de defesa da monografia com a qual me graduei, pelas observações sugestivas. Profª. Emília Pietrafesa de Godói, que participou de minha qualificação e compõe também a banca de defesa, pelas críticas e sugestões esclarecedoras. Profª. Silvana Rubino, pelas indicações de leituras e sugestões de novas questões.

Aos professores com quem cumpri meus créditos de pós-graduação, quero agradecer igualmente: Profª Heloísa Pontes, Profª Nádia Farage, Prof. Mauro Almeida, pelo ambiente estimulante e prazeroso de suas aulas.

Aos colegas da turma de mestrado: Daniela, Carolina, Alan, Augusto, Marcelo, Eduardo, Marconi, Gabriela, Alexandre e Érica pelos momentos de partilha.

Gostaria igualmente de manifestar minha gratidão às muitas pessoas de São Bento do Sapucaí com quem convivi ao longo destes anos, muitas das quais se colocaram à disposição para entrevistas em seus locais de trabalho ou durante seus momentos de descanso.

Agradecimentos especiais aos moradores do Quilombo: D. Lourdes que me abriu sua casa mais de uma vez. Ditinho Joana que tornava nossas entrevistas uma conversa fascinante, S. Toninho Joana e sua esposa, pela acolhida, Sidnéia, com quem muito aprendi sobre o bairro e D. Luzia e S. Joaquim que abriam para esta pesquisadora não só suas portas mas também o coração. A ambos, meus mais ternos agradecimentos.

Ao companheiro Jorge, pela infinita paciência com que suportou minhas ausências e meus retiros na frente de livros e computador e aos filhos Raoni, Gabriel, Cairê e Acauan pelo incentivo e apoio quando eu me encontrava mais desanimada, meu reconhecimento emocionado. A Valdeli, que dobrou sua jornada de trabalho enquanto estive envolvida com a finalização deste trabalho.

Aos funcionários da secretaria da pós e da biblioteca do IFCH, pela boa vontade que sempre demonstraram no atender minhas solicitações, às vezes fora de hora. A todos os que de alguma forma colaboraram para que esta dissertação chegasse a seu termo, agradeço.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
-------------------	----------



<i>vista da pedra do baú</i>	15
------------------------------	-----------

1 - O MUNICÍPIO E O TURISMO	15
------------------------------------	-----------

Turismo – que território é esse?	15
Turismo: uma atividade econômica	19
A estrutura turística local	23
Histórias do turismo em São Bento	25
A consolidação de uma nova história	28
A questão da sustentabilidade	36



<i>igreja matriz de São Bento</i>	43
-----------------------------------	-----------

2 – DEFINIÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA LOCAL	43
--	-----------

Alguns Embates:	43
A história como patrimônio	50
A saga da fundação	54
Novos personagens numa nova trama histórica	58
O passado versus o passado	65
Quilombo: as armadilhas do nome	69



capela do Quilombo

3 – O QUILOMBO CAMPONÊS

Espaço turístico e espaço privado no Quilombo	85
O Quilombo de que se fala – Ditinho Joana	86
O Quilombo de que se fala: uma comunidade Tradicional	93
O Tempo reconstruído.	100
Caipiras, roceiros, sitiantes...	102
Políticas locais	108
	110



bandeira de São Benedito - Quilombo

4 – REPRESENTAÇÕES DO QUILOMBO ESCRAVO

Considerações sobre relações raciais em São Bento	115
Entre tempos de festas	119
Um quilombo particular.	123
Entre tempos de festas - tensão e devoção	124
Entre tempos de festa - tempos novos	126
	135



Vista da pedra do baú

FINAL

BIBLIOGRAFIA

141
141
147

INTRODUÇÃO

Em meados de 1998, tive meu interesse despertado por uma pequena nota descritiva - em um artigo sobre a história do município de São Bento do Sapucaí, no estado de S. Paulo - acerca de um bairro rural do município, cuja origem estaria relacionada à doação de terras, por parte da igreja, a um grupo de ex-escravos expulsos das fazendas da região, quando da abolição da escravidão no Brasil. A nota dizia ainda que no bairro se conservavam 'tradições do século passado' e que o trabalho no lugar era feito em mutirão. Interessada à época, em desenvolver uma monografia de final de curso, este bairro me pareceu um objeto bastante instigante e decidi então conhecê-lo.¹

Em minha primeira visita ao local, pouco tempo depois, minhas primeiras impressões foram de frustração e desânimo, ao constatar que o Quilombo – este é o nome do bairro – era habitado por uma população branca em sua grande maioria. Não eram estes os 'outros' que eu havia imaginado investigar. Simultaneamente, pude constatar também que sua aparência em nada condizia com a imagem que eu construía, capturada pelas sugestões do texto, de um lugar onde 'tradições do século passado' pudessem estar preservadas. Seu aspecto físico e humano me pareceu absolutamente contemporâneo e semelhante a tantos outros bairros pobres das cidades do interior de São Paulo. Casas de alvenaria com janelas e portas de metal, antenas parabólicas nos quintais, bares e vendas anunciando coca-cola, rapazes ouvindo no rádio os últimos sucessos do momento.

A frustração inicial se transformou então em uma questão. Que lugar era aquele afinal? Por que merecera, entre tantos outros bairros do município, uma nota especial naquele texto? Com estas questões em mente, dei início às minhas pesquisas de campo. Rapidamente descobri que, naquele lugar, um grupo de moradores lutava arduamente para vê-lo transformado em um espaço turístico. Intrigada ainda com as referências sobre a origem do bairro minha monografia de

¹ Trata-se de um trabalho mimeografado, assinado sob o pseudônimo de "Sapucais", intitulado: *São Bento do Sapucaí: Fatos Históricos e seu quadro atual*, encontrado no Centro de Memória da Unicamp.

final de curso resultou numa análise de memórias dos moradores locais, na tentativa de encontrar nelas aproximações ou contraposições à esta suposta origem².

Parte de um município predominantemente rural – 55% da população de São Bento do Sapucaí vive hoje na zona rural, segundo dados do IBGE em 2000 – que se localiza na grande região ‘caipira’ do Vale do Paraíba, que por sua vez faz parte do circuito *country*-caipira do turismo no Brasil, o Quilombo é um dentre os muitos bairros rurais do município e vem se constituindo como uma de suas atrações turísticas mais importantes.³ Encontra-se a menos de três quilômetros do núcleo urbano e nele se chega por uma estrada de terra bem conservada que, saindo da cidade, serpenteia as beiras dos morros. Desta estrada se avista, ora à esquerda, ora à direita, as várzeas do vale do rio Sapucaí-Mirim, onde se cultivam a mandioquinha-salsa, o milho, o feijão e onde, há pouco mais de dez anos, dizem alguns moradores, plantava-se muito arroz. Da estrada se vêem ainda as encostas dos morros cobertas de bananeiras ou de capim para a pastagem.

O bairro possui um núcleo central formado pela capela de Nossa Senhora da Conceição, por uma praça gramada em frente à capela e pelas casas que circundam a ambas. Este núcleo constitui o patrimônio da Santa. Dentro deste patrimônio, além das cerca de 45 casas residenciais, existe uma escola de primeiro grau, uma creche, um bar ao lado da igreja e uma venda, onde, até 2000, funcionava o único telefone público utilizado pela grande maioria dos moradores.

O patrimônio da Santa ou a terra da Santa, como os de lá denominam esta área, é um terreno de mais ou menos dois alqueires em torno da capela. Estas terras foram doadas por um fazendeiro do bairro à igreja, em 1873 - como era usual na região - para que nelas se erguesse a capela do bairro. Com o tempo, esta área foi sendo ocupada por famílias de agricultores que construíam aí suas casas; a grande maioria delas em barro e pau-a-pique, como salientam seus moradores mais antigos. Como esta área pertence até hoje à igreja, a compra e

² *No Rancho Fundo: Lugares de memória no Bairro do Quilombo*. Apresentada em maio de 2000.

³ Segundo Farias (1997, 43-44) o turismo constrói, sobre o mapeamento geopolítico, uma ‘outra divisão regional do país’ redesenhada tematicamente e naturalizada através de folhetos publicitários, cadernos especializados em jornais diários, reportagens de TV, entre outros veículos. Neste mapeamento o ‘interior’ do Centro-Sul (São Paulo, Minas, Paraná e Mato Grosso do Sul) compõe o circuito *country*-caipira.

venda das casas instaladas nas terras da Santa são registradas num livro que permanece na igreja: o livro da Santa. Segundo declara um morador do bairro, o candidato a ocupar um terreno no patrimônio deve ser católico, casado pela igreja e disposto a educar seus filhos segundo os preceitos cristãos.

A prefeitura presta alguns serviços básicos aos moradores do bairro, principalmente aos que estão concentrados neste núcleo. Embora muitos no bairro utilizem ainda a água das muitas minas que brotam no lugar para o uso doméstico, a prefeitura oferece água encanada aos moradores e o serviço de coleta de lixo. Houve também um posto de saúde no bairro, há poucos anos, mas que hoje se encontra desativado. Talvez por conta destes serviços, comentam alguns moradores que há algum tempo a prefeitura quis regularizar a situação destes imóveis, ou seja: a igreja se disporia a abrir mão da posse da terra e cada um dos moradores poderia ser dono legal de sua casa. Os moradores, entretanto, recusaram a oferta, porque entenderam que, a partir disso, teriam que pagar tanto os impostos à prefeitura quanto as despesas cartoriais referentes ao registro de seus imóveis.

O bairro do Quilombo não se limita, entretanto, às terras da Santa. Seguindo pela estrada que parte da cidade, atravessa o povoado e segue em direção aos sítios (fora já do patrimônio da santa), podemos avistar um grande número de casas; a maioria delas muito simples. Situam-se na beira de caminhos que margeiam o ribeirão do Quilombo ou seguem em direção aos morros, como ruas de traçado irregular. Algumas estão bastante próximas umas das outras, outras um pouco mais isoladas. À medida que avançamos mais pela estrada principal o caminho vai se tornando mais íngreme e as casas vão se tornando mais esparsas. Estamos agora entre os sítios do Quilombo.

Não existem dados oficiais sobre a população do bairro. Sua população está incluída nos números da população rural do município e nem a prefeitura, nem a casa da lavoura possuem dados populacionais específicos para cada um dos bairros que compõem a zona rural. De acordo com Ditinho Joana (um de seus moradores) o bairro possui aproximadamente cento e vinte casas e quinhentos habitantes (1999). Concentrados a princípio ao redor da capela, no

terreno da Santa e, mais tarde, nos sítios loteados ao redor dele – concentrou-se no Quilombo uma população considerável de pequenos agricultores não proprietário que, num segundo momento, acabaram se empregando ora na construção civil, ora no comércio, quando não foram empregados como “camaradas da prefeitura”. No povoado vivem ainda alguns agricultores aposentados, e muitas das mulheres do lugar empregam-se como domésticas ou como operárias em pequenas indústrias das cidades vizinhas. Apesar desta diversificação, entretanto, a maioria dos moradores do bairro ainda lida com lavoura. Dentre estes, mais ou menos a metade é meeira ou arrendatária, alguns trabalham como ‘camaradas’ e os outros são pequenos proprietários. De um modo geral, entretanto, a população do bairro é muito pobre, contrastando com a população do bairro vizinho: o Paiol Grande⁴.

No Paiol Grande estabeleceram-se alguns dos primeiros empreendimentos turísticos do município. O Acampamento Paiol Grande existe no bairro desde a década de 1950 e o Hotel Estância desde os inícios da década de 1970. Através da estrada que atravessa o bairro chega-se também à pedra do Baú – um dos cartões postais da cidade, e à cachoeira dos Amores, a cachoeira mais próxima do centro da cidade. Por conta disso, o bairro teve seu acesso principal asfaltado e suas terras valorizadas (aqui se encontram também muitas casas de “veraneio”), mas ainda assim concentra um grande número de pequenos agricultores, boa parte deles vivendo do plantio de banana-prata.

Se o bairro do Paiol Grande possui algumas das atrações turísticas mais conhecidas de São Bento, o bairro do Quilombo, por seu turno é, ele mesmo, uma destas atrações já que, segundo os folhetos de divulgação turística, o bairro guarda diversas tradições que perduram ali desde o século XIX.

De que tradições, entretanto, o Quilombo é guardião? Que peculiaridade faz deste pequeno bairro rural o alvo da atenção dos visitantes e de que maneira tal peculiaridade é construída? O presente trabalho tem por objetivo acompanhar o

⁴ Assume a condição de *meeiro* o agricultor que planta em terra alheia em cujo arranjo o proprietário fornece a terra preparada para o plantio e a semente e cabe ao meeiro os cuidados de plantio, limpeza e colheita. Os resultados são divididos com o proprietário da terra. O *arrendatário* paga um valor fixo por alqueire ao proprietário, que não tem qualquer participação no plantio ou em seus resultados. O *camarada* é aquele que aluga sua mão-de-obra, recebendo por dia trabalhado ou por tarefa.

processo de construção deste bairro rural enquanto espaço turístico. Na mídia impressa, nos trabalhos de história local e nos folhetos turísticos seu nome aparece associado a duas tradições distintas, embora entrelaçadas: de um lado o Quilombo é considerado o guardião de costumes e tradições das populações camponesas ou caipiras que sempre fizeram parte da história do município e da região. De outro, o Quilombo é também parte da história dos negros escravos e de seus descendentes nesta parte do país. Assim, sua construção como espaço turístico se organiza em torno da 'invenção' e da objetivação destas 'tradições'.

Esta dissertação se constitui, de certa forma, num prolongamento daquele que foi um primeiro relatório sobre o bairro e suas memórias e que resultou em minha monografia de final de curso de graduação. Assim, minhas pesquisas de campo aconteceram em pelo menos dois momentos distintos: Durante o ano de 1998, aluguei uma pequena casa no bairro do Quilombo, nos fundos da casa de uma moradora do 'patrimônio da Santa' e aí, por quatro meses, passei períodos regulares, ainda que por não mais de uma semana contínua, visitando e entrevistando moradores e participando da festa da padroeira, assistindo às missas e participando de bingos. A partir de um primeiro contato no bairro, acabei sendo envolvida por uma rede de informantes, onde o primeiro me indicava um segundo ou me apresentava pessoalmente à ele, segundo meus interesses ou segundo o que cada um interpretava como sendo meu interesse no momento. Na cidade de São Bento o processo foi parecido. Falando primeiramente com a responsável pela Biblioteca Municipal fui conduzida à D. Isaura, aos arquivos da casa paroquial e da Câmara, a alguns moradores indicados como conhecedores de algum aspecto da história da cidade ou do bairro, e assim por diante. Desses contatos pessoais resultou uma experiência inesquecível.

Paralelamente às entrevistas e conversas informais com moradores do bairro e da cidade, pesquisei os arquivos da Igreja e da Câmara Municipal, o material disponível na biblioteca ou no cartório da cidade e busquei nos jornais da região e paginas de divulgação na Internet, dados que me dessem uma visão do turismo de São Bento a partir de fora das fronteiras locais.

Na segunda etapa de minhas pesquisas de campo, a partir de 2000, as visitas foram menos regulares, ainda assim participei diversas vezes da festa do 13 de maio, uma vez da festa de São Benedito na cidade e fui à casamentos de pessoas já amigas do bairro. Fiquei hospedada na cidade durante os dias de semana por mais de uma vez, para estabelecer contato com a prefeitura, a secretaria de turismo ou a casa da agricultura; conversei com donos de pousadas e comerciantes locais e tive contatos com alguns poucos moradores de outros bairros rurais. Destas muitas visitas, entrevistas, conversas informais e do material pesquisado nos jornais e arquivos resulta esta dissertação. Voltemos, pois, à ela.

A vida no campo aparece, no imaginário explorado pela atividade turística, como sinônima de tranquilidade e de proximidade com a natureza. De maneira similar, o ritmo das cidades pequenas se associa à perspectiva de um céu mais limpo, um ar mais puro, do consumo de alimentos não industrializados, produzidos pelas mãos cuidadosas de pessoas que conhecem os momentos do plantar, colher e preparar, em fogo lento do fogão à lenha, o alimento restaurador. Simplicidade, ausência de violência, de trânsito engarrafados, do excesso de demandas de consumo e de preocupações, são alguns dos mitos de felicidade e equilíbrio associados ainda à vida rural ou à vida das pequenas cidades interioranas.

A oposição entre campo e cidade é recorrente na cultura ocidental. Raymond Williams (1990) percebe nela a linguagem através da qual a literatura na Inglaterra expressava determinadas contradições sociais produzidas pelo capitalismo. Sobre ela se funda também a percepção ocidental acerca da natureza que, de *locus* da rusticidade e do inculto, passa a ser associada à idéia de saúde física e moral bem como ao lugar ideal para a contemplação da obra divina.⁵

A mistificação da natureza na contemporaneidade tornou-se linguagem corrente no interior da qual se expressam o desencanto com as promessas não cumpridas do capitalismo e da ciência, a sensação de ‘desenraizamento’

⁵ Thomas, Keith, 1987. Cap. VI

produzida pelos processos produtivos e culturais modernos e mesmo a oposição às crescentes desigualdades na balança política e econômica mundial provocada pela disseminação do liberalismo econômico e agravada nas duas últimas décadas. Mundializada, seus símbolos estão presentes na mídia, se vinculam a disputas políticas, e são apropriados pelo mercado de bens simbólicos dando origem a produtos diversos e a determinados estilos de vida. Símbolos inteligíveis a todos os que têm acesso aos bens disponibilizados pelo capitalismo globalizado.

A oposição cidade e campo, em suas múltiplas significações, se encontra na base da construção da zona rural e das pequenas cidades como objetos de contemplação turística. O turismo em cidades pequenas do interior paulista e mineiro se vale deste conjunto de significados para chamar e atrair a atenção de seus potenciais consumidores. Estando ao lado de Campos do Jordão, onde a própria atividade turística operou uma transformação na primitiva paisagem bucólica de montanha, transformando a antiga vila num agitado centro comercial - por onde circulam milhares de pessoas durante toda a temporada - a cidade de S. Bento potencializa o contraste entre as duas cidades para chamar a si os pontos positivos de seu jeito interiorano de cidade de lavradores. As fotos que ilustram os guias e folders de propaganda turística ressaltam as igrejas e festas religiosas; os limites da cidade emoldurada pelas elevações da Mantiqueira; pequenas casas rústicas em meio às trilhas no campo; o artesanato desenvolvido a partir de matéria prima não industrializada como palha, madeira e fibras vegetais; um fogão à lenha e um forno caipira; a paisagem natural avistada das janelas das pousadas e restaurantes; cachoeiras, cavalos e formações rochosas.

As imagens e o discurso construídos pelo turismo sobre a cidade de São Bento e seus arredores omitem qualquer interferência que macule a imagem que se quer projetada: nelas não aparecem, portanto, as máquinas agrícolas, os carros barulhentos que invadem o centro da cidade no sábado à noite, os caixas eletrônicos dos bancos instalados na cidade. Quando não escamoteia, a propaganda turística pinta com cores suaves e harmoniosas o trabalho árduo e incerto do lavrador, a precariedade de sua morada, o sabor 'peculiar' de sua

culinária, sem que transpareçam nestas representações as tensões próprias da atividade rural: as relações de poder e subordinação entre campo e cidade, as dificuldades de crédito, a penúria que não permite a melhoria das condições de moradia ou da alimentação, ou as limitações do acesso à terra.

Mais do que isso, entretanto, estas imagens e discursos criam uma outra ilusão: a de restauração do passado. A vida cabocla, a vida interiorana, a 'paisagem' rural que se vende, em especial no bairro do Quilombo, está num certo sentindo, localizada em algum ponto indefinido do passado. O bairro do Quilombo que o turista procura lhe aparece como congelado, ou antes, estável na repetição anual de suas festas, nos ciclos agrícolas de plantar e colher e no fazer de sua arte.

O fenômeno de transformação do bairro do Quilombo em guardião de 'tradições' camponesas ou escravas não pode ser entendido em sua totalidade, portanto, se deixarmos de considerar processos mais amplos que fazem do turismo uma opção econômica privilegiada dentro da organização capitalista contemporânea.

Diante disso, o primeiro capítulo desta dissertação se constitui em uma reflexão sobre esta atividade. Num primeiro momento, esta reflexão diz respeito ao modo como este campo de atividade se organiza. Tomada como um intervalo de 'não-trabalho' entre tempos de trabalho, a prática turística se estrutura em torno da construção de 'alteridades' que permitam aos seus consumidores vivenciar esta atividade como um salto, ainda que momentâneo, para a dimensão do não cotidiano. A construção desta 'alteridade' se vale de projetos de unificação da nação que elegem certas práticas e lugares como símbolos da nacionalidade; da produção e circulação de bens culturais e da intensificação da circulação de pessoas, de informações e de bens econômicos e simbólicos, que constituem a experiência contemporânea. Num segundo momento o turismo é pensado enquanto atividade econômica. Como tal, responde a um re-ordenamento da produção capitalista, que traz em seu bojo o desmonte da estrutura industrial clássica como modo privilegiado de produção, a volatilidade do capital e a

expansão do setor de serviços; bem como uma demanda crescente por bens culturais e pelo consumo visual de 'singularidades'.

Dentro destas condições, o turismo emerge como a grande promessa econômica para um sem número de lugares em todo o planeta assim como para o Brasil, onde projetos de desenvolvimento regional privilegiam as especificidades de cada lugar, estruturando-os de modo a que se insiram, a partir desta nova lógica, no mercado capitalista globalizado. Assim, o município de São Bento do Sapucaí, que já era considerado pelo estado como estância turística desde 1967, se mantém como um município de economia predominante agrícola até meados da década de 1980, quando a região do vale do Paraíba repensa a inserção de seus municípios no sistema econômico através do turismo e a administração municipal local passa a considerar a possibilidade de investir nesta modalidade econômica.

Mas como se dá o processo de inserção do município de São Bento do Sapucaí neste universo? Que singularidades serão recortadas de sua organização social e espacial, afim de que esta inserção se concretize? A resposta a estas questões serão buscadas no segundo capítulo, onde acompanho algumas ações da administração municipal e de outros agentes locais, na formulação de um projeto de consolidação do município de São Bento do Sapucaí como espaço turístico e mostro como alguns projetos nacionais e regionais são aqui colocados em ação. Dentro deste contexto, as iniciativas de uma historiadora local, D. Isaura, merecerão especial atenção. Atuando junto à prefeitura entre meados dos anos 1990 até o ano de 2000, sua proposta consistia em explorar as potencialidades históricas do município investindo seus esforços, portanto, na construção de uma história local. Ao ampliar o repertório histórico disponível na cidade, D. Isaura se constitui ainda hoje em uma referência importante no tocante ao uso deste repertório como forma de construir a especificidade do município dentro deste mercado.

A partir deste mesmo ponto de vista, D Isaura dedicou especial atenção às potencialidades oferecidas pelo bairro do Quilombo. Foi aqui que ela atuou de maneira mais sistemática como agente de organização da atividade turística. O

final deste capítulo é dedicado a tecer algumas considerações sobre as armadilhas e possibilidades colocadas pelo próprio nome do bairro, *Quilombo* que, por condensar uma gama variada de significados, oferece a possibilidade de múltiplas leituras e de múltiplas associações com a história que o bairro vem sendo chamado a representar. Mais uma vez, D. Isaura oferece sua versão sobre a origem do bairro, que vem reforçar e mesmo legitimar o bairro como parte da história da escravidão no município e na região.

E é através dos esforços desta historiadora que chegamos afinal ao bairro do Quilombo. Como vimos no início desta introdução, o Quilombo é um bairro rural onde se concentra uma população formada em grande parte por uma população branca ou mestiça, cuja origem está vinculada ao trabalho na agricultura. Por outro lado, o bairro se vincula a um repertório de narrativas reproduzidas por uma certa tradição oral, que tem seus defensores principalmente entre moradores da cidade, por jornais da região, por historiadores locais – dos quais D. Isaura é a figura mais representativa – e por materiais de propaganda turística, que explicam sua origem com base nas sugestões que o próprio nome do bairro condensa e que são constantemente recriadas e reinterpretadas. A partir do impasse criado por estas circunstâncias, ou seja, a partir da existência de um *Quilombo* habitado por brancos, é que se tecem as objetivações da história neste espaço.

Entre os moradores do bairro encontramos um escultor de grande prestígio na cidade e na região, Ditinho Joana - ele também um ex-agricultor do bairro - cujos trabalhos em madeira expressam cenas do cotidiano camponês. Seus esforços para transformar o bairro em um reduto de arte e artesanato vêm de longa data. Em torno de sua figura se consolidam as representações do Quilombo como um espaço de tradições oriundas da cultura caipira ou camponesa.

Assim, no terceiro capítulo, retomo a trajetória de Ditinho Joana e suas iniciativas no sentido de imprimir a este espaço as qualidades que considera como representativas do universo rural. A partir delas somos colocados em contato com os elementos que são privilegiados na objetivação deste mundo camponês do qual ele se coloca e é colocado por outros agentes locais e de fora, como um

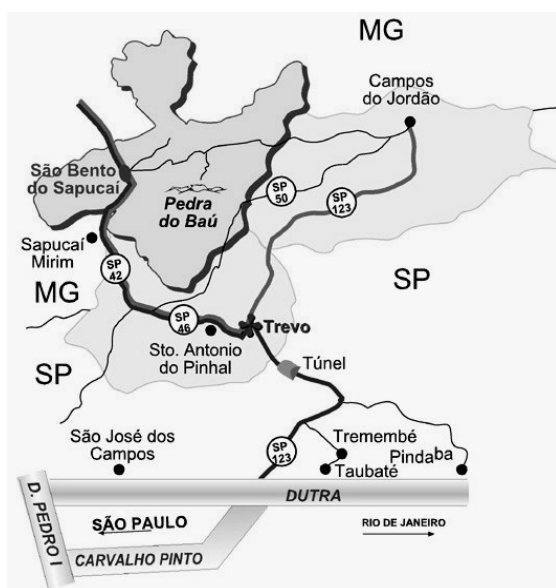
guardião. A partir de suas iniciativas nos vemos ainda diante dos embates locais entre instituições como a igreja ou a prefeitura e os interesses dos próprios moradores. Considerado como um líder da ‘comunidade’ do Quilombo, este escultor vê o monopólio de seu prestígio no bairro abalado pela emergência de um grupo familiar de negros, liderados por D. Luzia, que vem assumindo há alguns anos, graças a sugestões de D. Isaura, a tarefa de representar as memórias da escravidão de que o bairro é considerado um representante; convertendo o Quilombo num palco de disputas, ainda que sutis, em torno da legitimidade das representações que cada um destes atores elabora.

A consolidação do Quilombo como um espaço de representação da história da escravidão na região é o tema do quarto e último capítulo desta dissertação. Atravessadas por uma assimetria de poder dentro do bairro, estas representações se concretizam a partir da organização de um evento anual, a festa do 13 de maio, quando então o bairro se converte em um ‘autêntico’ palco de afirmação da identidade negra por parte destes moradores, ao mesmo tempo em que reafirma e justifica as muitas narrativas que associam seu nome à trajetória de negros escravos na região.

Com isso esta dissertação pretende mostrar de que maneira alguns agentes sociais locais contribuem para oferecer ao município em geral, mas de forma especial ao bairro do Quilombo, sua configuração e sua identidade específicas no que tange ao modo como a atividade turística vem se organizando neste lugar. Se o papel organizador do estado e as deliberações da administração local são decisivos na viabilização de alguns projetos, cabe entretanto às ações de pessoas como D. Isaura com suas reconstituições históricas, Ditinho Joana com seu projeto de transformar o bairro num reduto de arte e artesanato e à D. Luzia com seu imenso desejo de trazer sua contribuição para o ‘progresso’ do bairro, a conformação específica e a ‘singularidade’ que fazem do bairro do Quilombo um destino turístico cuja popularidade tem extrapolado as fronteiras da região.



Localização do Município





1 - O MUNICÍPIO E O TURISMO

Turismo – que território é esse?

Mas, afinal de contas, o que é o Turismo? Do que se nutre esta atividade? Através de que conjunto de representações sociais ela se insere no cotidiano a ponto de se tornar uma prática cada vez mais difundida?

Ortiz utiliza-se da experiência da viagem como uma possibilidade de refletir sobre a prática turística e sua legitimação. Viagem como sinônimo de aventura e de encontro com a diversidade. Viagem em sua acepção romântica. Tomada nesse sentido, concebe sua gênese em proximidade com a etnografia. Uma aproximação no tempo, porque ambas são gestadas no seio da modernidade ocidental, mas principalmente uma aproximação através do objeto que suscita seu movimento: ambas as práticas requerem a presença de uma alteridade. Ambas dependem, ainda, de um deslocamento : a um outro território, outra lógica, outro olhar (Ortiz 2000, pág. 33).

A experiência romântica da viagem, por seu caráter de intervalo entre dois referenciais - o da partida e o da chegada – é vivida como um rito de passagem. Suspenso entre esses dois momentos, o viajante é um forasteiro, uma figura liminar. Distante de seu próprio meio social - de seu território - ele não faz parte da paisagem na qual se encontra. Desobrigado de cumprir os rituais e as rotinas diárias que seu cotidiano impõe, o viajante tem o sentido aguçado para as diferenças perceptíveis na paisagem natural tanto quanto na paisagem humana. Porque o espaço percorrido pelo viajante é descontínuo – constituído de territórios particulares interligados pelo movimento do próprio viajante – existe um

contraste entre o território visitado e o viajante que o contempla. Desse contraste se nutre o viajante. Tal contraste, propiciado pelo deslocamento físico, ofereceria ao viajante o espaço de aprendizagem sobre o outro e sobre si mesmo.

Assim também olhar etnográfico que desvela, constrói uma lógica dentro da qual o 'outro' é, a um só tempo, distinto e semelhante. Revelado enquanto entidade distinta do universo daquele que olha e lê esse outro, o objeto do etnógrafo deve ser construído a partir do seu caráter de estranheza. Entretanto, esse mesmo objeto é passível de reconhecimento enquanto um 'mesmo' – porque portador de uma lógica desvendável, porque reconhecível enquanto uma configuração distinta das mesmas peças de um caleidoscópio; enquanto possibilidade emersa de um universal que abarca todas as possibilidades como marcas distintivas do 'humano'. Pensemos em Malinowski, descrevendo aos seus leitores sua permanência entre os Trobriandeses que, representados ao largo das ambigüidades colocadas pelo contato colonial, não deixam de aparecer aos leitores como um modelo romântico do bom selvagem: exótico em suas idiossincrasias, mas reconhecidamente humano em suas necessidades e fazeres cotidianos.

Se a experiência turística guarda semelhanças com este imaginário romântico acerca das viagens e do encontro com a alteridade, guarda também distinções muito marcadas. Também o olhar do turista – viajante da contemporaneidade - é construído por meio da diferença. Urry dirá que a experiência turística pressupõe um contraste, mas não mais um contraste entre territórios descontínuos. A experiência turística se concretiza na medida em que se diferencia do seu oposto, ou seja, das formas não-turísticas de experiência e de consciência social :

“Este olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através de contrastes implicados com práticas sociais não-turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado.” (Urry 1999 , pág. 16)

O universo das práticas cotidianas de trabalho e de condução das atividades necessárias à satisfação das necessidades individuais ou coletivas informam portanto, o que a prática turística não deve ser. Complementares em sua oposição, o mundo do trabalho e das relações cotidianas e as atividades de lazer e entretenimento, das quais o Turismo é um componente, conformam uma certa totalidade que define pois o ‘modus vivendi’ daquela parcela da população integrada de maneira privilegiada na dinâmica mundial de produção e demanda de bens simbólicos⁶. Podemos pensar que esta oposição se funda nas dicotomias obrigação/prazer e ordinário/extraordinário. A experiência turística se estrutura em torno de uma intensificação do prazer, envolvendo os vários sentidos numa escala diversa daquela experimentada no dia-a-dia. (Idem, pág. 18)

À indústria turística cabe por um lado, assegurar a descontinuidade entre o espaço do cotidiano e aquele que se torna objeto de contemplação ou gozo turístico e por outro, aparar as arestas dessa mesma diferença, oferecendo aos viajantes uma “linguagem” comum dentro da qual as diferenças se tornem não só inteligíveis mas, de certa maneira, semelhantes ao universo do viajante. Oscilando entre um ‘outro’ e um ‘mesmo’, a atividade turística se funda na existência e no esforço de construção da alteridade enquanto, simultaneamente, torna-a portadora de uma lógica apreensível para aqueles que irão contemplar esta alteridade através da vitrine preparada por essa prática. Podemos dizer que o Turismo, como outras práticas de entretenimento e lazer, constrói, sobre o espaço das relações cotidianas, da ordem estatal e da sociedade nacional, um outro território. Um território que estabelece seu nexo com o universo das relações ordinárias (em especial aquele dos grandes centros urbanos) ao compartilhar com ele tanto da morfologia quanto do mito de uma sociedade planetária. Neste terreno comum estabelece-se o fórum de entendimento entre os espaços, a princípio descontínuos, do viajante e seu anfitrião. (Farias,1997 56/57)

⁶ Edson Farias (1997, pág. 46) localiza a legitimidade do campo de atuação turístico “...sob a égide do valor conferido nas ordenações societárias contemporâneas, à experiência de lazer e diversão, referendando no primado da “felicidade” e “bem-estar” individuais, tanto à produção de bens e imagens de diversão (mercadoria-signos), à apreciação e uso/consumo como `a prestação de serviços estético-culturais e de lazer e diversão”

Por outro lado, a malha que confere espessura e concretude a um tal território, se tece sobre relações complexas de interdependência entre projetos de unificação da nação, de desenvolvimento regional, de interesse econômico de cunho privado e de circulação da produção de bens simbólicos, dentre outras condicionantes. Aquilo que Urry designa como ‘olhar do turista’, se constrói na interseção desses condicionantes e participa da intensificação dos fluxos de informação, de pessoas e de bens materiais e simbólicos que caracteriza a experiência contemporânea .

“Os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e vídeos, que constroem e reforçam o olhar”. (Urry 1999, pág. 18)

Esse olhar é construído através de signos e o turismo abrange uma coleção de signos. O turista se interessa por tudo como um sinal da coisa em si. Assim, seguindo a lógica de Urry, diríamos que o Turista, ao olhar para uma pequena casa rural, percebe nela a ‘vida boa e simples do campo’. A profusão de símbolos e significados que circulam no campo social, através dos meios de comunicação, da circulação de bens e de pessoas oferece ao turista o conteúdo com que decifra os signos oferecidos à sua contemplação, mas também o conteúdo através do qual o turista interpreta outras experiências que o interpelam durante a viagem. Um passeio de barco, a audição do canto de uma ave, a caminhada pelas ruas de uma cidade histórica ou por uma trilha na mata possuem, para o turista, significados que extrapolam a experiência imediata do que está sendo vivido.

É, pois, a partir desta perspectiva, que procurarei interpretar os esforços do município de São Bento do Sapucaí, através de alguns agentes específicos, no sentido de construir-se como um lugar turístico. Esta construção se vale, por um

lado, de um conjunto de símbolos que associa a convivência com o mundo natural com idéias de equilíbrio, de tranquilidade, de saúde e bem estar; e por outro de um imaginário que tece oposições entre a vida rural e a vida urbana, entre a vida nas pequenas cidades e a vida nas grandes metrópoles. A manipulação deste imaginário pela propaganda turística busca atingir uma classe média voltada para este turismo de aventura, ou turismo cultural. Em São Bento estas atividades incluem caminhadas pela zona rural, visita a sítios e fazendas, passeios a cavalo, banhos de cachoeira e mesmo uma subida à pedra do Baú. Não podemos esquecer, sem dúvida, uma viagem pelo tempo, propiciada pela visita às ruas e igrejas do centro ou ao Bairro do Quilombo, onde as “tradições” populares camponesas podem ser apreciadas em toda sua *autenticidade*...

Turismo: uma atividade econômica

A atividade turística se constitui na grande promessa econômica da contemporaneidade, consolidando-se como um dos setores da economia mundial que mais se expande. De fato, essa atividade se apresenta como a única possibilidade de desenvolvimento econômico para países, regiões ou lugares os mais diversos. No tocante ao Brasil, com a retração da atividade industrial e a atual crise econômica, presenciamos os constantes esforços de cidades de todos os pontos do país em divulgar suas ‘particularidades’, centradas quer na paisagem, quer na história preservada em uma arquitetura peculiar, quer nas manifestações culturais consideradas como típicas da região. Basta folhearmos os jornais e as revistas, navegarmos pela Internet ou assistirmos à TV, para nos depararmos com notas, notícias e imagens das belezas e riquezas as mais variadas, dos mais variados pontos do país: a visão serrana de um, a fauna exuberante de certa região, o sabor exótico da culinária daquela cidade, o artesanato produzido pela população local, a concentração industrial de um dado produto em outro, etc. Pontos tradicionais de interesse turístico, como as regiões serranas, os sítios históricos ou as cidades litorâneas – que eram consideradas como possuidoras de uma vocação ‘natural’ para o Turismo – hoje dividem a

preferência dos turistas com outras tantas cidades que estão incluídas nos roteiros turísticos há menos de uma década. (Luchiari, 1999)

Evidentemente este não é um fenômeno especificamente brasileiro, mas uma vez mais nos conecta com um conjunto de reordenações econômicas, políticas e culturais, que atingem de forma desigual, mas inexorável, todas as regiões do planeta, gerando formas de exploração turística que se valem das mais variadas atrações e que pode ainda multiplicá-las ao infinito.

O desenvolvimento do turismo contemporâneo acompanha as mudanças na organização da produção capitalista, segundo Urry. Segundo esta perspectiva, o Fordismo, característico do avanço do capitalismo na modernidade, que se estrutura sobre o princípio da racionalidade da atividade produtiva (organização taylorista), previa a divisão do trabalho intelectual e manual, a mecanização do processo produtivo, a padronização do produto final e a produção em massa, tinha como contrapartida, a expectativa do consumo em massa.

O controle sobre o tempo do trabalhador, que também integra esse momento da produção capitalista, obedece, portanto, a uma razão que tanto aposta na maximização do controle da produção, quanto prevê um tempo de lazer, dentro do qual o trabalhador possa se realizar também como consumidor. É neste período que alguns autores (Campelo, 1999; Donaire 1998) localizam a explosão do Turismo como Indústria. O turismo se institui, pois, na esteira da institucionalização do 'tempo de descanso' do trabalhador inserido no processo produtivo industrial. Os lugares de turismo se organizam segundo a mesma lógica de padronização e maximização de recursos já presente no processo de produção industrial. O chamado Turismo de 'massa', que oferece um mesmo tipo de produto e serviço ao maior número possível de turistas e que procura explorar os recursos turísticos da maneira mais intensa possível, representa o modelo turístico desta lógica. A oferta turística se especializa *“...a partir de poucos recursos naturais (praia ou montanha), numa oferta caracterizada pela homogeneização. O destinatário é visto como uma massa informe...”* (Campelo, 1999) Ainda, para este autor *“O principal objetivo do turismo de estrutura tradicional foi a maximização do número de visitantes. A lógica do número foi a principal responsável dos*

processos de degradação ambiental... O modelo caracteriza-se por uma extrema concentração da oferta turística, em termos geográficos, à volta de um elemento de atração. Daí uma saturação à volta do espaço de atração." Complementarmente, Farias (1997) interpreta este movimento de organização da atividade turística como parte daquilo que Norbert Elias chamou de 'Processo Civilizador': como outras formas de lazer organizadas, dentre as quais estaria a prática de esportes, o turismo buscaria disciplinar também o ócio - tempo do não-trabalho.

A partir da crise capitalista dos anos setenta, toda a lógica que rege a acumulação fordista, assim como a ideologia a ela subjacente, passam a ser questionadas, sendo este o período de inflexão entre dois padrões de acumulação capitalista. A economia capitalista, que vinha apresentando taxas de crescimento surpreendentes desde o final da Segunda Guerra Mundial, revela sua incapacidade de continuar a promover o crescimento econômico e a manutenção da realização de lucro na crise detonada pelos problemas do petróleo. Inaugurar-se-ia então, um novo período caracterizado pela inflação, desemprego estrutural, déficit público e recessão. A saturação dos rígidos padrões da acumulação fordista e de suas forças produtivas cede vez a um novo conjunto de forças produtivas como a micro-eletrônica, as biotecnologias e a sofisticada estrutura de serviços organizados em um novo padrão flexível de acumulação capitalista. A informática, a qualidade, a automação, as redes de mercados, a logística, a terceirização, o marketing, as sub-contratações, as franquias, o decréscimo numérico do proletariado e a desindustrialização desenham um novo mundo, novos estilos de vida, novos padrões culturais e estéticos. (Harvey, 1990)

Paralelamente a esta flexibilização e volatilidade do setor produtivo e ao crescimento do setor de serviços, novas classes de consumidores emergem e o produto turístico também se flexibiliza para atender a esta nova demanda. (Urry, 1999) Nasce, segundo Campelo (1999) a 'singularidade' como orientadora da oferta turística. Os produtos maciços são substituídos por produtos específicos, direcionados para segmentos específicos da população. O turismo amplia suas fronteiras, conjugando velhas práticas com novos espaços, diminuindo as

distinções entre setores antes diferenciados, como turismo e comércio, turismo e práticas desportivas, turismo e trabalho, turismo e cultura, etc. Dentro deste novo contexto, o turismo promove também uma redefinição do conceito de autenticidade ao celebrar, no bojo de suas práticas, aquilo que Umberto Eco chamará de hiper-realidade e ao promover a reinvenção das identidades locais. (Campelo, 1999; Urry, 1999) Surgem novos ‘cenários’ para o Turismo, que se afirmam sobre os tradicionais. A busca crescente pela ‘singularidade’ faz, de qualquer lugar, um lugar em potencial para a exploração turística. (Urry, 1999)

A expansão do setor turístico por um lado, responde a esta demanda por ‘paisagens’ cada vez mais diversificadas e por outro, se constitui numa alternativa econômica para muitos lugares, num momento em que a indústria, grande geradora de empregos para a população e de renda para os cofres públicos até meados dos anos setenta, passa a se organizar sobre novas bases e deixa de representar a promessa de ‘desenvolvimento’ que representou até então.

Dentro deste novo modelo, a atividade turística não se apresenta de maneira padronizada em todos os lugares onde está presente. Aquilo que chamamos de ‘Indústria Turística’ se organiza a partir da concatenação de outros tantos setores da economia : o setor de transportes, de comunicação, de construção civil, de prestação de serviços, de entretenimento etc.. Assim, de acordo com a ‘opção’ turística de cada localidade, a demanda por esses serviços e portanto, o incremento destes setores varia consideravelmente. Entre o chamado ‘turismo popular’, característico principalmente das regiões litorâneas - pólo de atração de um grande contingente de pessoas durante o verão - e o ‘turismo alternativo’ , como é o caso do turismo ecológico, ou daquele baseado em certas atividades esportivas, por exemplo, encontramos uma gama extensa de matizes, no tocante aos investimentos destes setores que apóiam a atividade turística. Estes serão pois, maiores ou menores, na medida das potencialidades do local para atrair um maior ou menor número de pessoas e na medida das expectativas que a própria natureza da atividade turística eleita desperta em seus consumidores.

Assim como a demanda por infra-estrutura para apoiar a atividade turística varia de lugar para lugar, assim também varia o impacto que a atividade turística causa na rotina das populações moradoras de cidades ou regiões turísticas. Esses impactos são sentidos em diversos níveis: na reordenação espacial, que não só opera uma mudança na paisagem, mas redefine os usos de lugares antes ocupados por uma parcela da população local, como no caso do Pelourinho, em Salvador, da crescente ‘privatização’ das praias em Ubatuba, dos sítios em torno da represa Atibainha, em Nazaré Paulista, dentre tantos outros lugares; no aumento da demanda por serviços públicos como água, energia, pavimentação, coleta de lixo, etc.; na sazonalidade da oferta de empregos, que faz com que muitos moradores locais fiquem sem trabalho fora das temporadas; na pressão sobre os preços de aluguéis, gêneros alimentícios e outros bens; na convivência com outros padrões comportamentais adotados pelo turista que se encontra longe das regras do trabalho e das imposições de seu próprio meio social. (Luchiari, 1999)

A estrutura turística local

Localizado na região do vale do Paraíba, entre Pindamonhangaba, Campos do Jordão e as cidades mineiras de Sapucaí-Mirim, Paraisópolis e Brazópolis, São Bento do Sapucaí ocupa uma área de 251 km² no vale do rio Sapucaí-Mirim entre elevações da Serra da Mantiqueira, a uma altitude média de 900 metros. Eugênio Egas (1925) descreve sua topografia:

“É em geral montanhoso e não dispõe de grandes mattas, além das que cobrem parte das serras que o atravessam. (...)Atravessado pela serra da Mantiqueira, que o separa de Pindamonhangaba, lançando para seu território importantes contrafortes conhecidos pelas denominações de serras do Quilombo, do Soares, Serrano, Três Orelhas e outras.(...) cortado pelos rios Sapucahy-mirim, Sapucahy-guassu, para os quais convergem os ribeirões: Bahú, Paiol-Grande, Serranos, Lageado, Preto, Vargem Grande, Imbyrassu”.

A origem do município de S. Bento do Sapucaí está atrelada à ocupação da região do Vale do Paraíba e à expansão bandeirante em direção às Minas Gerais. Assentado sobre o vale do rio Sapucaí-Mirim, na região da Serra da Mantiqueira, sua economia sempre esteve baseada na produção agrícola e pecuária, comercializada com as cidades do sul mineiro e do Vale do Paraíba ocupadas, desde o final do século XVIII até meados do século XIX, com a produção cafeeira que promoveu o rápido desenvolvimento, dentre outras, de cidades como Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá

Seu território era então muito maior e compreendia, entre outros, o atual município de Campos do Jordão. Ainda em finais do século XIX Campos do Jordão, então uma pequena vila – a vila São Mateus do Imbiri - a 1700 m de altitude, já começa a ser conhecida pela qualidade e pelas virtudes curativas de seu clima. No começo do século XX estas mesmas virtudes atraem o interesse de médicos sanitaristas como Domingos Jaguaribe, Emílio Ribas e Vítor Godinho, transformando-se rapidamente em estação de repouso e passando a ser procurada para o tratamento de moléstias pulmonares. A Estrada de Ferro Campos do Jordão, que ligava a cidade à Pindamonhangaba e que foi inaugurada em 1915, servia principalmente para transportar doentes para os altos da serra.

Em 1926 Campos do Jordão se torna estância hidromineral e em 1929 inaugura-se o primeiro sanatório para atender aos muitos doentes que procuram a cidade. Por volta de 1940 a cidade abrigava 14 sanatórios de tratamento, todos instalados fora da área urbana. Em 1934 é elevada a categoria de município, desligando-se de S. Bento do Sapucaí. De estação para tratamento de saúde, a cidade passa rapidamente à categoria de sofisticada estância turística.. Ainda em 1938, inicia-se, em Campos do Jordão, a construção do Palácio da Boa Vista, previsto para se tornar residência de veraneio do Governador do Estado de S. Paulo e na década de 1940 inicia-se a construção de alguns hotéis para a recepção exclusiva de Turistas, como o Grande Hotel (por iniciativa do Estado, em 1944) o Toriba em 1943; o Rancho Alegre em 1946 e o Hotel Vila Inglesa em 1947. Aos poucos os órgãos públicos destinados a tratar das questões assistenciais e médicas vão sendo substituídos por outros, como a Diretoria

Municipal de Turismo, destinada a regulamentar a atividade turística no município.⁷

A trajetória das duas cidades vizinhas se diferencia acentuadamente a partir de então e a história local de cada um dos municípios apenas de passagem toca nesta origem comum de ambos.

Histórias do turismo em São Bento

Em 1940, uma publicação comemorativa dos cinquenta anos da instalação da comarca em S. Bento do Sapucaí, é pródiga em exaltações ao sossego, à tranqüilidade, aos costumes da roça, e aos hábitos da cidade pequena. Como neste trecho de um artigo escrito pelo então Delegado de Polícia de São Bento:

“Amigo, escuta! Escuta...são vozes das montanhas!!

Falam de um lugar paradisíaco, onde a natureza é pródiga, o povo é bom e feliz...

Nesses dias de vertigem de velocidade, dos automóveis, dos carros elétricos, de sirenes, dos apitos, o homem sente necessidade de correr, de andar depressa, de escapar dos monstros construídos pela imaginação das modernas indústrias. E ele tem inveja de nós. Ele almeja nosso sossêgo . O homem fôje para aqui...Ele quer presenciar as dansas ingênuas das moças alegres e ouvir os soluços dos violões dos nossos serenatistas.

O luar daqui é perene!..⁸

Nesta mesma edição, noticia-se a escalada, por parte de dois irmãos moradores da cidade, da pedra do Baú; e da caravana que se organiza para acompanhá-los numa segunda escalada, quando fincam sobre a pedra uma cruz e cantam o hino nacional.

⁷ Segundo lei de zoneamento da cidade, promulgada em 1930, os sanatórios e pensões para doentes deveriam se estabelecer fora da área urbana e residencial, garantindo que os visitantes pudessem circular por estas áreas sem o risco de contágio. Por outro lado, os hotéis instalados na cidade exigiam de seus hóspedes atestados de boa saúde e alguns deles, como o Grande Hotel e o Toriba, possuíam aparelhos de raio X. Cf. Arakaki Masakakasu, em : <http://www.coneleste.com.br/camposjordao/historia.htm>

⁸ Cf. jornal “Correio de São Bento” 1940

É importante notar que, durante os anos de 1940, enquanto Campos do Jordão se consolida não mais como estação de tratamento de saúde, mas como estância turística, o município de São Bento do Sapucaí também recebe alguns investimentos neste setor. Nesta década (1946) é construído, no bairro do Paiol Grande, pela iniciativa de um empresário paulista, o Acampamento Paiol Grande, numa área de 8 alqueires, administrado pelos padres Oblatas de Maria Imaculada, nos moldes dos acampamentos de férias norte-americanos. Este mesmo empresário, neste mesmo período, compra as terras em torno da Pedra do Baú, constrói escadas de acesso ao topo da pedra, tanto pelo lado de Campos do Jordão quanto pelo lado de São Bento do Sapucaí e sobre este topo, constrói um abrigo para os alpinistas. É ainda este mesmo empresário que, em Campos do Jordão, participa da construção de um sofisticado hotel para turistas (O Toriba, em 1943), em atividade até hoje.

Duas décadas depois, em 1967, S. Bento do Sapucaí será transformada em estância climática pelo Governo do Estado de S. Paulo. Através da iniciativa do Estado, logo depois é construído, no bairro do Paiol Grande – o mesmo bairro onde se localizam a Pedra do Baú e o Acampamento – o Hotel Estância, um hotel fazenda de propriedade do estado, hoje arrendado a particulares⁹.

O grande foco de atração turística do município se constitui, portanto, em torno da Pedra do Baú - um complexo rochoso, cuja forma bastante peculiar é hoje um dos símbolos da cidade. Com mais de trezentos metros de altura a partir de sua base e a 1900 metros de altitude, a pedra é procurada hoje para escaladas, prática de vôo livre, trilhas, etc. Parece ter sido ela a justificativa para a construção tanto do acampamento, na década de 1940, quanto do hotel Estância, anos mais tarde. Embora localizada no município de S. Bento do Sapucaí, a pedra também pode ser vista e alcançada por Campos do Jordão. A imagem do complexo do Baú aparece associada a Campos do Jordão e é um dos cartões postais da cidade, muito antes de poder ser associada pelos turistas, à S. Bento do Sapucaí.

⁹ Cf. lei estadual nº 9.700, de 26 de janeiro de 1967.

Apesar destas iniciativas descritas acima, entre as décadas de 1940 e 1970, São Bento do Sapucaí permanece um município de economia agrícola, dividido em inúmeras pequenas propriedades que produzem arroz, milho, mandioca, feijão, leite e algumas hortaliças. O centro urbano sobrevive como núcleo de apoio a esta atividade, concentrando um pequeno comércio, bancos, pequenas indústrias ligadas à produção agrícola (fecularias, beneficiadoras de arroz, laticínios) e à construção civil e órgãos da administração pública municipal ou estadual. Localizado fora do eixo da rodovia presidente Dutra, o município não se beneficia, a não ser indiretamente, da industrialização que reaquece a economia de alguns municípios do Vale do Paraíba entre as décadas de 1950 e 1980. Estas cidades absorvem não só os produtos agrícolas produzidos no município, como também uma parte da população mais jovem que não pode permanecer, nem nas terras de seus pais - sob pena de por em risco a viabilidade econômica destas mesmas terras - nem no núcleo urbano do próprio município, que não oferece ocupação para este excedente de braços. Ocupando hoje uma área de 251 Km², segundo dados do IBGE (2000), notamos que entre os anos de 1940 e 1990, sua população se mantém relativamente estável, decrescendo ligeiramente até 1991. Na década de 1990, entretanto, a população do município volta a crescer (cf. tabela abaixo, segundo IBGE). Tal crescimento coincide com o aumento dos investimentos na atividade turística do município.¹⁰

ANO	POPULAÇÃO
1920	16.690
1940	9.113
1960	9.869
1970	9.373
1980	9.319
1991	8.695
1996	9.194
2000	10.355

¹⁰ Margarida Moura constata, em 1978, um movimento de migração semelhante entre membros de famílias de sitiantes da região da vizinha Maria da Fé, em Minas Gerais. Em 1997, esta estratégia ainda é constatada em um bairro rural da também vizinha Brazópolis (MG) (CF. Igor R. Machado)

A consolidação de uma nova história

Exceto pelo fato de que a cidade se tornou estância turística em 1967, há, no material de consulta disponível (principalmente jornais arquivados na Câmara Municipal) um longo hiato entre as décadas de 1940 e 1980, no que tange às iniciativas voltadas para o setor turístico em São Bento do Sapucaí. A partir década de 1980, entretanto, podemos perceber um movimento de intensificação da divulgação do município como pólo turístico. Nos dias atuais São Bento do Sapucaí está incluído entre os municípios pertencentes à região do Vale do Paraíba. Participa desta forma, de um esforço conjunto de revalorização histórica e ambiental desta região e de um movimento comum de estímulo à atividade turística. Neste sentido, sua história é valorizada na medida em que é capaz de estabelecer as possíveis conexões ou em que consegue participar desta história mais ampla, ainda que guarde suas especificidades.

Assim é que as duas maiores universidades do Vale do Paraíba, localizadas em São José dos Campos e em Taubaté, além de formarem a mão de obra especializada que deverá atender às indústrias da região, também desenvolvem pesquisas históricas e sociais que servem de subsídio para a nascente indústria turística nas cidades do Vale. A imprensa da região é pródiga na divulgação das belezas naturais, da arquitetura histórica, das festas populares, do artesanato e da comida típica das muitas pequenas cidades situadas fora do eixo delineado pela rodovia Presidente Dutra. Bananal, Areias, S. José do Barreiro, estagnadas desde a queda da produção cafeeira, querem agora mostrar as sedes das suas antigas fazendas, seus prédios públicos e igrejas. Outras, como Cunha, Paraibuna, Monteiro Lobato ou São Bento do Sapucaí, apostam na beleza de suas paisagens naturais ou no chamado ‘turismo rural’, onde o turista é levado a conhecer as muitas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais do município, a adquirir os doces, queijos, frutas e outros produtos feitos no local visitado, percorrer trilhas na mata, pescar, etc.

Localizada entre os morros da Mantiqueira, São Bento não participou do ciclo cafeeiro, a não ser de modo indireto. Não possuiu barões do café, grandes fazendas, nem uma vida urbana enriquecida pelo dinheiro que movimentou

idades como Pindamonhangaba, Taubaté ou Bananal, durante o século XIX. A precariedade do transporte, segundo os historiadores locais, teria sido um dos grandes problemas do município desde os tempos de sua fundação, pois, feito por tropas, deveria enfrentar as dificuldades impostas pelos paredões da serra, antes de alcançar as vias mais movimentadas que levavam aos portos do litoral, num primeiro momento, ou às cidades de S. Paulo e Rio de Janeiro, pouco depois. Assim é que narrativas da história local,, são também narrativas sobre o esforço pela chegada de estradas melhores ao município. Apesar de tais dificuldades o município viveu tempos de relativa prosperidade entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Durante este período, São Bento foi o maior produtor de fumo em rolo do Estado de São Paulo, além de um grande produtor de mel e leite. Este período coincide com a elevação da vila a cidade e com a construção dos casarões que hoje ladeiam o pátio da igreja e suas ruas próximas.¹¹

¹¹ “Em 1887, verificou-se um crescimento significativo do município, comprovado no relatório da Comissão Central de Estatística, apresentado à Província de São Paulo relativo àquele ano. A população era de 17.173 habitantes... O comércio e a indústria apresentavam os seguintes resultados: 18 lojas de fazendas, armarinhos e ferragens, 20 armazéns de secos e molhados, 2 padarias, 2 olarias, 2 farmácias, 2 selarias, 3 funilarias, 3 lojas de barbeiros, 1 casa de bilhares, 5 hotéis, diversos engenhos de açúcar e outros estabelecimentos não especificados. Cf. Isaura A. L. Silva, 1994) A este respeito ver ainda Egas, E. (1925) e o Almanack da Província de São Paulo para 1873.

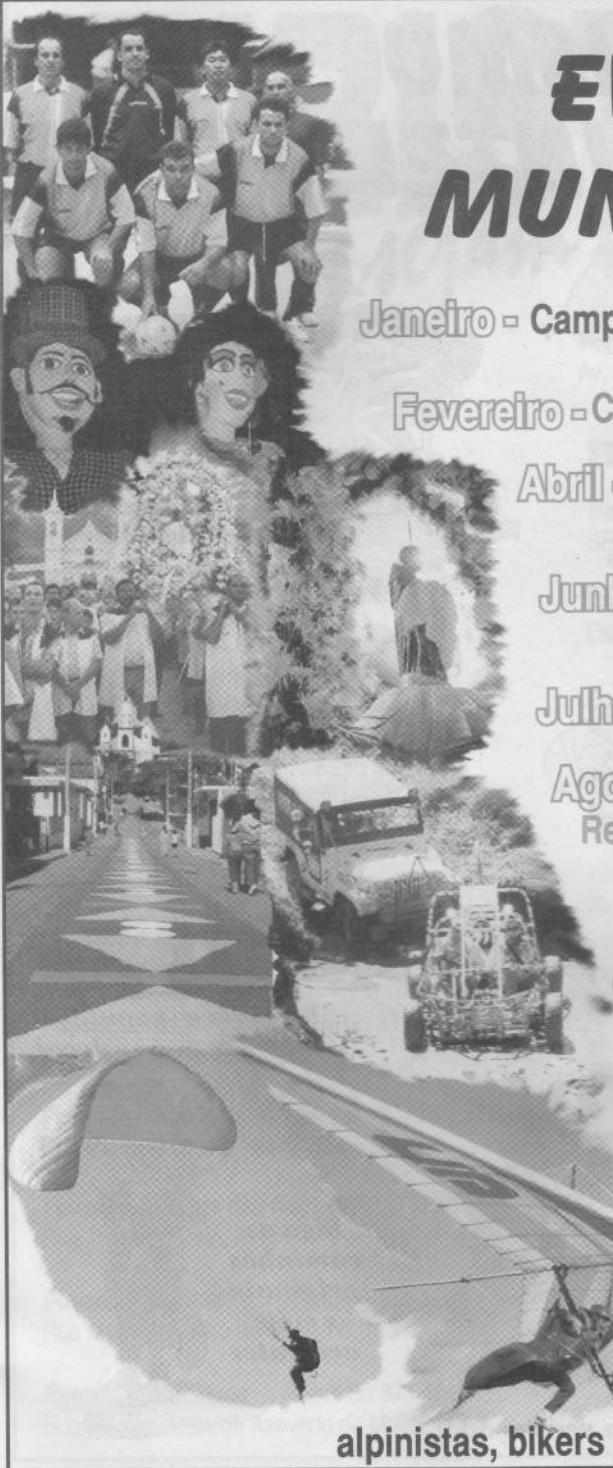
Logotipos de Divulgação Turística na Internet



*Praça da Cultura
Todo 2º Domingo do mês*

Calendário de eventos – Lista Ativa 1998/1999





EVENTOS MUNICIPAIS

Janeiro - Campeonato de FUTSAL da
Montanha

Fevereiro - Carnaval

Abril - Semana Santa e Festa
de São Benedito

Junho - Festa de Santo
Antonio e Corpus Cristi

Julho - Festa de São Bento

Agosto - Festa de N^a S^a dos
Remédios e Aniversário da
Cidade Campeonato de
Paraglaider

Outubro - Festa da Criança

Dezembro - Presépio e
Campeonato de Voley
de areia

**Eventos com
datas moveis**

**Campeonato de trekking
Encontros de jipeiros,
alpinistas, bikers e praticantes de vôo livre.**

O movimento em torno da construção de São Bento como espaço turístico potencializa elementos desta trajetória e se expressa principalmente em publicações nos jornais da região, em trabalhos de reconstituição da história local e em investimentos voltados para atender o turista. No bojo deste movimento, autores locais retomam ainda a história da 'conquista' da Pedra do Baú, numa clara disputa com Campos do Jordão pela 'posse' desta paisagem. Assim, a legitimidade da associação da imagem da Pedra do Baú com a cidade de S.Bento do Sapucaí é afirmada não só pelo fato deste conjunto rochoso estar localizado em terras do município, mas também pelo fato de terem sido dois irmãos sambentistas as primeiras pessoas a escalar a Pedra do Baú, segundo esta história.¹²

Traduzindo em números os esforços recentes para o incremento do turismo no município, alguns dados podem nos dar um panorama mais completo deste processo:

- Em 1986, de acordo com uma publicação local, a estrutura da cidade para recebimento de visitantes consistia em 2 hotéis, uma pousada e sete restaurantes. Ainda assim, não é errado supor que pelo menos um destes hotéis e alguns destes restaurantes se destinassem muito mais a atender viajantes a trabalho, do que propriamente turistas.¹³
- Em 1989 uma empresa voltada ao alojamento, ensino e aluguel de equipamentos para escaladas se instala no bairro do Serrano, onde se encontra até hoje.
- Em 1998, quando iniciei minha pesquisa de campo, São Bento do Sapucaí possuía dois hotéis-fazenda e algo em torno de sete pousadas na zona urbana ou em suas proximidades e duas ou três pousadas na zona rural, associadas a lagos para pesca. O número

¹² A história desta escalada é contada por D. Isaura L. e Silva (1986). Segundo ela em 1943 os irmãos Cortês, um pedreiro e outro lavrador, ambos moradores do município escalam a pedra pela primeira vez. Pouco depois, ambos conduzem um empresário paulista, Luis Dumont Villares, ao topo da pedra. Villares, entusiasmado com a beleza da paisagem compra os sítios ao redor da pedra, constrói duas escadas de ferro para facilitar a escalada ao topo e um abrigo para alpinistas que quisessem passar a noite sobre a pedra. Por estas e outras contribuições, o empresário ganha o título de cidadão honorário da cidade em 1958.

¹³ Cf. Sapucaias, 1986.

de restaurantes permanece mais ou menos o mesmo. Os restaurantes localizados na zona urbana continuam atendendo preferencialmente pessoas que estão trabalhando temporariamente na cidade: vendedores, fiscais diversos, bancários, etc., ou moradores da zona rural em passagem pela cidade. Dois ou três restaurantes localizados fora do centro urbano se especializam em comida mineira, trutas, fondue, num cardápio voltado principalmente para o turista. Neste mesmo período, em conversa com o secretário de turismo, obtenho a informação de que o turismo gera uma renda muito pequena para o município e que a pecuária e agricultura são, de longe, as principais atividades econômicas do lugar.

- Em 2002 a cidade ganhou pelo menos mais quatro pousadas, duas delas em bairros rurais próximos ao centro urbano e junto a uma delas, um restaurante bem construído, onde peças de artesãos locais decoram o ambiente. No centro, uma empresa turística promove passeios de bicicletas e caminhadas.

Ainda neste ano de 2002, uma pequena reportagem no jornal “Folha de S. Paulo” aponta para o aumento da arrecadação nas cidades de S. Bento do Sapucaí e Santo Antonio do Pinhal, devido ao Turismo. Segundo esta reportagem, a ‘saturação’ de Campos do Jordão, expressa pelo aumento do número de turistas circulando pelas ruas da cidade e pelo aumento de comércio, acaba por direcionar uma parcela destes turistas para estas cidades vizinhas, mais pacatas. O repasse do ICMS em S. Bento do Sapucaí teria saltado de R\$ 515,2 mil em 1998, para R\$ 980,2 mil em 2002. Tais números são usados para medir o índice de crescimento econômico da cidade, que é da ordem de 90%, enquanto no mesmo período Campos do Jordão teria crescido 37%. Além da ‘saturação’ de Campos do Jordão o que leva ao aumento do número de turistas em S. Bento são os preços da hospedagem, segundo a proprietária de uma pousada em São Bento do Sapucaí. Mais sofisticada, Campos do Jordão, pratica preços mais altos e muitos turistas

vêm dormir em S. Bento do Sapucaí, mas se dirigem a Campos do Jordão durante o dia.¹⁴

Para estimular o turismo na região, a Secretaria de Cultura do Estado promove, em concomitância com o Festival de Inverno de Campos do Jordão, na temporada de Julho, festivais de inverno em Cunha, S. Luís do Paraitinga, Santo Antonio do Pinhal e São Bento do Sapucaí. Músicos e instrumentistas contratados por esta secretaria, se apresentam nestas cidades ao lado, muitas vezes, de artistas da região: bandas, grupos folclóricos, violeiros, etc. A Administração Municipal, por seu turno, organiza exposições de artes plásticas e de artesanato, apresentações de dança e músicas de viola. Instala a secretaria de Cultura e Turismo em um prédio independente e mais acessível ao público, onde cartazes coloridos e os enormes bonecos do Zé Pereira e Maria Pereira - que saem às ruas no Carnaval - aparecem expostos (2000). Aí, uma funcionária recebe aqueles que a procuram em busca de informações sobre as atrações da região e me fala sobre os projetos da administração atual para incrementar a atividade turística. Dentre estes projetos, ela cita o esforço em reconstruir a história da cidade, a partir da ocupação urbana. Na entrada da cidade um portal foi construído e nele funcionários da prefeitura prestam informações aos turistas (2002). A administração municipal ainda mantém, em alguns pontos da cidade, placas informativas de acesso aos principais pontos turísticos do município, como cachoeiras, a pedra do Baú, o Bairro do Quilombo, entre outros e participa do asfaltamento da Estrada da Campista que, saindo do Paiol Grande e passando próxima à Pedra do Baú, liga São Bento do Sapucaí a Campos do Jordão (1998).

Analisando, pois, os dados mais concretos do desenvolvimento do setor turístico no município, podemos dizer que a atividade turística já se apresentava como uma possibilidade para o município há algumas décadas graças, muito provavelmente, à vizinhança com Campos do Jordão, cujo clima e paisagem atraem visitantes desde longa data e cuja economia se baseia, desde então, na atividade turística, diferenciando-se das demais cidades do vale do Paraíba e da região da Mantiqueira, que mantiveram sua economia atrelada ora à agricultura e

¹⁴ Cf. jornal “Folha de São Paulo” 7 de julho de 2002, pág. C7.

pecuária, ora à indústria. A presença do acampamento Paiol Grande, a transformação de São Bento do Sapucaí em estância ainda na década de 1960 e o interesse despertado pela pedra do Baú apontavam já para esta possibilidade e familiarizavam a população local com a movimentação de visitantes. Sem o brilho de Campos do Jordão, entretanto, e como muitas outras pequenas cidades da região, São Bento esperava que o ‘desenvolvimento’ viesse através da industrialização, a grande promessa das décadas de 1960 e 1970, que promoveu o crescimento de cidades como São José dos Campos, Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá.

Devemos considerar ainda que o status de estância, se traz algum benefício no tocante ao acesso a verbas especiais do estado, também impede que sejam instaladas na região indústrias que concorram para a poluição ambiental.¹⁵ Por outro lado, a economia agrícola do município, se não concorre para uma urbanização acentuada – e ‘desenvolvimento’ muitas vezes é sinônimo de urbanização e de oferta de serviços urbanos – nem por isso impede que a cidade alcance algumas melhorias. Em 1985 ela possui, para uma população de pouco mais de 9.000 habitantes, um hospital, um posto de saúde, duas escolas públicas na zona urbana e dezenove escolas na zona rural, cinco agências bancárias, uma estação experimental de produção de mudas da secretaria da agricultura, uma casa da agricultura, uma cooperativa de laticínios, fórum, delegacia de polícia, cartório de notas, cartório de registro civil, agência dos correios, dois clubes, uma sala de cinema, e algumas pequenas indústrias: olarias, fecularias, selaria e malharia.

Até meados dos anos 1990 a oferta de serviços voltados para o turismo só aumenta muito lentamente, e os investimentos da Administração Municipal são também incipientes, mas há alguns anos esta atividade é percebida pelos moradores como única alternativa para o almejado ‘desenvolvimento’ que não logrou chegar com a indústria. Assim como tantas outras cidades da região e do país, S. Bento passa a investir no Turismo ao mesmo tempo em que há uma desaceleração do desenvolvimento industrial e uma aposta no setor de serviços

¹⁵ Cf. Lei estadual nº 1563 de 28 de março de 1978.

em todo o país. A ‘saturação’ de Campos do Jordão é, portanto, só mais uma pedra neste jogo, cujo desenrolar futuro podemos conjecturar.

O turismo em S. Bento se estrutura, num primeiro momento, em torno da topografia e do clima. Aqui a pedra do Baú centraliza as atenções como local de escaladas e de vôos livres, mas as atividades disponíveis ao turista incluem ainda passeios a pé, de moto, bicicleta, cavalo ou de jeep pelas trilhas na zona rural e nas matas; banhos de cachoeira e o “estar” em uma região de montanha, onde as baixas temperaturas pedem o uso da lareira e do fogão à lenha.

Uma outra modalidade de atração explorada pelo município é aquela que se organiza em torno de uma suposta tranquilidade que transpira de sua organização social e espacial. Aqui se inclui o chamado Turismo Rural e o Turismo Cultural, que abrange a valorização da história local inscrita na arquitetura urbana e a preservação de ‘tradições’ lúdicas e devocionais – reproduzidas ciclicamente em datas específicas. A oferta de um artesanato ‘típico’ e de uma culinária regional também é parte desta modalidade de mercadoria turística e é nela que podemos categorizar o Bairro do Quilombo.

A questão da sustentabilidade

A vizinhança com Campos do Jordão, além de fornecer alguns modelos para a exploração da atividade turística em São Bento do Sapucaí, produziu também um outro discurso sobre esta atividade: a necessidade de organizar o turismo de maneira a ‘integrar’ ao mesmo tempo a população local e o cuidado com o ambiente natural, desconsiderada pelo modelo seguido em Campos do Jordão. Esta estância apresenta índices consideráveis de pobreza e de degradação ambiental, convivendo lado a lado com a sofisticação de sua estrutura turística. Assim, a evidente preferência dos turistas pela sofisticada Campos do Jordão passa a ser interpretada também como um dado negativo, na medida em que o grande afluxo de turistas pressiona um desenvolvimento desordenado da atividade nesta cidade.

Por trás deste discurso e destas considerações, entretanto, se encontra um novo conceito: o de desenvolvimento sustentável, tão bem explicitado por Teresa Luchiari (1999):

“O ‘turismo sustentável’, termo utilizado principalmente para as modalidades de ecoturismo, apóia-se nos princípios de uso sustentável dos recursos naturais, de manutenção da diversidade natural e cultural, de envolvimento e integração das comunidades locais, de um marketing responsável, da necessidade de pesquisas, entre outros. (Ever, 1992). Os principais objetivos expressos revelam uma tradução, para o turismo, dos documentos oficiais sobre o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da idéia de ecodesenvolvimento, tem sua principal referencia no relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. A partir desse documento, os fatores sócio-culturais e ecológicos foram incorporados às políticas econômicas, socializados no imaginário coletivo e absorvidos ao próprio mercado, que passou a vender produtos ecológicos e bens distintivos de identidade cultural.

A sustentabilidade passou, então, a ser a senha de um novo modelo de desenvolvimento, que supostamente estaria se esboçando. A concepção de natureza como estoque infinito de recursos é substituída pela natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê a sua utilização a longo prazo, a substituição de antigas tecnologias e a produção de bens de consumo cada vez mais inusitados. A lógica do modelo de desenvolvimento não se alterou, apenas refinou antigos mecanismos operacionais por meio de uma conjunção mais eficaz entre ciência, tecnologia e produção.”

A perspectiva oferecida por esta nova e ambígua concepção de turismo dá origem a uma série de ações e de posicionamentos em relação ao modo como esta atividade deve estar organizada. Uma destas ações é representada por um recente programa de educação ambiental organizado pela Secretaria do Meio

Ambiente do Estado de São Paulo (julho/2003) com o apoio das prefeituras de Campos do Jordão, Santo Antonio do Pinhal e São Bento do Sapucaí – o Projeto Mantiqueira . Através da exposição de painéis, de oficinas de reciclagem, de atividades lúdico-educacionais, o projeto procurou chamar a atenção do turista para a importância da conservação ambiental nesta região, considerada como Área de Preservação Ambiental (APA).¹⁶

A partir deste conceito podemos entender o envolvimento do município com o programa Comunidade Ativa, de que falaremos mais no próximo capítulo e a reorganização do COMTUR : conselho de turismo, composto por comerciantes, donos de pousadas e restaurantes, além de representantes da área de saúde e educação e segurança, para deliberar sobre questões do Turismo no município, orientados pelo SEBRAE (Serviço de Apoio à pequena e média empresa) .¹⁷

Segundo nota divulgada na rede, as preocupações do COMTUR :

“...giram em torno dos seguintes temas: Desenvolvimento e Formatação de Produtos Turísticos, Estrutura de Recepção ao Turista e Capacitação de Profissionais em Serviços do Turismo. Paralelamente, faz-se necessária a continuação dos trabalhos iniciais de Sensibilização da Comunidade para o Turismo, uma vez que a principal propaganda da cidade deve começar de dentro para fora. Convidamos a todos para continuarmos esse desenvolvimento com a consciência de que todo crescimento é bem vindo, desde que estruturado e

16

As APAS estão ancoradas na lógica da sustentabilidade e se fundamentam, não no isolamento das áreas de preservação ambiental, mas no uso ‘sustentado’ de seus recursos, “considerando que a atividade econômica, o uso e a ocupação do solo, a atividade agrícola e a mineração devem desenvolver-se de maneira estável e harmônica com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. . Regulamentam, dentro de suas fronteiras, a atividade agrícola e pastoril, a emissão de efluentes nos cursos d’água, as intervenções no solo por meio de terraplanagens ou de loteamentos. O decreto estadual nº 43.285, de 3 de julho de 1998, instituiu as áreas urbanas e rurais dos municípios de São Bento do Sapucaí e Santo Antonio do Pinhal como área de proteção ambiental sob a designação de APA Sapucaí-Mirim. Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (www.sp.ambiente.gov.br)

¹⁷ O Sebrae – Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos. Nasce oficialmente em 1972 como CEBRAE, dentro da estrutura do Ministério do Planejamento, oriundo de iniciativas de apoio aos pequenos estabelecimentos realizadas no Nordeste e no BNDS. Transforma-se em SEBRAE em 1990, quando se desvincula da administração pública, transformando-se em serviço social autônomo. (segundo informações contidas no site da própria instituição).

controlado, visando causar o mínimo impacto nas comunidades existentes e na natureza do local.”¹⁸

Tomada mais como objeto deste discurso e menos como interlocutora, esta ‘Comunidade’ que necessita ser “sensibilizada” para o Turismo (e que muito provavelmente não estava representada no COMTUR) foi interpelada no último dia das Crianças, no Bairro do Quilombo. Segundo a mesma nota, o dono de um restaurante recentemente construído na estrada do Quilombo distribuiu doces, refrigerantes e salgadinhos às crianças e contratou palhacinhos que, com *‘...linguagem adequada (...) explicaram às crianças temas como o desenvolvimento do turismo sustentável, preservação do meio-ambiente e bom atendimento ao turista.’*

Para reforçar ainda uma vez a ambigüidade deste discurso sobre o conceito de sustentabilidade, que permeia todas as ações voltadas ao Turismo em São Bento hoje, retomo a história de uma pousada que foi construída no bairro rural do Serrano há uns quatro anos. Segundo contou uma moradora da cidade, terminada a construção do prédio, o proprietário decidiu que contrataria apenas mão de obra local para trabalhar na pousada. (Evidentemente ele não era morador do local e estava cheio de boas intenções) Qual não foi sua surpresa ao constatar que os moradores do bairro não se interessaram pelo emprego que ele lhes oferecia, pois aceitá-lo implicava em abrir mão do descanso dominical e domingo é o dia reservado à missa, às visitas dos parentes ou simplesmente ao descanso.

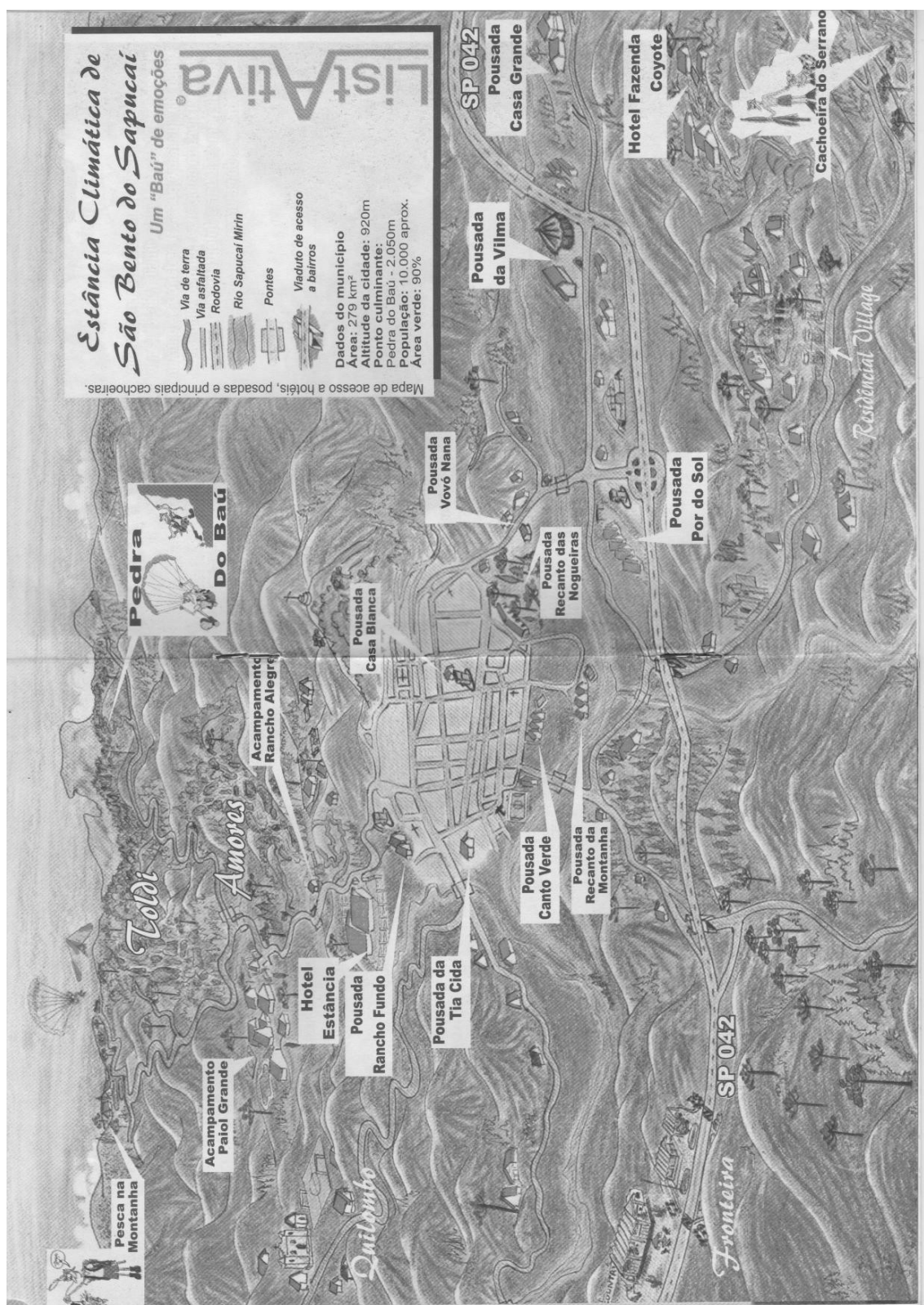
Vimos, por um lado, que a opção do município pelo turismo obedece antes a uma reordenação da produção econômica na região e mesmo no país do que propriamente a uma ‘vocação natural’, como defendem alguns agentes locais empenhados no desenvolvimento desta atividade na cidade. Ainda que as possibilidades de investimento nesta atividade econômica estivessem colocadas desde a década de 1940 com o interesse despertado pela Pedra do Baú, ou desde 1967 com a transformação do município em estância climática é só a partir da intervenção direta de outras instâncias do poder público, como a Secretaria de

¹⁸ Cf. notícia divulgada na página www.saobentodosapucai.com.br

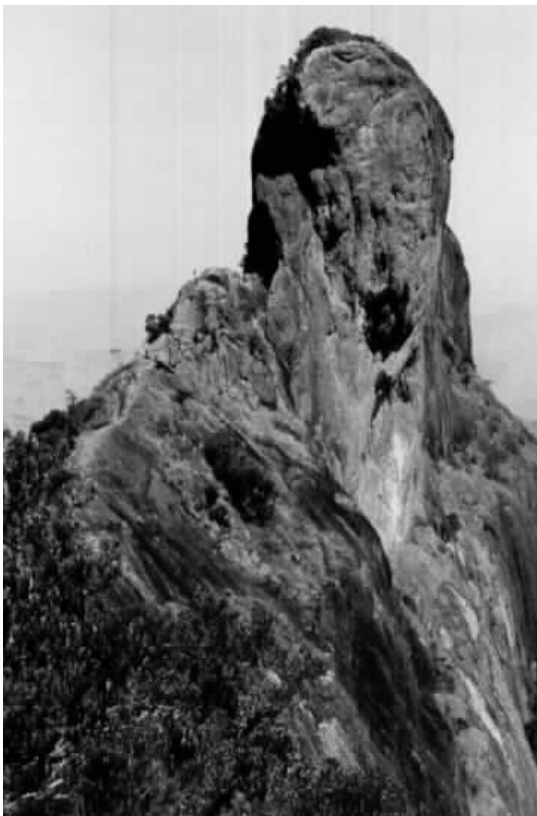
Cultura do Estado ou os programas de desenvolvimento do Governo Federal que esta atividade se consolida, como veremos a seguir.

Assim, no capítulo seguinte, acompanharemos um pouco mais de perto como se dá, em nível local, a integração destes programas com os projetos de alguns agentes locais: prefeitos, comerciantes, historiadores e artistas.

Mapeando as atrações do Município – Guia Lista Ativa – 1998/1999



Alguns ângulos da Pedra do Baú



Rapel na Pedra

Fonte: www.pedradobau.com.br



2 – DEFINIÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA LOCAL

Alguns Embates:

Em 1988, em um jornal local, o então prefeito, Antonio Carioca, em seu último ano de mandato, enumera as obras realizadas em seu governo, que incluíam contratações de médicos e dentistas, instalação de serviço de telefonia na zona rural, construção de casas populares e pontes. Tudo isso, ressalta o então prefeito, sem desequilibrar o orçamento da prefeitura e “...enfrentando decididamente o déficit deixado por seu antecessor, definido como “herança maldita”. Este discurso, que demonstra já uma clara disputa com seu antecessor, só faz referência ao turismo quando aponta entre as suas realizações a construção de “...uma moderna rampa para salto de Asa Delta, em lugar considerado como o melhor para a disputa de Campeonato Mundial de Vôo livre”. (Jornal Municipalista, jan/fev. 1988)

No ano seguinte o mesmo prefeito que havia sido criticado no artigo acima, sucede seu opositor, assumindo novamente a prefeitura. Em um artigo publicado no caderno *sp vale* do Jornal Folha de São Paulo, em março de 1991, o prefeito Bento Nunes Duarte (PFL) declara que pretende transformar São Bento do Sapucaí em um pólo turístico no prazo de dois anos. Entretanto responsabiliza o Estado pela falta de verbas necessárias à viabilização de seu projeto, pois, como estância turística, São Bento não pode abrigar indústrias dentro de suas fronteiras, o que faz com que sua arrecadação de ICMS seja baixa. Por outro lado, reclama, o mesmo Estado não repassa as verbas a que o município teria

direito como área sob a proteção do Estado. Assim, o prefeito apostava no turismo como “tábua de salvação” para seu município.

A proposta então consistia em uma ‘divisão’ do turismo com as cidades próximas: Campos do Jordão e Santo Antonio do Pinhal, constituindo o ABC da Mantiqueira. Levando em conta o fato de que Campos do Jordão se via “inchada” durante a temporada de inverno, o prefeito de São Bento acreditava que seu município e o de Santo Antonio do Pinhal, poderiam se constituir em uma alternativa para o turismo na região. O próprio prefeito de Campos do Jordão na época, declarava que esta divisão diminuiria as pressões sobre a infra-estrutura de sua cidade, que já não comportava o afluxo de visitantes na alta temporada. Por conta destas condições, o plano piloto deste projeto em São Bento consistia na inundação de uma área de 22 alqueires, que se transformaria em um lago, próxima ao bairro do Quilombo, em torno do qual seria construído um ‘complexo hoteleiro’. (seu modelo então, como comentou um morador da cidade em outra ocasião, era a cidade de São Lourenço, em Minas Gerais) São Bento contava então, segundo ele, com apenas dois hotéis. Os pontos privilegiados seriam, além deste, a Pedra do Baú, a cachoeira dos Amores e a ‘construção de um galpão para exposição de artesanato no bairro do Quilombo. Exceto pelos campeonatos de vôlei que são realizados desde então na Pedra do Baú, nenhum destes planos se concretizou até início de 2000.

Antonio Carioca foi reeleito em 1997 e em uma publicação comemorativa dos 166 anos da cidade, em 1998, ele declara que o turismo ‘...trará recursos para que possamos investir nas outras áreas da administração como saúde, assistência social, habitação e afastará para sempre de nossa cidade o fantasma do desemprego”, colocando a atividade como uma das prioridades de sua administração, ao lado da educação e das obras. O turismo ecológico e rural eram suas metas e a ‘integração de todos os segmentos da sociedade, inclusive as atividades agrícolas’ nesta atividade, era seu sonho. (São Bento do Sapucaí 166 anos – 1998).

O quanto poderia haver de demagogia nestes discursos não é a questão mais importante aqui (E há mesmo quem diga que as suas não passavam de

palavras vazias). Interessa notar, entretanto, que esta postura reflete uma outra estratégia de estruturação da atividade turística no município, alinhada com um novo conceito de desenvolvimento econômico que se encontrava em discussão em outras instâncias governamentais. Assim, no lugar de grandes e dispendiosos investimentos em uma infra-estrutura que centralizaria as atividades turísticas no município, como era projeto da gestão de seu oponente, a atual proposta pulverizava estas atrações por todo o território de suas fronteiras, convocando uma mudança na maneira como estava organizada uma outra atividade econômica de grande importância no lugar: a agricultura. Antonio Carioca teve seu mandato suspenso por um processo de cassação em meados de 1999. Entretanto hoje a atividade turística, em franca expansão no município, vem se estruturando em consonância com as propostas veiculadas em seu discurso.

A atual organização do município enquanto espaço turístico resulta de um movimento crescente de investimentos da prefeitura municipal em articulação com outros agentes - historiadores e artistas locais, donos de comércio, profissionais do ensino e moradores vindos há menos de quinze anos de cidades maiores (principalmente de S. Paulo) que se interessam em explorar o negócio de pousadas, restaurantes, pesqueiros e 'esportes radicais' - para transformar S. Bento do Sapucaí em um 'pólo turístico'. Entre estes agentes se encontram também muitos filhos de agricultores que, tendo saído da atividade agrícola para estudar ou adotar outra profissão, hoje percebem a atividade turística como a opção econômica mais viável para o município. Assim, mesmo sendo um município majoritariamente rural, os prefeitos e vereadores eleitos nas últimas gestões têm sido selecionados dentro destes grupos.

Para contextualizá-la num universo mais amplo de políticas públicas adotadas pelo estado brasileiro, recorro ao conceito de 'novo rural' e aos seus desdobramentos. Este conceito parte da hipótese de que o meio rural brasileiro não se resume mais ao conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, mas que, à semelhança do que vem ocorrendo em outros países, abriga um conjunto de atividades não agrícolas, tais como prestação de serviços comércio e indústria. Mudanças radicais estariam imprimindo uma nova dinâmica no campo,

associada à intensificação da tecnificação e da inserção de parcelas de agricultores familiares nos circuitos de mercado tipicamente urbanos em concomitância com a expansão de atividades urbanas onde a agricultura modernizada não se implantou. (Alentejano, 2000) Na esteira desta nova classificação do universo rural, o governo Fernando Henrique propôs uma série de medidas com o objetivo de integrar os pequenos agricultores familiares nesta dinâmica, no intuito de

“[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas.” (BRASIL, 1999, p.2). (Idem)

Os problemas desta carta de intenção são muitos, conforme comenta Alentejano; entre esses problemas ele chama a atenção para o fato de que tal projeto desconsidera o fato de que ainda existe uma considerável parcela do campesinato brasileiro que se pauta em uma outra lógica, que não a lógica do capital, na sua relação com a terra e com seu trabalho. A imposição de uma lógica urbana às suas atividades implicaria em transformá-los todos em ‘empresários familiares’ e em classificar o sistema dentro do qual vinham operado até então como ‘atrasado’, desconsiderando suas especificidades. Em segundo lugar, uma tal proposta lançaria os pequenos agricultores em uma economia de mercado altamente incerta, transferindo a cada um deles a responsabilidade pelo seu sucesso nesta empreitada, sem considerar as diferentes posições que ocupam e os diferentes instrumentos que cada um possui para enfrentar este mesmo mercado.

As propostas de inserção dos agricultores locais no projeto turístico da cidade, implementados pela Casa da Agricultura de São Bento do Sapucaí

parecem se alinhar com este projeto de reestruturação do universo rural inaugurado por Fernando Henrique Cardoso.

Em uma conversa ocorrida na casa da agricultura da cidade com dois moradores, obtenho algumas impressões sobre a atividade agrícola em São Bento. Um deles, rapaz de seus vinte e poucos anos, é filho de uma família proprietária de uma grande área no Quilombo. Trabalha como caminhoneiro, transportando gado. O outro, homem de seus cinquenta anos, é funcionário público. Ambos acham que o problema da agricultura está na falta de incentivos por parte do governo, já que os financiamentos existentes não são compatíveis com a condição de pequenos proprietários, que são maioria em São Bento. Outro problema estaria nos preços pagos no mercado, que mal cobrem as despesas do agricultor com sua produção. Por conta disso, dizem ambos, muitas famílias de pequenos agricultores estão vendendo suas terras para turistas de São Paulo, que as transformam em sítios de lazer. No entender deles, estes pequenos sítiantes que vendem suas terras, vêm para a cidade, onde compram duas ou três pequenas casas, das quais duas são alugadas. Passam assim, a viver da renda destes aluguéis que, segundo estes informantes, acaba sendo maior do que a renda que conseguiam no sítio. Com relação às linhas de financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar) estes moradores dizem que apenas a produção de determinados produtos se enquadra nelas. A banana prata é um exemplo. No bairro do Paiol Grande, onde as terras e a posição das encostas de morro favorecem o desenvolvimento desta cultura, estão situados os agricultores mais bem sucedidos do município. Entretanto, nem todas as terras do município são propícias ao plantio da banana. A produção de leite, que é bastante comum na região, também recebe linhas de financiamento de vez em quando, mas aí, as exigências de garantias ou de fiadores inviabilizam o acesso de muitos pequenos sítiantes a estas linhas de crédito. Por outro lado, dizem, pessoas que não são agricultoras acabam se apropriando destas verbas através do arrendamento de um lote de terra e da apresentação das garantias exigidas, desviando o quinhão dos pequenos produtores.

A técnica da casa da Agricultura local, por seu turno, se opõe de maneira radical à posição dos dois moradores acima. Na sua opinião, o êxodo dos pequenos agricultores da região ainda é insignificante. Muitos deles, ela diz, conseguem viver de maneira satisfatória da agricultura. Apesar da valorização das terras no município, a venda delas e a conseqüente mudança para a cidade não acontece de modo sistemático. A banana prata tem fornecido um bom retorno financeiro para aqueles que a cultivam e além da banana, os agricultores estão trabalhando com hortaliças, que exigem uma extensão menor de terras para serem cultivadas e oferecem, segundo ela, um retorno satisfatório. Assim, diz ela, alguns agricultores vendem parte de suas terras para os turistas, mas apenas para se capitalizarem e melhorarem a produção em suas terras. Paralelamente, muitos destes agricultores utilizam suas casas nos fins de semana e feriados para hospedar e oferecer refeições aos turistas, sem, contudo, abrir mão do trabalho na roça durante a semana. Da parte do CATI e da prefeitura, diz ela, existe um esforço muito grande no sentido de manter estas famílias em suas propriedades já que é nelas, acredita, que estas famílias podem ter uma melhor qualidade de vida. Para tanto, estas instituições oferecem apoio técnico e material de modo que os agricultores diversifiquem sua produção e desenvolvam atividades paralelas como o fabrico de doces, temperos, queijos, etc. além de se envolverem no campo dos 'serviços' aos turistas. Informa ainda que a prefeitura havia comprado dois tratores para uso dos agricultores, alugados a preços muito menores do que aquele praticado por particulares. A prefeitura teria adquirido ainda um caminhão que estava disponível para que o agricultor pudesse transportar sua produção diretamente ao mercado comprador ou para buscar insumos fora do município. Além disso, ela complementa, o município estava incluído no "bolsão de pobreza" do estado, o que lhe conferia algumas prioridades no acesso às verbas estaduais destinadas ao desenvolvimento humano local. Um destes programas era justamente o PRONAF. Programas de incentivo à produção de artesanato pelas mulheres de um outro bairro rural da cidade, o Monjolinho, também estavam sendo desenvolvidos com a participação de uma ONG, para que estas mulheres pudessem melhorar a renda de suas famílias.

Paralelamente a estas orientações da Casa da Agricultura, o município foi incluído no programa “Comunidade Ativa”, do governo federal. Este programa, criado também pelo governo Fernando Henrique, se constitui numa ‘estratégia de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento do país’ , apostando no desenvolvimento local integrado e sustentável. O programa prevê que as ações implementadas para tal desenvolvimento devam ser decididas por representantes de todos os segmentos da população local. Assim, cada município deve identificar suas ‘vocações e necessidades’ e estabelecer sua lista de prioridades. A partir daí, o governo federal, os governos estaduais, as prefeituras, a iniciativa privada e as entidades não-governamentais executam as ações planejadas. A continuidade do município dentro do programa fica vinculada ao cumprimento das metas e prazos estipulados. Tal programa tem forte participação do SEBRAE, que se propõe a estimular o empreendedorismo e o surgimento de novas oportunidades de negócios.

Quando conversei com a secretária da cultura em 2002, estavam em andamento as discussões, entre representantes do comércio local, dos representantes dos bairros, do setor de serviços e da administração pública, sobre a ‘vocação’ e as necessidades de São Bento. Hoje, tendo o município optado pelo Turismo, o SEBRAE tem oferecido cursos de capacitação à população local, que vão desde cursos para garçons e atendentes do ramo de hotelaria a cursos de artesanato, doces, queijos, etc. inserindo o município e suas atividades como um todo numa mesma lógica de mercado mediada pelo turismo, com os propalados benefícios e os muitos riscos que advêm desta transformação.

Conversando recentemente com alguns moradores da cidade, soube que os efeitos desta estratégia têm sido visíveis. O afluxo de visitantes cresceu nesta temporada (2004), movimentando o setor de serviços; e dentre os bairros, o do Quilombo foi o que mais imediatamente se beneficiou destas estratégias. Assim, a princípio parece existir um consenso entre os moradores a respeito da opção pelo turismo como a opção econômica mais viável para o município. Durante minhas visitas á cidade nunca ouvi um comentário desfavorável a esta opção.

O dissenso se estabelece no campo da escolha dos elementos que serão recortados da vida local para construir a especificidade do município como lugar turístico. Assim, de entre as muitas vozes que elogiam as atuais estratégias de viabilização de um projeto turístico para a cidade, se levantam aquelas que preferem sustentar os projetos elaborados por uma historiadora local, falecida em 2000, também ela uma grande entusiasta das promessas do turismo, mas que o pensava a partir de uma outra concepção: a concepção de ‘patrimônio’. Por este embate passa a questão da definição da identidade local, que em um caso é elaborada através da reconstituição histórica do município e da valorização dos signos diversos desta trajetória específica - dentre eles os marcos arquitetônicos - e no outro se faz a partir de uma concepção genérica de ruralidade, de consumo mais imediato e de elaboração mais simples, que dilui esta especificidade num apanhado de clichês comuns a tantas outras cidades turísticas da região e do estado.

A história como patrimônio

Vimos a pouco que num passado ainda muito recente, os projetos de organização turística do município de São Bento do Sapucaí oscilavam entre alternativas que previam a construção de um “parque de lagos” e de um complexo hoteleiro e a exploração das potencialidades oferecidas pela topografia montanhosa com suas pedras e cachoeiras. Neste percurso uma outra alternativa também se colocou: a de inserir o município nos roteiros do turismo chamado ‘cultural’, que exploraria a presença de um determinado patrimônio a ser compartilhado com o turista. Assim aconteceu em cidades vizinhas, no sul de Minas Gerais e no Vale do Paraíba onde as cidades de Areias, Bananal e São José do Barreiro se constituem num exemplo emblemático. Estas “cidades mortas”, sobre as quais escreveu Monteiro Lobato, abandonadas à margem do progresso que varreu para outros cantos do estado o café, e com ele o dinheiro e o poder, hoje transformam suas casas de fazenda e suas edificações urbanas

em patrimônio para uso turístico; um fenômeno que já se fazia notar em inícios da década de 1990, por Souza, que aqui o pensa a partir de Parati:

“ Com a moderna valorização de monumentos históricos que remetem a passados nacionais e regionais, lugares que ficaram entregues à própria sorte, alijados do desenvolvimento da região na qual se inserem, viram seu atraso e estagnação se transformarem em fonte de renda através da exploração turística nacional e internacional. (Souza, 1994 , 209)

Fenômeno que se alimenta, segundo a autora, de “..uma tendência de volta nostálgica às raízes, de interesse pelo folclore, de um aumento do prestígio da noção de patrimônio” e que Nestor Canclini, insere no contexto da América Latina:

“...o tradicionalismo aparece muitas vezes como recurso para suportar as contradições contemporâneas. Nessa época em que duvidamos dos benefícios da modernidade, multiplicam-se as tentações de retornar a algum passado que imaginamos mais tolerável. Frente à impotência para enfrentar as desordens sociais, o empobrecimento econômico e os desafios tecnológicos, frente à dificuldade para entendê-los, a evocação dos tempos remotos reinstala na vida contemporânea arcaísmos que a modernidade havia substituído. A comemoração se torna uma prática compensatória: se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebremos nosso artesanato e técnicas antigas; se os paradigmas ideológicos modernos parecem inúteis para dar conta do presente e não surgem novos, re-consagremos os dogmas religiosos ou os cultos esotéricos que fundamentaram a vida antes da modernidade.¹⁹

Considerando o patrimônio uma ‘invenção’ das sociedades ocidentais modernas Choay (2001) procurará pensá-lo a partir da oposição a idéia de ‘monumento’. Assim, para a autora, enquanto o monumento mergulha aquele que o contempla no passado que ele intenta representar, de modo a que este passado permaneça atuante, a idéia de ‘monumento histórico’ e de patrimônio histórico

¹⁹ Canclini, Nestor – *Culturas Híbridas* – Edusp, 2000 (1989) pg 161

resulta de uma outra relação com o tempo e o passado. Relação captada por Barthes ao afirmar que ‘a história só se constitui quando é olhada, e, para olhá-la é preciso colocar-se fora dela’. (Idem, pág. 21) Desse modo o monumento, que tinha por função fazer lembrar pela mediação da afetividade, ‘...fazendo (o passado) vibrar como se fosse o presente’ (Idem, pág. 18) aos poucos perde espaço para os monumentos históricos, na medida em que as técnicas de preservação da memória desenvolvidas no ocidente (dentre elas, a escrita impressa) se estabelecem.

A mesma relação dicotômica que Choay estabelece entre monumento e patrimônio será traduzida por Souza em termos de *memória* e *história*. Para a autora, enquanto memória é um fenômeno sempre atual, a história é uma representação do passado. Enquanto a memória nos dá uma continuidade retrospectiva, a história busca iluminar a descontinuidade. Enquanto a memória se “... funda no concreto, no gesto, no espaço em imagens e objetos, a história (se funda) em continuidades temporais, na progressão e na relação entre as coisas.” (Souza 1994, pág. 211) A partir desta perspectiva a autora considera que as medidas de preservação e a disseminação da história através da imprensa estabelecem uma ruptura com o passado, que passa a ser concebido sem conexão com o presente.. “*Dado a nós como radicalmente outro, o passado se torna um mundo à parte*”²⁰. (Idem). “*...Diferentemente de para quem se lembra, o passado (do historiador) é um país estranho no qual habita um outro a ser desvendado*”.²¹ Porque construído como um território sem articulação vital com o presente, ou antes, porque abstraído da dimensão do vivido, o passado pode ser objetivado e manipulado.

Partindo destas colocações podemos dizer que o passado garante também a construção da alteridade necessária para inscrever um lugar na categoria de exótico – classificação fundamental para alçá-lo ao status de mercadoria turística.

Analisando os mecanismos que envolvem a constituição de paisagens urbanas em ‘sítios’ históricos em cidades como Los Angeles e Nova York, Sharon

²⁰ Cf. Nora, Pierre. *Between Memory and History: les lieux de mémoire*. In: Representations 26. University California Press, 1989 – citado pela autora.

²¹ Cf. Lowenthal, David. *The past is a foreign country*. Cambridge University Press, 1990 – Idem

Zukin (2000) traz algumas contribuições esclarecedoras para que possamos entender alguns embates que envolvem a constituição da cidade de São Bento do Sapucaí e do próprio Quilombo de forma particular, em patrimônio histórico. Ainda que situadas em posição bastante diversa no que concerne à geografia sócio-econômica e política, o que torna alguns destes processos comparáveis é o fato de que são ambos atravessados pela lógica de uma economia de base capitalista globalizada que se estrutura a partir de uma crescente demanda por bens simbólicos e culturais e pelo consumo de histórias objetivadas. Comparando cidades modernas ‘antigas’ com cidades modernas ‘recentes’ – dentro do contexto americano que está analisando - a autora percebe dois padrões distintos de se produzir a história para consumo cultural. De um lado, as cidades que possuem edificações já consagradas por um repertório histórico em circulação – e aqui num trocadilho com a ‘máxima’ de Jameson, afirma que a arquitetura é o capital do simbolismo – tenderão a se tornar museus de rua e seu consumo tenderá ao ‘didatismo’. Cidades que carecem destes referenciais verão sua história ser ‘mitologizada’, fabricando imagens do passado que serão consumidas na forma de entretenimento. Se ambos os padrões podem matizar os lugares analisados por Zukin e, de resto, tantas outras paisagens urbanas tornadas patrimônio histórico, em São Bento do Sapucaí as oscilações entre ambos desnuda os condicionantes locais que concorrem para a inserção desta pequena cidade do interior paulista no contexto de um sistema econômico que a ultrapassa, ancorado na oferta de bens simbólicos e de serviços. Cabe introduzir no contexto que estamos analisando, entretanto, uma outra variável que como a arquitetura, se transforma em moeda de peso neste mercado. Trata-se do conjunto de práticas reunidas sob a designação de Patrimônio Imaterial. Este conceito vem se delineando desde os anos setenta e foi legitimado na Constituição de 1988 que, em seu Artigo 216, inclui no rol do patrimônio cultural brasileiro ‘...as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver’. (cf. boletim Notícias do Patrimônio, nº 13). Ainda que em sua formulação não estabeleça uma relação necessária com o passado, este conceito traz implícita esta relação ao recortar do universo complexo de práticas sociais, aquelas que mais se distanciam de um presente

marcado pelos ícones da modernidade: “conhecimentos e modos de fazer tradicionais”, celebrações, festas, rituais e folguedos coletivos, espaços de vivência comunitária como praças, feiras e santuários”.

Nos parágrafos que se seguem procuro desvendar algumas estratégias adotadas por agentes culturais do município e da região para abstrair de uma realidade multifacetada, elementos capazes de legitimar o lugar de São Bento dentro dos roteiros do turismo cultural, manipulando simultaneamente as representações do passado elencadas acima.

A saga da fundação

A história da cidade de São Bento do Sapucaí é oficialmente contada a partir da doação de uma grande área de terras situadas à margem direita do rio Sapucaí-Mirim por seu proprietário, José Pereira Álvares e sua esposa, dona Ignes Leite de Toledo, à São Bento, em 1822. A cidade nasce assim, de maneira semelhante a outras suas vizinhas (Sapucaí-Mirim, Cachoeira de Minas), como patrimônio religioso. Ainda hoje, algumas áreas do perímetro urbano são de propriedade da igreja.

As datas oficiais são reproduzidas no 2º livro do Tombo da Paróquia local, em publicações oficiais como *Os Municípios Paulistas* de Eugênio Egas (1925) ou a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1958), e marcam as etapas de urbanização e o estabelecimento de instituições representantes do poder do estado e da igreja sobre o território que compreende o município. Ao lado da descrição topográfica da região, estes são os únicos dados merecedores de registro nestas publicações. Estas datas se reproduzem ainda nos guias turísticos atuais, nas reportagens sobre o município, publicadas pela imprensa da região, ou no trabalho de historiadores locais. Assim lemos que, doadas as terras por volta de 1822, a paróquia é criada em 3 de fevereiro de 1828, a freguesia em 16 de agosto de 1832 (data oficial da fundação da cidade), a elevação à categoria de vila em 16 de abril de 1858 e à categoria de cidade em 30 de março de 1876.

Não poderíamos a partir disso entretanto, afirmar que o interesse pelo passado e identidade do município de São Bento do Sapucaí tenha surgido apenas com este recente despertar, por parte dos moradores e administradores locais, para as potencialidades econômicas da atividade turística. A preocupação dos moradores em constituir uma história do município que fosse além da listagem das datas oficiais de constituição da paróquia ou da fundação do povoado aparecia já nas páginas de um jornal editado e veiculado na cidade em 1940, em comemoração ao cinquentenário de instalação da comarca. Nele, um dos artigos retoma um episódio que remete ao período em que a capitania de Minas separa-se da capitania de São Paulo, em 1720, e as fronteiras entre as duas províncias não estão ainda claramente definidas. O Vale do Sapucaí-Mirim se encontra então no limite entre as duas capitanias recém-constituídas e ambas disputam a posse desta região.²² O nome de Gaspar Vaz da Cunha é lembrado como o primeiro paulista a penetrar no vale. Natural de Pindamonhangaba, este bandeirante apelidado Oyaguara teria – segundo o autor deste artigo – nos primórdios do século dezoito, arrebanhado:

“...um punhado de bravos como ele ...(que) abalaram serra acima entre rancos de bacamarte e repique de sinos....Topa com as cabeceiras do rio Preto e ruma Sapucaí-Mirim abaixo...Ficou por aqui enquanto alguns companheiros seguiram viagem. Em breve surgiram enormes fazendas, desenvolvendo-se então o comércio de gado...Houve logo disputas de sesmarias e assim as primeiras arranhações foram surgindo...os mineiros lá dos lados de Camanducaia andavam suspirando por essas terras. E a luta foi braba... Em 1822, entre os herdeiros das sesmarias compareceu José Pereira Álvares o qual, religioso como ele só, construiu uma capelinha onde hoje se ergue a N. Sra. do Rosário...depois doa uma extensão de terras à igreja, onde hoje está nossa cidade.”²³

²² Vasconcelos, 1948. “Ficando as coisas nesse pé (disputando Guaratinguetá pela extensão de terras e divisa) foi criada a capitania das Minas Gerais pelo alvará régio de 2 de dezembro de 1720, designando-se-lhe para parte do sul a divisa existente da ouvidoria do rio das Mortes com a de São Paulo, isto é, a dita serra da Mantiqueira.” (pág. 388)

²³ Chiaradia Neto, Francisco. In: *Correio de São Bento, em comemoração ao cinquentenário da instalação da Comarca*. Setembro de 1940, número único, pág. 3.

. As categorias sociais valorizadas por tal versão da história local são sempre as categorias detentoras do poder: o sesmeiro, grande proprietário de terras, capaz de doar parte de sua propriedade em benefício da coletividade; os representantes religiosos, envolvidos de forma decisiva nas questões políticas de seu tempo; ou o bandeirante, agente de colonização e de conquista. Ao reivindicar para sua história a influência do bandeirantismo e da disputa de fronteiras, o sentido desta narrativa parece ser o de legitimar a participação do município na história do Estado de São Paulo e com isso, seu direito a compartilhar das promessas de desenvolvimento que acenavam a partir da riqueza advinda do café e da nascente industrialização do estado. O papel empreendedor dos paulistas (e o bandeirante simboliza este papel de forma inequívoca) nesta disputa é realçado muitas vezes. O fundador da cidade, José Pereira Álvares, ganha também um papel de destaque nesta narrativa. Além de ter tido a iniciativa de estabelecer um marco da presença paulista nestas terras, ele será também o conciliador da disputa entre mineiros e paulistas, ao determinar como padroeiro da nova igreja, construída sob sua intervenção, um santo de devoção comum a mineiros e paulistas.

Esta vertente da história do município de São Bento do Sapucaí é repetida atualmente de forma exaustiva em guias turísticos locais, em publicações na imprensa da região ou no trabalho de historiadores locais. Em trabalhos mais extensos e recentes, como os de Isaura de Lima e Silva (1994) ou dos Sapucaias (1986) surge entretanto, a preocupação em relacionar estes acontecimentos com a história social e econômica do país no mesmo período, inserindo nela personagens e eventos paralelos; valendo-se para tanto das referências de outros historiadores. As publicações destinadas principalmente à informação turística, porém, ainda repetem uma versão estereotipada, carregada de exaltações à piedade e bravura das personagens:

“...Contando já o povoado cerca de 270 pessoas e alguns fogos, fazia-se sentir a necessidade de um padre que lhes ministrasse os sacramentos e de uma igreja para se reunirem na celebração dos atos religiosos. José Pereira Álvares,

interpretando o sentimento dos sertanejos, doou terras para construir uma capela e trouxe de Pindamonhangaba o padre Justino Velho Columbeiro, que benzeu o local onde se acha a Igreja de N. Sra. do Rosário, colocando ali a cruz da Redenção e uma bandeira com os dizeres: “Nossa Senhora Mãe dos Homens, comovei os maus corações.” Mas o vigário de Pouso Alegre, padre José Bento de Melo, frustrou-lhe os intentos arrancando a cruz e a bandeira e levando preso o padre Columbeiro. Pereira Álvares não se deu por vencido e mandou que se iniciasse a construção da capela, mas teve que sustar o trabalho para manter a paz e o sossego com os conflitantes mineiros. Serenados os ânimos, ele e sua esposa, Dona Ignez Leite de Toledo, doaram uma grande extensão de terras para ser erguida uma capela em louvor a São Bento, cuja imagem achava-se na capela da Guarda Velha (território mineiro) um pouco distante do povoado...” (Guia Turístico de São Bento do Sapucaí, 1996)

Deixando de lado a história impressa por um momento, vamos agora dirigir nossa atenção ao local onde, segundo os historiadores do município, foi estabelecido o marco de fundação da cidade. Hoje, neste ponto, existe uma capela em honra a Nossa Senhora do Rosário. Em frente a ela há um jardim arborizado e, num de seus canteiros, um conjunto composto por duas estátuas de bronze, em tamanho natural chamou-me a atenção, logo no início desta pesquisa. Trata-se da figura de um bandeirante, com seu bacamarte ao ombro, suas botas e seu chapéu de couro. À sua frente está a figura de um índio, mais baixo, vestindo uma tanga e com uma das mãos colocadas acima dos olhos, à maneira de uma viseira. Nenhuma placa indica quando, por quem, ou por que motivo estas figuras estariam aí plantadas, embora pudéssemos concluir tratar-se de uma homenagem aos que primeiro atravessaram este espaço, trazendo a ele algumas marcas de civilização.

Outros significados, entretanto, podem ser auferidos deste monumento para além do significado mais óbvio ao qual ele nos remete. Um deles está ligado ao modo como este conjunto de estátuas foi parar nesta praça, segundo me foi narrado pelo então secretário de Turismo da Prefeitura da cidade, quase como

uma anedota. Disse ele que estas peças estavam paradas, havia muito tempo, em um depósito da Secretaria de Cultura do Estado, em São Paulo. Tanto que ninguém se lembrava por que motivo elas haviam sido encomendadas e nem a que fim se destinavam. Querendo desocupar o espaço e dar a elas um destino, um dos responsáveis por esta Secretaria decidiu enviá-las a São Bento do Sapucaí, por volta de 1997. Afinal, não tinham os bandeirantes um papel importante na história do município? E assim foi feito. Chegadas na cidade, as estátuas foram acomodadas nesta praça, sem qualquer cerimônia ou formalidade e aí permanecem sem chamar atenção quer dos moradores, quer dos turistas.

Assim como declinaram as expectativas com relação ao progresso representado pela industrialização que nunca chegou a São Bento, esse 'monumento' parece dizer que também está em declínio o poder que esta história de bravuras, disputas territoriais e conquistas tecidas em torno da figura do bandeirante, teve, em algum momento, de catalisar as expectativas da sociedade local. De maneira paralela, a história da fundação da cidade, narrada através dos personagens que compõem sua narrativa, ainda que repetida nas muitas publicações de divulgação do município, não encontra suporte para se objetivar e transformar-se em produto turístico.

Novos personagens numa nova trama histórica

O mesmo monumento que representa a figura de um bandeirante, traz consigo a figura representativa de um índio. Dele, o mesmo secretário observou ainda que alguns moradores não gostaram do novo adorno por acharem que a figura do índio poderia sugerir que os habitantes da cidade não eram civilizados. Ao lado desta leitura negativa da figura indígena como referência identitária por parte de alguns moradores da cidade emerge, entretanto, uma nova perspectiva sob a qual a cidade, na pessoa de alguns de seus pesquisadores ou agentes culturais, constrói elos de identidade com este grupo. Um outro status e um outro papel atribuídos ao índio convive e redime este primeiro, como aparece expresso no trecho transcrito a seguir:

“Quilombo...o nome lembra a ligação com indígenas. Foram eles os seus primeiros habitantes, trabalhando pelo engrandecimento daquela que seria, mais tarde, a cidade de São Bento do Sapucaí. Em virtude dos feitos de seus moradores, e para conservar para a posteridade as suas lembranças...!”

(lista telefônica/guia turístico do município de S. Bento, 1996)

Evidentemente a percepção do índio como elemento formador da nacionalidade não é nova. Está presente na literatura romântica em sua fase indianista e posteriormente será retomada em sua forma mestiça com o branco na figura do caboclo, que ocupará espaço nos escritos sobre o homem do interior, o sertanejo, o caipira. Está presente também naquela que foi a fábula de constituição do povo brasileiro a partir da união das três raças: Macunaíma. Arelada à consolidação de um projeto de nação nas primeiras décadas do século vinte, a imagem do índio exerce ainda um grande apelo. (cf. Ortiz 1996, Pinho 1996) Sua valorização, entretanto, como de resto a valorização do negro e das manifestações culturais associadas à ambos ou às classes sem poder nunca foi destituída de ambigüidades. Ambigüidade que é reposta na fala deste nosso morador.

A Introdução de novas categorias sociais como formadoras do passado e da identidade de São Bento do Sapucaí não podem ser pensadas sem a importante presença de uma personagem local: pesquisadora da história do município e de seus moradores e grande entusiasta do desenvolvimento do turismo local, entre 1980 e meados de 1990, Isaura de Lima e Silva publicou dois livros sobre a história da cidade, explorando outras vertentes do passado local, além da tradicional história da origem município a partir de uma disputa de terras entre Pindamonhangaba e a então província de Minas Gerais. Hoje os dados de suas pesquisas são constantemente reproduzidos e utilizados por aqueles que escrevem sobre a história do município na imprensa da região ou nos guias turísticos da cidade.

Em minhas primeiras visitas a campo, em 1998, ela me foi indicada por diversos moradores da cidade, entre eles a responsável pela casa paroquial e a

responsável pela Biblioteca Pública, como a pessoa mais capacitada para falar sobre a história quer da cidade quer do bairro do Quilombo e sobre o turismo na cidade. Ao longo do trabalho de campo, encontrei outros moradores conhecedores ou ocupados também com a reconstituição de um ou outro aspecto da história local, mas ninguém com o empenho e a disposição desta mulher. O que primeiro me chamou a atenção foi o fato de que D. Isaura estava afastada da cidade, quando a conheci, por conta de divergências com o então prefeito, Antonio Carioca. Assim também, qualquer iniciativa que tivesse por finalidade realizar algum de seus projetos, era considerado pelo padre e pelos moradores do bairro do Quilombo como uma iniciativa perigosa.

Aos 54 anos então e exercendo a profissão de cabeleireira, D. Isaura passava os dias da semana em S. José dos Campos, na casa de uma parenta com a qual dividia um salão de beleza, voltando a São Bento nos finais de semana. Foi em São José dos Campos que ela me recebeu pela primeira vez e, fumando muito, deixou clara sua posição a favor de projetos que estimulassem a atividade turística no município. Nesse primeiro encontro fico sabendo ainda que Isaura havia feito parte da administração municipal na gestão anterior. Convidada para desenvolver pesquisas históricas e culturais que pudessem subsidiar uma ação mais efetiva da administração municipal no sentido de organizar o turismo na cidade, ela acabou sendo colocada a organizar a biblioteca municipal “Plínio Salgado”²⁴. Nesse período pesquisou a história do bairro do Quilombo e a história da escravidão no município, na tentativa de estabelecer uma conexão entre ambas. Neste período também se envolve pessoalmente numa ação conjunta com alguns moradores do Quilombo para promover o bairro e adequá-lo às exigências da atividade turística.

Leitora de historiadores e cronistas, foi aos cartórios, aos arquivos da Câmara Municipal, consultou antigos jornais, os registros paroquiais e a lembrança de muitos moradores na tentativa de reconstituir com mais riqueza a trajetória do município e seus cidadãos. Em seu primeiro trabalho publicado:

²⁴ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí e, durante a juventude (entre 1916 e 1919, pouco mais ou menos) manteve um jornal na cidade: o “Correio de São Bento”. Posteriormente, já deputado, participa de algumas questões locais. A referida biblioteca mantém uma sala com edições dos livros escritos e alguns de seus pertences.

Pedra do Baú: um mito, uma maravilha, uma justiça, D. Isaura recupera com detalhes a ‘conquista’ da Pedra do Baú por dois moradores da cidade que primeiro decidem escalar a pedra. Não podemos esquecer que a Pedra se situa no município de São Bento do Sapucaí e pode ser avistada de toda cidade, mas seu acesso pode ser feito também através de Campos do Jordão, de onde também é um cartão postal. Como já foi colocado anteriormente, a Pedra do Baú justifica grande parte das atividades turísticas que acontecem no município.

Em seu trabalho seguinte: *São Bento do Sapucaí: tradição e Cultura*, (1994?) D. Isaura enumera as festas religiosas e populares celebradas na cidade ou na roça e alguns costumes relativos ao namoro, casamento, velório, visitas, batizados ou promessas, que vigoravam ou ainda permanecem como prática da população local. Elenca também as narrativas que fazem parte do acervo oral da população rural ou urbana e que chama de folclóricas, algumas delas comuns a várias outras regiões do estado, como a do saci, do corpo seco ou da procissão das almas; outras que se tecem em torno da origem da Pedra do Baú. Dentro da classificação de ‘folclore’ Isaura relaciona ainda algumas danças como a quadrilha, a catira e a cana-verde; práticas como o mutirão e a recomenda das almas, além das simpatias, rezas e uso de plantas consideradas mágicas. Os hábitos alimentares da população rural, a arquitetura bem como os vários tipos de artesanato produzidos a partir de madeira, palha ou bambu também são descritos por ela neste trabalho. Pouco adiante, Isaura relembra os tropeiros, carroceiros e os carros de boi.

Só então recupera os esforços da administração local para inserir o município nas correntes de desenvolvimento econômico que acenavam com promessas às outras cidades do vale do Paraíba. Recupera as tentativas de se trazer a estrada de ferro; a inauguração da energia elétrica, os primeiros automóveis e as primeiras estradas de rodagem entre São Bento e as cidades vizinhas. Ilustra também as disputas entre facções políticas pelo poder local, nas primeiras décadas de consolidação do município, bem como o aparecimento e desaparecimento de diversos jornais na cidade, desde finais do século XIX. Recorda a existência de um teatro, também em finais do século XIX – e alguns

espetáculos de que foi palco - os primeiros clubes sociais, a existência de uma sala de cinema já em 1910, bem como de uma agremiação esportiva, em 1915 dirigida também por Plínio Salgado.

D. Isaura preocupou-se também, ainda que não tenha concluído suas pesquisas, em recompor o período em que um grupo de migrantes italianos viveu no município, na região hoje denominada Bumba. Aqui retoma a produção de vinho no bairro e os feitos *dos Reale, dos Chiaradia e Fittipaldi*.

Um de seus últimos trabalhos - não publicado - refaz a história da Igreja Católica no Município desde a implantação do primeiro templo, à construção das outras igrejas e capelas na cidade. Nele, narra as visitas episcopais, as reformas dos templos, a implantação de irmandades e congregações religiosas e refaz a passagem dos vários párocos que estiveram à frente da paróquia de São Bento.

D. Isaura preocupou-se também em reconstruir a história dos casarões da cidade, quer através de suas características arquitetônicas, quer através de seus primeiros moradores. O material e as técnicas de construção utilizadas serviram de base para a caracterização destas edificações. Uma tal investigação exigia, entretanto, como ela mesma dizia, que se pudesse entrar nestas casas, que se pudesse investigar o material existente por baixo do reboco; o que só era possível com uma grande boa vontade do dono ou em momentos de reforma destas mesmas casas. A atual secretaria de cultura de São Bento do Sapucaí ainda tem interesse em dar continuidade a este trabalho, mas esta catalogação e identificação só é feita com muitas dificuldades, segundo a atual responsável pela secretaria, pois os donos destas casas temem que, se tombados seus imóveis, eles se vejam impedidos de dispor deles da maneira que mais lhes convier. Além dos casarões da área urbana, D. Isaura vasculhou sítios e fazendas da zona rural.

Tentando conferir legitimidade para o nome “Quilombo”, Isaura procurou reconstituir a história do bairro e resgatar a trajetória dos negros escravos na São Bento do Sapucaí do século XIX.

A existência de uma igreja em honra de N. Sr^a. do Rosário na cidade desde meados de 1850 também inspirou D. Isaura a tentar reconstituir a trajetória dos negros no município. Juntou algumas notificações de compra e venda de escravos

no cartório; a citação da existência de uma Irmandade de N. Sr^a do Rosário em 1879, quando da visita de um bispo á cidade, no livro do Tombo da paróquia, mas não conseguiu fazer destes dados uma narrativa consistente.

Os trabalhos escritos por D. Isaura, em um intervalo de aproximadamente 15 anos cumprem o importante papel de oferecer subsídios para a construção de São Bento como paisagem histórica. Enquanto imbuída do papel de historiadora da cidade, D. Isaura revelava uma grande preocupação em fundamentar suas narrativas em documentos ou em referencias históricas consagradas, ainda que se valesse também de relatos orais dos moradores da cidade e da roça. Entretanto, o acesso que ela possuía a tais documentos ou referencias ficava muitas vezes restrito aos limites do que podia ser encontrado nos cartórios, arquivos e bibliotecas da cidade, o que resultava num trabalho de 'construção' muitas vezes fragmentário. Por outro lado, ou até por isso mesmo, D. Isaura procurou abranger aspectos muito diversos da historia local, como se buscasse, no emaranhado de histórias possíveis, encontrar a ponta de um novelo que tivesse peso o bastante para imprimir na cidade a chancela de patrimônio histórico.

A partir da delimitação desta história e de seus marcos significativos é que pensava estruturar as atividades voltadas ao turismo. Entre seus planos estava, além do tombamento do bairro do Quilombo, a instalação de uma fundação cultural no antigo prédio do Cine São Bento ou num dos casarões antigos da cidade, que abrigaria exposições, eventos musicais, teatrais e mesmo a apresentação de filmes. Inspirada no Festival de Inverno que acontece todos os anos em Campos do Jordão, D. Isaura sonhava organizar na cidade um calendário de eventos artísticos e culturais que fosse capaz de inserir São Bento do Sapucaí no roteiro de festivais semelhantes. Ironicamente, entretanto, a Secretaria Estadual de Cultura tem promovido um "Festival de Inverno" em algumas cidades da região do vale do Paraíba, entre elas Santo Antonio do Pinhal, São Luís do Paraitinga e São Bento, há cerca de três anos. Sem o brilho do Festival de Campos, entretanto, estes eventos privilegiam antes a música

regional e popular – caipira de raiz, jongos ou retretas - marcando uma clara distinção com caráter erudito do festival de Campos do Jordão.

Com a cassação do prefeito Carioca, D. Isaura voltou a São Bento e à Secretaria de Turismo, mas em pouco tempo faleceu. Depois de sua morte e com a eleição de um novo prefeito, conta um morador e aliado seu, seus projetos foram todos postos de lado. A secretária da cultura até faz referência a alguns deles mas, segundo este mesmo morador, não são mais a prioridade desta administração que, como vimos, optou por outros caminhos para dinamizar a atividade turística no município. Articulado com outros moradores – entre eles antigos professores da escola local – este morador espera que a eleição de um outro candidato neste ano possa significar a retomada dos projetos de D. Isaura e dos esforços de valorização da ‘história’ de que São Bento é portadora.

Se D. Isaura não viu suas expectativas se realizarem, por outro lado seus trabalhos acabaram por ampliar o repertório de possibilidades a serem exploradas por outros agentes sociais que também se vêem envolvidos no processo de construção da história local e do município como lugar turístico. É sempre a eles que se recorre quando aspectos desta história devem aparecer nos guias turísticos ou em reportagens jornalísticas de divulgação do município, bem como nas páginas eletrônicas destinadas a este fim.

Hoje convivem nos roteiros que mapeiam a cidade: a igreja matriz “...construída em taipa de pilão, cujas paredes ainda carregam as impressões das mãos dos escravos que a construíram” e guardam “pinturas encomendadas a grandes artistas da época”; os casarões que se enfileiram ao redor da matriz; as festas religiosas que se sucedem ao longo do ano; o trabalho de artesãos; restaurantes e pousadas onde referências a uma ruralidade idealizada convivem com o conforto próprio de áreas urbanas e mesmo um museu da Revolução de 1932, inaugurado no último 9 de julho, já que a cidade reivindica também um papel na revolução constitucionalista. Situada na fronteira entre São Paulo e Minas, a cidade teria sido palco de batalhas durante este evento e, a caminho do Quilombo, permanece dela uma trincheira cavada no terreno.

O passado versus o passado.

A valorização e a objetivação do passado e da especificidade local tendem a transformam-se, paradoxalmente em seu contrário. Ao mesmo tempo em que sublinha a singularidade da identidade local como resultado de sua trajetória histórica, esta ênfase instaura uma ruptura com esse mesmo passado e essa especificidade, num sentido muito semelhante à ruptura que Souza percebe entre *memória* e *história*. Instaura, inescapavelmente, a necessidade de uma nova relação dos moradores locais com este novo espaço liminar que se constrói a partir desta valorização,²⁵

Num trabalho não publicado, D. Isaura arrisca traçar um perfil do “sambentista” e, a partir deste perfil, apontar a necessidade de uma mudança de perspectiva por parte destes mesmos moradores, a fim de que o município possa se beneficiar dos ares soprados pela modernização. Seu texto reflete as ambigüidades colocadas pela apropriação turística do espaço e do ‘tempo’ deste lugar; ambigüidade inscrita na própria concepção de patrimônio – enquanto produto da modernidade – entre um passado nefasto, que impede a assimilação do novo, e um passado restaurador, na medida em que se torna objeto de manipulação e mercadoria.

*O Alto Vale do Sapucaí era uma região solitária, onde predominou a criação de gado. Spix e Martius, no livro **Viagem pelo Brasil** traçaram o perfil dos habitantes dos sertões mineiros, dizendo que viviam de maneira muito simples e rude e eram criaturas da natureza, sem instrução e sem exigência. (...) Dizem os autores que eram, na maioria, descendentes de portugueses com índios, portugueses com negros e índios com negros. Do contato desse sertanejo*

²⁵ Cf. Zukin, espaços liminares, resultantes da apropriação cultural, são “...espaços que tanto falseiam como fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico. Misturando funções e histórias, o espaço liminar situa o usuário a meio caminho entre instituições. O comportamento aprendido é sempre posto em questão quando a liminaridade cruza lugares lucrativos com não lucrativos, casa com espaço de trabalho, bairro residencial com centro comercial. A liminaridade dificulta o esforço de construção de uma identidade espacial. As mesmas características que tornam os espaços liminares tão atraentes, tão competitivos em uma economia de mercado, representam também o desgaste da diferenciação local’.

solitário com os fazendeiros e escravos que aqui se estabeleceram formou-se o homem sambentista. (...) Os demais imigrantes só aparecem no final do século passado, em sua maioria, italianos. Cada um desses elementos transplantou-se com sua bagagem cultural, seus usos, costumes e crenças religiosas, que formaram a cultura sambentista tão distinta dentro do contexto geral. As condições geográficas, a distância e a falta de transporte e comunicação causaram o isolamento dos habitantes, e criou-se uma sociedade própria (...) Esse isolamento produziu o equilíbrio, costumes cristalizados, estabilidade e culto às tradições.(...)

A sociedade sambentista sempre foi refratária a mudanças, apegada ao passado e às tradições de seus ancestrais. O que era uso ou costume a um século atrás continua, ou se quer que continue até hoje, quando estamos às portas de um novo milênio. Aceitam as mudanças na sociedade com muita reserva e desconfiança...

As pessoas mais velhas são as que menos viajam, as que mais resistem às mudanças, as de costumes cristalizados, apegadas ao passado...Porém encontramos pessoas relativamente jovens vivendo em função do ontem, recusando a aceitar o hoje com todas as suas mudanças sociais: são os saudosistas, que ainda sonham com a missa rezada em latim, as suntuosas coroações de Nossa Senhora, cercada de anjos com roupas brilhantes e asas brancas de penas de pato...Acompanham pela televisão as transformações do mundo, o avanço da ciência e da tecnologia como simples telespectadores, como se fosse um fato isolado e distante que não os afetasse em nada... As pessoas que vêm de fora, dos centros mais desenvolvidos, são vistas com certa reserva por causa do modo de agir mais liberal, das idéias mais avançadas e ficam um pouco isoladas até que se quebre o gelo ou ganhe a confiança da comunidade...

Resumindo: grande parte dos sambentistas vive do passado, no passado e para o passado. Até parece que as montanhas que os cercam impedem-nos de viver o presente e encarar o futuro de frente...

Agente de valorização do passado, D. Isaura se vê diante do paradoxo de lidar com ele não só como um objeto inerte a ser polido, emoldurado e vendido aos consumidores de ‘paisagens’ singulares, mas como uma força ainda viva que oferece resistência a seus projetos. Para constituir o passado de São Bento como história, como patrimônio, há que se conjurar a própria força que ele ainda exerce sobre o comportamento dos moradores da cidade ou melhor, há que se estabelecer com ele outras relações.

Entretanto, para os representantes do grupo que se alinhava com ela e com seus projetos, estas mudanças foram ainda mais radicais, na medida em que o planejamento turístico atual parece abrir mão de reconstituir os elos que unem a conformação física da cidade e sua organização social com as especificidades de sua trajetória histórica, ou se o faz, faz de uma maneira um tanto superficial. A importância dos trabalhos e das iniciativas de D. Isaura permanece, entretanto, pois eles oferecem aos agentes atuais um repertório de possibilidades de exploração que não estavam disponíveis anteriormente. Assim, ainda que no mapeamento regional da atividade turística São Bento do Sapucaí esteja inserido genericamente como um espaço rural e de natureza preservada – ao lado de outros municípios vizinhos – são principalmente os trabalhos de D. Isaura que fornecem as especificidades que, realçadas pela propaganda turística, devem fazer deste um destino único entre os demais.

Vimos, por outro lado, que D. Isaura procurou valorizar a participação de categorias sociais ‘populares’, como escravos e roceiros, na formação histórica do município. Esta preocupação, aliada às potencialidades que já se delineavam com os trabalhos de Ditinho Joana, fez com que ela se ocupasse também em promover o bairro do Quilombo. A partir do poder sugestivo que o próprio nome

do bairro carrega, D. Isaura trabalhou em dois sentidos: elaborar um projeto que legitimasse a relação entre o nome do bairro e suas origens, e organizar a exploração desta potencialidade oferecida pelo nome através da produção e venda de artesanato por parte dos moradores do bairro. Sobre esta atuação discorro a seguir.



*Igreja de S. Benedito,
momentos antes da festa de
celebração do santo; uma das
maiores festas do município.*

Igreja Matriz de São Bento



Quilombo: as armadilhas do nome

Em São Paulo como em Minas Gerais a profusão de sítios, paragens, povoados e acidentes geográficos que levam o nome de Quilombo atestam, segundo alguns autores, a proliferação desta instituição nestas regiões.²⁶ Próximo a São Bento, em Conceição dos Ouros e em Bueno Brandão há outros povoados que levam o nome de *Quilombo*. Na São Bento do Sapucaí de 1889, no livro do Tombo da paróquia, uma descrição da topografia do município inclui, entre os ‘importantes contrafortes’ da serra da Mantiqueira que o atravessam, a denominada serra do Quilombo.²⁷

Para os regimentos que regulamentavam as ações dos capitães do mato – caçadores de escravos fugidos – no século XVIII, era considerado um quilombo “...*toda a habitação de negros fugidos que passe de cinco em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados, nem nela se achem pilões*”.²⁸

Para a história recente da escravidão no Brasil o quilombo se constituía numa forma específica de resistência à escravidão em que estavam incluídas a fuga e a formação de grupos de escravos fugidos. (Reis, J. J. e Gomes, F. S., 1996)

Quase invariavelmente vinculado à história da escravidão e da trajetória dos negros no Brasil, o termo *Quilombo* vem se prestando no entanto à resignificações, dentro do atual contexto de discussões sobre a situação dos segmentos negros no país. A partir da instituição do termo ‘remanescentes de Quilombos’ instituído pela Constituição Federal de 1988, novas definições para o termo vem sendo elaboradas por organizações não governamentais, movimento negro e entidades confessionais “...*sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico*. (O’Dwyer 1995).

²⁶ Cf. Barbosa, 1972 e Almeida, 1998

²⁷ 2º Livro do Tombo da Paróquia de São Bento do Sapucaí.

²⁸ In: Lara, Silvia H., 1996

Dentro deste novo contexto, segundo a autora, o termo *quilombo* não se restringe aos resquícios arqueológicos de antigos povoamentos, nem a grupos isolados e de população homogênea originárias de grupos rebelados mas,

“.., sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo.”

Tais definições orientam a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que reconhece o direito à propriedade da terra às comunidades negras rurais, as ‘terras de pretos’ ou ‘terras de santo’.

A expectativa em torno das descobertas do que Vogt e Fry chamam de ‘africanidades’ no país é um fenômeno recorrente que vem se revestindo de múltiplas formas e de múltiplos usos. Enquanto na literatura abolicionista o negro é tratado como ‘um problema homogeneizado pela escravidão enquanto mácula’, com Nina Rodrigues o tratamento do tema sob a perspectiva da pureza racial se presta a um duplo e paradoxal papel, já que em seu livro *Os Africanos no Brasil* (1888) a pureza racial é a um só tempo valorizada e utilizada para justificar uma hierarquia social de base racial. Na década de 1930, os estudos da ‘questão racial’ se colocam sob a perspectiva culturalista em detrimento das análises de cunho racial e contribuem para estabelecer os contornos de uma ‘autêntica identidade brasileira’, fornecendo à nação um sinal diacrítico através do qual marcar sua distinção do resto do mundo. Os estudos sobre crenças e práticas rituais dos candomblés produzidos neste período serviram ainda como fontes seguras de legitimação ou de desqualificação para que candomblés da Bahia e do Maranhão pudessem situar a si e aos seus concorrentes dentro deste campo religioso. (Vogt e Fry 1996) Complementando, Schwarcz nos lembra que estes estudos constroem o negro (ou a África) como o ‘outro’ presente entre nós. (Schwarcz 1999)

É a partir desta perspectiva, ou seja, desta busca pelas 'essências' da África no Brasil e pelas peculiaridades deste 'outro', que Vogt e Fry percebem, tanto o fascínio sempre atualizado que este tema exerce sobre o imaginário brasileiro, como as resignificações mesmas do termo *quilombo*. Segundo os autores, através de um elaborado processo de sofisticação do conceito, que teria como fundo legitimador estudos históricos contemporâneos sobre os quilombos - onde são contempladas as relações sociais e simbólicas destas sociedades e a relação que teciam com a sociedade do entorno, bem como, em muitos casos, o seu estabelecimento como 'comunidades camponesas integradas ao sistema produtivo regional' - a noção de *quilombo* se alarga, e as especificidades elencadas na organização social e política destes quilombos podem ser identificadas também em nossas contemporâneas comunidades negras rurais. A presença de tais especificidades, frutos de uma herança africana inalienável seriam capazes, por si só, de garantir os direitos previstos na constituição com relação ao referido artigo 68.

Acredito ser passível de discussão a assertiva dos autores, ao circunscrevem os esforços de delimitação dos grupos de 'remanescentes de quilombos' à presença de uma 'herança africana', inscrita em sua organização social atual e legitimada freqüentemente, segundo eles, por uma genealogia que remeteria o grupo à um período histórico anterior à abolição. Entretanto o objetivo desta discussão não é aprofundar esta questão específica, mas valer-se dela para compreender o processo mesmo de alargamento do conceito de *quilombo* e perceber como este processo repercute e ilumina os diversos sentidos em que são construídos os discursos sobre a origem do bairro do Quilombo, em São Bento do Sapucaí.

Ainda que estabelecido num plano diverso, já que não reivindica o status de 'terra de pretos', o bairro do Quilombo se constrói sobre um campo de disputas de sentidos em torno de seu nome, que reflete e procura se valer destas mesmas expectativas em torno das 'africanidades' a que Vogt e Fry fazem referência. Neste caso específico, entretanto, o processo parece se inverter, ou antes, funcionar nos dois sentidos. O que vemos acontecer no Quilombo não é só a

manipulação de um conceito, o de *quilombo*, de maneira que ele possa abarcar uma realidade específica, mas é também a “construção” de uma realidade – de uma história - que possa ser contida dentro dos limites de um conceito já formulado. As várias ressemantizações que se tecem em torno da idéia de *quilombo*, são utilizadas por jornalistas, por agentes culturais – escritores e historiadores locais - e mesmo por alguns moradores do bairro, para fazer coincidir o espaço com o nome que ele carrega. Não é demasiado sublinhar ainda que estes malabarismos entre história e conceitos, no bairro do Quilombo, têm também um objetivo definido, que é fazer uso mercadológico desta especificidade, transformando-a em produto de consumo turístico.

Assim, no anseio de encontrar sinais desta relação histórica entre o nome do bairro e os significados que ele encerra, os divulgadores do bairro se valem de uma pretensa ‘tradição’ oral corrente na cidade, como aparece neste trecho de reportagem:

“...marco histórico na fase da escravidão, no vale do Paraíba, com tradições do século passado...” onde ex-escravos, após a promulgação da lei Áurea, *“...contando com a proteção da Igreja...receberam dela uma propriedade...construíram em regime de mutirão suas casas...”* e onde hoje *“Há uma sociedade consolidada no regime de mutirão...”* onde *“Além da lavoura, o artesanato é uma das parcas fontes de renda de seus moradores...”* e *“...a justiça é distribuída pelo líder da comunidade, Benedito da Silva Santos, ou Ditinho Joana, descendente dos fundadores do vilarejo...”* (Jornal ABC, 1992)

Alguns vão ainda mais fundo no tempo, de maneira a fazer coincidir a história do bairro com o sentido mais corrente do termo:

“... o bairro do Quilombo foi, no século passado, um refúgio de escravos...Colonizado há mais de 120 anos, o bairro mantém tradições da época da escravidão...O ex-vereador Benedito Cândido Ribeiro, 62, disse que o bairro foi colonizado por 30 famílias de escravos, que receberam a área em doação...A

maioria das casas foi construída no começo do século. Moram ali netos e bisnetos de escravos. No bairro não se vende nem se compra imóveis...” (Folha de São Paulo, caderno SP Vale, 18/03/1991)

Se o processo de alargamento do conceito de *quilombo* analisado por Vogt e Fry se faz a partir de uma associação bem elaborada entre recentes pesquisas históricas sobre antigos quilombos e determinadas situações sociais encontradas presentemente nas áreas rurais do território brasileiro, no caso das relações que se constroem entre o nome do bairro e sua suposta origem, estas associações não possuem a mesma sofisticação. Neste caso, o que se toma do conceito são alguns sinais, melhor ainda, a exterioridade destes sinais. O termo *quilombo*, aqui, passa a funcionar como um *mito*, na acepção que Roland Barthes confere ao termo. Como tal, o sentido primeiro da palavra *quilombo*, que contém em si uma história e um sistema de valores, se vê esvaziado, tornando-se aberto a que outras significações o venham preencher. As concepções que se agregam ao nome *Quilombo*, ainda que se alimentem do sentido primeiro da palavra, conferem ao nome outras e múltiplas significações²⁹. (Barthes 1993 págs. 139/140)

Não falta a esta miríade de possibilidades abertas pelo termo, a concepção do bairro do Quilombo, ele também, como uma área remanescente de quilombo, que, insisto, não tem aqui o intuito de incluí-lo na lista das áreas que reivindicam seu direito à propriedade legal da terra onde está instalado, mas traduz, antes, o impulso de fornecer uma explicação e uma situação histórica particular que justifique a peculiaridade do lugar em consonância com seu nome:

“Como todas as terras locais dos remanescentes de quilombos, também estão registradas no cartório em nome de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a padroeira da igreja construída por escravos há um cento e cinqüenta anos, em frente à praça, em torno da qual foram erguidas as casas”. (Revista Globo Rural, outubro de 1998, pág. 33)

²⁹ Tomando emprestada a análise de Barthes sobre o processo de transformação da linguagem em mito, podemos dizer que o termo *quilombo* de signo, torna-se uma forma. Esta forma, entretanto, não suprime o sentido anterior, mas o conserva à sua disposição como uma “reserva instantânea de história”.

Este mesmo impulso de fornecer uma justificativa para o nome 'Quilombo' e de potencializar o apelo que tal nome exerce em uma parcela significativa da classe média consumidora ou não de 'paisagens' turísticas e de produtos culturais, mobilizou D. Isaura a também construir um passado para o bairro. Vimos que, enquanto esteve apoiada pela administração municipal de São Bento, D. Isaura procurou associar a atividade turística, que acreditava ser de fundamental importância para o desenvolvimento do município, à presença de marcas legítimas de uma história local ou regional. Daí seus esforços em reconstituir o passado, ou as muitas histórias do município e de localizar em seu território sinais convincentes deste passado. Tal se deu também com relação ao bairro do Quilombo. Em meados da década de 1990 o bairro já era divulgado na imprensa da região como 'marco da história da escravidão' ao mesmo tempo em que se colocava como reduto de artesãos e de 'cultura popular' do município. Entretanto, os resultados advindos destas classificações e destas divulgações eram quase incipientes. Excetuando Ditinho Joana, prestigiado escultor e morador do bairro, poucos moradores mantinham uma produção regular de qualquer tipo de artesanato. Além disso, o bairro também nunca havia recebido qualquer investimento para adequá-lo à atividade turística: um espaço de exposição destes trabalhos, um calendário de atividades atraentes que justificasse uma visita ao lugar ou marcos significativos da história da qual o bairro se via investido.

Interessada em atrair tais investimentos para o bairro, D. Isaura optou pela alternativa de converter o bairro do Quilombo em patrimônio histórico e assim também ela se viu enredada nas armadilhas que o nome do bairro engendra. D. Isaura elaborou um projeto onde apontava os indícios que a levavam a considerá-lo como tal. Este mesmo projeto deveria ser encaminhado pela prefeitura ao Condepheet, onde seria avaliado por uma comissão competente, cujo parecer teria o poder de transformar o bairro em patrimônio, advindo desse status os benefícios de praxe: afluxo de turistas, verbas para os trabalhos de conservação e investimentos do setor turístico.

D. Isaura me contou que em seu projeto ela descartava a versão muito divulgada na cidade, de que a origem do bairro do Quilombo estaria vinculada a uma doação de terras feita pela Igreja a ex-escravos expulsos das fazendas da região na época da promulgação da lei Áurea. Não existiam, segundo ela, documentos que comprovassem esta versão e não existia também nenhum morador nascido ou crescido no bairro que pudesse confirmá-la. Assim, em lugar de trabalhar a história do bairro a partir desta versão, D. Isaura levantou a possibilidade de que o povoado atual tivesse se originado de um quilombo instalado de fato neste local, em um período muito provavelmente anterior à fundação do povoado.

A fim de fundamentar sua hipótese, ela se valeu das referências de historiadores que trataram da questão dos quilombos, principalmente através de Palmares; de referências contidas nos documentos disponíveis na cidade e de suas observações pessoais. Com base no material assim levantado, D. Isaura apontava alguns indícios que possibilitariam afirmar que o atual povoado poderia ter sido, de fato, em um tempo um pouco mais remoto, um quilombo.

Um primeiro indício se encontrava na disposição das casas, que no bairro do Quilombo, se organizam ao redor de um pátio central, onde existe uma fonte de água e onde se localiza a igreja. Esta disposição coincidia, segundo ela, com a disposição no espaço das construções em Palmares, conforme descrita na literatura que pesquisou. Nenhum dos outros bairros rurais de São Bento, ela afirmava, se organizou desta maneira. Onde houve a formação de um povoado ou um adensamento de casas este ocorreu ao longo de uma rua ou de uma estrada e não em forma de círculo, como era o caso do Quilombo.

O segundo indício apontado por D. Isaura, dizia respeito à localização do povoado, onde se encontra a capela, o pátio, a fonte e as casas ao redor. Este conjunto se situa num pequeno vale cercado de montanhas, o que também coincidia, segundo suas fontes, com o tipo de topografia escolhida pelos negros fugidos para o estabelecimento de quilombos, já que esta topografia dificultava a ação dos capitães-do-mato e seus pontos mais altos poderiam ainda servir como posto de vigia.

Um terceiro indício fazia referência à origem do nome do bairro, que remonta aos inícios da freguesia. O bairro do Quilombo já aparece com esta denominação nos registros do cartório de notas da cidade desde 1836. Logo, segundo este raciocínio, o nome Quilombo não teria relação com ex-escravos aí instalados após a abolição, que se deu em 1888. D. Isaura somava a esta evidência, a constatação de que a construção da capela do bairro não estava datada no livro do Tombo da paróquia, o que poderia sugerir que ela já existia antes destes registros começarem a ser feitos. Segundo D. Isaura, a doação das terras onde o povoado se assenta, feita por Francisco Rodrigues da Silva e sua mulher em 1873, conforme consta no livro do Tombo da Igreja e está registrada no cartório da cidade, foi feita à capela de N. Sra. da Conceição e não à santa, o que também poderia indicar que a mesma capela já existia mesmo antes da doação.

D. Isaura procurou estudar também a origem da imagem de Nossa Senhora da Conceição, que se encontra na capela do Quilombo. Baseada em seu tamanho diminuto, no material de que é feita e nas características dos seus ornamentos, chegou à conclusão de que esta imagem poderia ter sido fabricada ainda no século dezessete. As outras imagens de santos existentes nas demais igrejas e capelas da cidade são de dimensões maiores e a aquisição da maior parte delas está registrada no livro do Tombo da Paróquia, o que não acontecia com a pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição do Quilombo. Esta imagem, portanto, poderia ter sido trazida para a capela muito antes da constituição do município. Outro dado considerado importante para ela era a presença, na mesma capela, de uma imagem de S. Benedito, cuja origem também era desconhecida. Não estava arrolada no livro do Tombo. Por outro lado, ela chamava a atenção para o fato de que S. Benedito era um santo de devoção dos escravos, no tempo da colônia, o que também podia ser um indício da presença deles neste lugar.

Ainda que estas constatações fossem todas hipotéticas, como D. Isaura mesma afirmava, sua reunião neste espaço confluía para a possibilidade de que o nome *Quilombo* fosse, de fato, uma conseqüência da existência anterior de um quilombo neste espaço.

Desse modo, na busca de provas materiais que pudessem legitimar a identidade do bairro e, na falta destas, de provas circunstanciais, D. Isaura reescreve a história do lugar, “cria um passado e inventa uma tradição” Não dispondo o bairro de provas materiais ou documentais ‘legítimas’ que atestassem seu vínculo com este passado, D. Isaura reuniu um conjunto de fatos quicá acidentais e sua vontade transformou “a circunstância em essência’. (Cf. Vogt e Fry 1996)

D. Isaura recusou, pelas razões já expostas, a versão sobre as origens do Quilombo mais corrente na cidade - aquela que associava a origem do bairro a uma doação feita pela igreja à ex-escravos, logo após a abolição - e sobrepôs a ela uma origem negra ainda mais remota e talvez mais digna de prestígio, tanto por remeter a história do bairro a uma maior antiguidade quanto pelo atributos de coragem e rebeldia – sinais de heroísmo - associados aos negros fugidos, que talvez não se associe com tanta facilidade à imagem daqueles que foram simplesmente alforriados. Se o projeto elaborado por ela tivesse sido aprovado pelo Condephaat, naturalmente a chancela do órgão tornaria legítimo este passado, reconfigurando o próprio presente do bairro, que passaria a se orientar em consonância com ele. O encaminhamento deste projeto de tombamento do bairro, entretanto, jamais ocorreu. Antes disso, novas eleições municipais colocaram na prefeitura um opositor político de D. Isaura, que a afastou do cargo que ocupava na prefeitura e engavetou seu projeto.

Depois deste fato, D. Isaura fez presente de seu projeto aos moradores do Quilombo, para que procurassem, eles mesmos, novos caminhos que o tornassem viável, mas isso jamais foi feito. Durante um certo tempo, participou, em conjunto com a população do Quilombo, de um trabalho de limpeza do ribeirão do Quilombo e atraiu a participação da UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba – São José dos Campos) e seu projeto “Universidade Solidária” para examinar a potabilidade da água das diversas minas que brotam no lugar e são utilizadas pelos moradores. Em reuniões periódicas com alguns moradores do Quilombo, D. Isaura procurou organizar a produção do artesanato, estimulando aqueles que já desenvolviam esta atividade em algum grau, a sistematizar a sua produção e a

expor seus trabalhos no próprio bairro. Pouco tempo depois, deixou também estas atividades.

Desse modo, D.Isaura não só não pode fixar esta ponta que permanecia frouxa, no tocante à relação entre o espaço do bairro e seu nome, como ainda somou elementos ao já extenso conjunto de versões sobre sua origem. Ainda que o passado construído por D. Isaura não tenha se tornado ‘oficial’ pelas vias do Tombamento, os indícios levantados por ela me foram repetidos por Sidnéia, uma das artesãs do Quilombo, como um fato comprovado. Mostrou-me a fonte existente no pátio em frente à capela e apontou inclusive para a existência de uma trilha usada para a fuga dos escravos.

Em meio as suas pesquisas D. Isaura chegou a comentar que descobriu, entre os autores que leu, uma associação do termo Quilombo ao refúgio ou acampamento de índios e caboclos na época das bandeiras. Assim, disse ela, talvez a denominação de Quilombo, dada ao bairro, pudesse estar associada ao período em que pela região passavam as bandeiras de preamento e de busca por ouro. Esta sua constatação, provavelmente comentada com outros moradores de S. Bento parece ser a origem de uma referência feita ao bairro, em um guia turístico da cidade, produzido em 1996, em que esta versão se mistura ao próprio processo de tombamento, que na verdade não estava vinculado a ela:

Quilombo...o nome lembra a ligação com indígenas. Foram eles os seus primeiros habitantes...para conservar para a posteridade as suas lembranças, o bairro foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de São Paulo...(lista telefônica/guia turístico do município de S. Bento do Sapucaí, 1996)

Esta concepção do Quilombo como área de concentração de indígenas acabou sendo manipulada também por alguns moradores do bairro que, a partir dela, procuravam legitimar sua ligação com a origem mesma do bairro. Assim, em uma entrevista, D, Maria Joana revela que a avó materna era bugra, justificando assim o cabelo escorrido e negro e as feições de um de seus filhos:

O pessoal diz que o Caetano tem jeito de índio. Nós somos assim, tudo misturado. Isso aqui era tudo uma ...tinha mesmo essa gente, né? Encostado aqui, era um mato. A gente ficava com medo, encostado aqui no mato...

Ela era bugra. Nação de bugre, sabe? Que ela era uma mulherzona grande..E tinha os tios dela, todos eram assim bugres, sabe? Então nós somos todos com nação de índio, bugre né?

A mesma avó bugra, grande e bonita, como ela a descreve, despertou também o seu interesse pelos trabalhos em barro, estabelecendo uma relação entre as habilidades pelo artesanato que a família demonstra e suas origens:

Ela fazia panela de barro, esses cuscuzeiros de barro, fazia panelinha, fazia xícara, tudo pintadinho, né?

S. Toninho por seu turno, morador do Quilombo e grande contador de ‘causos’ como ele mesmo afirma, constrói outra justificativa para o nome do bairro, dissociada de qualquer das concepções anteriores:

“Então, diz que criava muito porco. Eles mataram um porco e era muito grande o porco, e o ‘porco tinha um lombo muito grande, né? Então um falava: Oh! Mas que lombo! Que lombo! Por causa de ser grande, então falava: oh! Mas que lombo! Que lombo! Daí foi onde surgiu o nome do bairro aqui. Ficou bairro do Quilombo, por causa desta história do que lombo! (...) Tem base, sabe por que? Por que lá no Paiol Grande também tinha assim um paiol muito grande! Então o pessoal colhia milho, levava a tropa, entrava até com a tropa dentro do paiol pra despejar o milho. E ficou o nome de Paiol Grande. Agora o pessoal duvida.... Mas ninguém diz como foi..então tem que ser. .”

Diante de tantas contradições com relação à origem do bairro e da associação desta origem com o nome do lugar, não é de duvidar que S. Toninho

tenha sido o único a encontrar a chave da questão, afinal, se ninguém consegue dizer ao certo como foi, então tem que ser!

Assim as versões se multiplicam. No Quilombo, as 'tradições' vêm sendo inventadas e re-elaboradas ao sabor das demandas e de interesses diversos, porque o controle sobre elas, se foi uma preocupação de D. Isaura em um certo momento, hoje não faz parte da agenda de prioridades do município com relação ao turismo no bairro. Por outro lado o nome do bairro e a disseminação das muitas versões que estabelecem uma relação entre este nome e sua origem acabaram por impor um paradoxo, já que apesar das propaladas origens escravas, o bairro é constituído hoje por uma população majoritariamente branca ou cabocla.

O interesse de D. Isaura pelo bairro e sua participação efetiva na organização das atividades turísticas neste lugar marcaram de maneira significativa o desenvolvimento do bairro como espaço de interesse turístico e a lembrança de alguns moradores locais. Hoje, em uma página na Internet, a mesma história que D. Isaura construiu para legitimar este *Quilombo* é retomada, em suas linhas mais gerais, pela mesma Sidnéia, hoje coordenadora dos artesãos do bairro, que já a havia me repetido há algum tempo. Por outro lado, D. Isaura recebeu este mês uma homenagem dos moradores do bairro ao emprestar seu nome para a creche que foi construída no Quilombo recentemente.

Durante o período em que estive trabalhando junto aos moradores do Quilombo, valendo-se do fato que o bairro já vinha sendo divulgado como um reduto de artesãos, D. Isaura procurou levantar as habilidades de cada um dos moradores, de modo a inseri-los em seu projeto turístico. Dentre estes moradores estava uma família de negros, que vivendo no bairro há cerca de quarenta anos não era, portanto, originária do Quilombo. Agenciados por D. Isaura, a eles foi sugerido que representassem a porção 'escrava' deste projeto. Este grupo vem se consolidando, desde então, como os legítimos representantes de uma cultura negra/escrava no bairro, em contraposição a uma maioria branca ou cabocla que tece suas representações sobre o passado do bairro baseadas numa cultura 'caipira' ou camponesa. Estas circunstâncias acabaram por estabelecer um campo

de tensões dentro deste território, em torno da legitimidade das representações que cada um dos grupos elabora.

Assim, ao nos aproximarmos finalmente do espaço do Quilombo e de seus moradores, o veremos dividido em dois: o primeiro deles se constitui no espaço de memórias objetivadas da cultura camponesa ou caipira, que se organiza em torno de alguns símbolos desta 'ruralidade' atemporal. O segundo, se organiza em torno de uma memória escrava. Memórias que em alguns momentos se consorciavam e em outros se opõem. A fixação de tais símbolos neste espaço será o tema dos dois capítulos que se seguem. Passemos primeiro pelo Quilombo caipira, de Ditinho Joana, para depois então festejarmos com D. Luzia e sua família as alegrias e dores do 13 de maio.



Ditinho Joana



Boticário – Ditinho Joana



Presépio – Ditinho Joana



Dois meninos com carrinho – Ditinho Joana



3 – O QUILOMBO CAMPONÊS

Introdução

Sob a perspectiva de um bairro onde perduram as tradições de um passado camponês ou caipira, o Quilombo deve ser lido pelos turistas que o visitam como o lugar onde sobrevivem aspectos da religiosidade caipira, do artesanato caipira, do hábito caipira de se contar, ao pé do fogão, causos de assombração. Onde sobrevivem também uma certa culinária caipira e o costume do trabalho coletivo. Aspectos próprios de uma categoria social que se formou e se consolidou ao mesmo tempo em que o Brasil se consolidava como nação e que, por isso, também estabelece uma continuidade entre o passado e presente.

Os signos e símbolos do estilo de vida da população rural utilizados para representar este Quilombo rural, se valem de concepções disseminadas por agentes sociais diversos e presentes nas afirmações do senso comum como uma rede de sentidos de contorno indefinido e difuso. Percebido como natural e evidente, como se de fato refletisse a vida autêntica, um tal conjunto de representações foi construído e fixado também pela ação de artistas, intelectuais, bem como pela ação do Estado, preocupado com a questão da integração nacional e da construção da nacionalidade, já que povo e passado são elementos para a constituição de uma nacionalidade imaginada.³⁰ (Hall 1995, Pinho 1997) Assim, nossa percepção da paisagem rural ou interiorana, como também de seus habitantes, resulta do entrecruzamento de produções textuais diversas – literárias,

³⁰Ao tentar estabelecer um nexos entre a chamada ‘cultura popular’ e a sociedade contemporânea, mais especificamente a atividade turística, Edson Farias nos faz ver que, no Brasil, o turismo, a construção da nacionalidade e a circunscrição das atividades eleitas como representativas da ‘cultura popular’ sempre andaram de mãos dadas. In Farias, E. 1997.

científicas, historiográficas – cujo repertório de traços acaba potencializado pelos meios de comunicação e transformado em mercadoria simbólica. Assim tem sido neste Quilombo caipira.

Neste capítulo me proponho a examinar de que modo estas representações de ruralidade são objetivas no bairro: através de que estratégias seus moradores e outros agentes da cidade conferem legitimação a tais representações. E o modo como embates e consórcios entre agentes locais concorrem para esta construção.

Espaço turístico e espaço privado no Quilombo

Algumas famílias destes moradores estão no bairro há mais de três gerações, como é o caso de Ditinho. Filho de D. Maria e sobrinho de S. Toninho, comprou recentemente uma parcela do sítio que um dia foi de seus avós. Quando rapaz, trabalhava também na roça, como camarada ou meeiro. As terras que a família possuía foram sendo vendidas pelos tios, que deixaram o bairro. Alguns foram para o Paraná, outros estão em Taubaté e Monteiro Lobato. Quanto a ele, começou a se interessar pela arte do entalhe e escultura por volta dos trinta anos e hoje, casado pela segunda vez, vive da venda de seus trabalhos e do emprego na Prefeitura.

Joaquim Alves, também morando dentro do Patrimônio da Santa, divide seu tempo entre o trabalho na roça, como meeiro, e a confecção de pilões e gamelas em madeira de lei. Sua filha confecciona bonecas de pano para vender ou para presentear as sobrinhas.

D. Lourdes, aposentada como agricultora, viveu dentro do patrimônio até meados de 2001, numa casa ampla cujo fundo se limita com o ribeirão do Quilombo. Antes de vir morar no Quilombo, perambulou com o marido por muitas regiões do estado, sempre como agricultores, mas nasceu em S. Bento do Sapucaí, em outro bairro. No Quilombo terminou de criar seus filhos. Dois deles ainda seguem com a lida na lavoura, um deles em Sumaré SP e outro em S. Bento mesmo, como camarada. Uma das filhas, casada com um rapaz que trabalha com transporte escolar, mora no Quilombo e trabalha como operária em

um município vizinho. A outra, que vivia com a mãe e um filho pequeno, morreu aos trinta e cinco anos, há pouco mais de um ano. A partir disso, Lourdes deixa a casa no patrimônio para morar com a outra filha.

João Cipriano é filho de um dos moradores mais velhos do bairro, S. José Cipriano, que morreu há cerca de um ano. Antes de se estabelecer no Quilombo, José Cipriano trabalhou muito tempo como tropeiro, num período em que quase não havia estradas de rodagem ligando o Município ao resto da região. Seu filho João mora numa chácara que construiu depois que resolveu se aposentar em S. Paulo. Cria seus filhos adolescentes no bairro. Possui alguns cavalos que aluga para passeios de turismo.

Maria Helena mora num pequeno sítio, recém comprado de alguns parentes. Morou no bairro em sua juventude, mas depois de casada, vendeu sua parcela da herança e mudou-se com o marido para o Paraná. De volta ao Quilombo, o marido cria algumas cabeças de gado e o filho planta mandioca em uma área do sítio, ao mesmo tempo em que mantém um pequeno comércio na cidade. Ela faz esteiras de bananeira e esculpe miniaturas da pedra do baú em madeira. Vende seus trabalhos na pequena feira de artesanato que se realiza no bairro e na casa do Artesão, no centro da cidade.

José mora no bairro com a esposa e três filhos pequenos numa pequena casa que ainda está em fase de construção. Vive da agricultura, trabalhando como arrendatário, e vende parte de sua produção na pequena feira de produtores que funciona duas vezes por semana ao lado do mercado municipal. Participou algumas vezes das cantorias de mutirão e semana santa, apresentando-se no hotel Estância, mas desligou-se do grupo. Como uma parcela considerável dos moradores do bairro, ele também não mantém vínculos com a atividade artesanal.

O casal Joaquim Cruz e Luzia vive no bairro há quase quarenta anos. Vieram da vizinha mineira Gonçalves, onde sempre trabalharam como camaradas, vivendo de agregados em terra alheia. Compraram primeiro uma pequena casa no bairro, para onde se mudaram com os filhos ainda pequenos e aos poucos foram adquirindo lotes próximos, onde instalavam os filhos que se casavam. Hoje os

filhos trabalham, ora na lavoura, como camaradas, ora na construção civil ou numa indústria de blocos. As filhas trabalham como domésticas, exceto pela caçula, que fez um curso técnico em Turismo em S. José dos Campos e está em busca de trabalho na área.

Joaquim Costa possui a maior área rural dentro do bairro do Quilombo, ainda que, pelos parâmetros da Casa da Agricultura, a sua seja considerada uma pequena propriedade (menos de 80 hectares) de exploração familiar. Explora a produção de mandioquinha salsa e mantém a casa de morada dos filhos dentro do sítio, mas nem todos trabalham na terra. Vendeu há pouco tempo uma área do sítio, onde foram construídos um restaurante e uma pousada. Quim, como é chamado pelos vizinhos, possui uma oficina onde fabrica carros de boi, e por isso é constantemente visitado por turistas.

Todas essas trajetórias exemplares trazem em comum uma relação de proximidade com o trabalho e a vida rural e mais do que isso, com a vida de pequenos proprietários ou de trabalhadores não proprietários que podem, por um lado, dispor de uma roça própria como meeiros ou arrendatários, ou trabalhar como camaradas em roças alheias. Trazem em comum também uma certa mobilidade cujo padrão é recorrente na literatura sobre as populações camponesas desta e de outras regiões do estado. Idas e vindas que obedecem, quase sempre, o traçado das redes de parentesco³¹.

Um trabalho de divulgação da história e das atrações do município, escrito em 1986 sob o pseudônimo de 'Sapucaias' e encontrado no Centro de Memória da Unicamp descreve:

Distante 3 quilômetros de São Bento do Sapucaí, é um dos locais do Vale do Paraíba que guarda o maior número de costumes do século passado. Surgiu em decorrência da reunião de negros que foram expulsos das fazendas após a decretação da lei Áurea. A Igreja Católica cedeu 3 alqueires e até hoje ninguém é

³¹ A mobilidade das populações rurais ditas 'caipiras' é um mecanismo presente desde o período colonial que permitiu a esta população contornar, de maneira mais ou menos eficaz, problemas relacionados à posse e à escassez da terra. Os contornos com que tal mobilidade se reveste são discutidos, entre outros, por Antonio Cândido em *Os parceiros do Rio Bonito*, por Margarida Moura em *Os Herdeiros da Terra* e por Maria Isaura P. de Queiroz em *Bairros Rurais Paulistas*.

*proprietário da terra. É administrado por um conselho de moradores e o trabalho tem como base a mão-de-obra de mutirão, tanto para a lavoura como na construção de novas casas*³²

Em um jornal de Paraisópolis, cidade mineira vizinha à São Bento lemos também:

A três quilômetros de S. Bento do Sapucaí, está um de seus bairros mais característicos, o povoado do Quilombo. Ele é constituído de um aglomerado de 40 casas, construídas, em sua maioria, num estilo arquitetônico “caipira”. São casas de pau-a-pique, muito comuns no meio rural.

O bairro do Quilombo é considerado como centro de artesanato ou mesmo, o “centro da cultura popular” de São Bento do Sapucaí. Ali, não só é grande a produção artesanal da população, como ainda são preservados, em suas formas autênticas, muitos costumes e tradições populares que já se perderam ou são descaracterizados em suas origens. (setembro de 1981, jornal “Novo Tempo”,)

Quando visitei o Quilombo pela primeira vez, atraída por descrições semelhantes, encontrei uma pequena feira de artesanato montada em um pátio de alvenaria construído na praça em frente à capela. Cerca de oito expositoras, mulheres moradoras do Quilombo, exibiam ali os seus trabalhos. Peças em crochê, pintura em tecido, pequenas esculturas na forma da pedra do baú entalhadas na madeira, esteiras de palha de bananeira e figurinhas moldadas em barro compunham o conjunto da exposição. Era uma tarde de sexta-feira de um feriado de Corpus Christi, não havia nenhum visitante ali, além de meu marido e eu; e as mulheres conversavam animadamente entre si. Quando toma consciência de nossa presença, uma delas vem nos receber e falar sobre os trabalhos expostos, quebrando um certo constrangimento tanto de nossa parte, que nos víamos invadindo uma preguiçosa tarde entre pessoas que nos eram desconhecidas, quanto das outras expositoras que pareciam não saber muito bem

³² Cf. Sapucaias.

como se posicionar diante dos únicos estranhos naquele lugar. Estávamos em junho de 1998 e nada daquilo que podia ser apreciado no Quilombo neste momento correspondia à imagem que dele construímos através destes e de outros textos de divulgação do bairro. Nenhuma peculiaridade visível parecia justificar a distinção deste bairro rural. Notamos também que nem entre as expositoras, nem entre os moradores que circulavam pelos arredores havia qualquer pessoa negra, como o texto nos havia sugerido.

O constrangimento e o estranhamento experimentados por mim nesta primeira visita ao Quilombo – só muito depois eu me daria conta – nasciam da inexistência, naquele lugar e naquele momento, de uma fronteira clara entre o espaço privado dentro do qual se tecia o cotidiano daquelas pessoas e o espaço público necessário para que as relações com os ‘de fora’ se estabelecessem. O conceito de ‘Multiplexidade’, forjado por Gluckmann e retomado por Anthony Cohen (1990) para refletir sobre a complexidade das relações sociais em sociedades não capitalistas, permite que se analise com mais detalhes os mecanismos que compõem tal fronteira. A idéia de ‘multiplexidade’ pressupõe a sobreposição de diversos papéis sociais desempenhados por um mesmo ator. Cohen chama atenção para o fato de que uma tal sobreposição exige maneiras de discriminar papéis, não para despersonalizar cada um deles, pois todos estão presentes na pessoa do ator, mas para sinalizar aos outros o comportamento apropriado. Quanto maior a multiplicidade de papéis indiferenciados e sobrepostos, maiores os rituais para separá-los - o ritual opera para contornar os conflitos fundamentais inerentes a multiplexidade. Estes rituais podem ser expressos na mudança de tonalidade de voz, na vestimenta ou na organização espacial. (Cohen 1990, pág. 30). Rituais, portanto, que funcionam como códigos através dos quais um ator comunica ao outro a sua identidade – o lugar de onde fala – estabelecendo ao mesmo tempo o lugar que deve ser ocupado pelo outro. No caso do encontro entre o anfitrião e seu visitante em um espaço turístico, estes rituais obedecem um padrão freqüentemente estabelecido fora do universo cotidiano do anfitrião, já que esta linguagem precisa ser inteligível para o visitante. No caso específico do bairro do Quilombo, um tal código não era do

domínio de todos os moradores do bairro, que acabavam por se relacionar com o visitante através de seus próprios padrões de comportamento, produzindo esta sensação de invasão.

Diferentemente de sítios históricos tradicionais como Ouro Preto ou Parati no Quilombo os signos materiais do passado que o bairro intenta representar, não estão inscritos em sua arquitetura. Nem mesmo a arquitetura 'caipira', tal como descrita num dos textos acima, existe mais. As antigas casas de pau-a-pique foram transformadas em casas de alvenaria, com modernas janelas de ferro e antenas parabólicas no quintal.

A fala de uma moradora de 88 anos, que viveu toda sua vida no bairro, procura dar conta desta transformação:

Ah! Era desse jeito mesmo, aqui o bairro, mas não tinha essas casas bonitas aqui não, sabe? Eram umas casinhas tudo ruim. Tinha a casinha de S. Vicente, ali perto da estrada. Mas eram umas casinhas tudo de sapé, sabe? Tinha muita casinha de sapé aqui e não era desse jeito. Depois que ficou desse jeito, essas casas boas assim que fizeram, né? E ia aumentando um pouco, ajeitando, né? Mas de primeiro não tinha casa assim, não. Meu irmão mesmo, que já morreu, ele tinha a casinha dele, era casinha de sapé...

Por outro lado, o bairro também não apresenta a organização espacial de outros tantos lugares turísticos que imprimem os signos da alteridade em seus bares estilizados e lojinhas de quinquilharias típicas. O espaço físico no bairro permaneceu, ao longo destes anos, antes de tudo, como espaço da vida cotidiana de seus moradores e as mudanças na arquitetura local refletem os padrões de conforto e bem estar da sociedade mais ampla à qual o bairro está conectado, ainda que dentro dos limites econômicos de sua população, questão esta mais imediata do que a possível transformação do espaço físico do bairro em patrimônio histórico ou em espaço turístico, como deixa entrever a fala da moradora citada acima.

A partir desta cena - deste primeiro encontro - quero chamar a atenção para duas importantes dimensões deste processo de construção da história do Quilombo e de sua constituição enquanto espaço de interesse para a atividade turística. Uma destas dimensões é constituída pelos elementos selecionados – dentro de um vasto elenco de possibilidades – para sinalizar ao visitante a realidade peculiar que se quer representada. A expectativa criada pela descrição lida num jornal é resultado desta manipulação de símbolos, assim como o são a produção e exposição de artesanato pelas mulheres do lugar. A outra diz respeito ao modo como tais representações se consolidam neste cenário. Através de que estratégias e embates o Quilombo vem se constituindo num cenário representativo da vida rural e das tradições camponesas da região.

O Quilombo de que se fala – Ditinho Joana

O Quilombo ‘caipira’ que, como já foi dito, integra um mapeamento mais amplo das temáticas exploradas pela atividade turística dentro do território nacional e é forjado a partir de algumas estratégias que visam por um lado, conquistar a atenção e o desejo dos turistas e por outro, adequar o lugar à expectativa deste mesmo turista. Diante da falta de signos facilmente decodificáveis de distinção, estas estratégias se valem principalmente de construções discursivas a respeito da história do bairro e de suas qualidades enquanto centro de manifestações culturais. Para tanto vem concorrendo principalmente a imprensa escrita, mas também os guias turísticos locais, os trabalhos de história local e as narrativas de moradores do bairro, como veremos a seguir.

O Quilombo surge na imprensa da região como um ponto de atração turística a partir do início dos anos 80, invariavelmente ligado ao nome daquele que é considerado seu morador mais ilustre: Ditinho Joana. Nascido e criado no Quilombo, como ele mesmo afirma, e registrado Benedito da Silva Santos, Ditinho é um escultor de grande projeção na cidade e na região e faz parte da galeria das pessoas notáveis do lugar, ao lado de Plínio Salgado e Miguel Reale; sendo citado em muitas publicações de divulgação histórica e turística do

município. Filho de lavradores, ele mesmo lavrador por algum tempo, este homem de 59 anos foi “descoberto” como artista em meados da década de 70 por Laércio de Carvalho e apresentado à pintora *naïf* Iracema Arditi, que divulgou sua arte fora das fronteiras da cidade: em Campinas, em Penápolis, no museu do Sol organizado por ela e em São Paulo, em consórcio com a Secretaria de Cultura do Estado.

Ditinho se mostra sempre muito receptivo e muito loquaz com aqueles que o procuram. Localizada no terreno da santa, sua casa foi o pólo de recepção dos visitantes que procuravam o bairro até pelo menos um ano atrás. Ali, em uma sala organizada especialmente para isso – e cuidadosamente separada do resto da casa por uma porta sempre fechada – estão expostos seus trabalhos em madeira e os trabalhos de alguns outros artesãos do bairro. Pequenas mesas e prateleiras nas paredes mostram as premiações recebidas e alguns trabalhos deste escultor que traduz na madeira a ‘vida do homem simples do campo’. São peças de tamanhos variados, que representam um homem com sua enxada ao ombro, um casal e seus filhos ao redor do moinho, um sapateiro encurvado, martelando a sola de um calçado, enquanto tem nos pés um chinelo; ou cenas religiosas: um presépio, Sant’Ana tendo Maria sentada ao seu lado.

Em um catálogo de exposição de seus trabalhos, realizada na cidade de S. Paulo em 1994, a biografia de Ditinho é assim construída:

Benedito da Silva Santos é o nome de Ditinho Joana, ex-lavrador do alto Vale do Rio Sapucaí Mirim na Serra da Mantiqueira, que abandonou enxada e foice por ferramentas de esculpir. (...) Ditinho Joana vive no Quilombo, comunidade rural no município paulista de São Bento do Sapucaí. Iniciou seu trabalho de escultor em 1976, procurando dar forma a um pedaço de raiz que ele próprio encontrou ao capinar. (...) usa seu talento para registrar com muita sensibilidade uma parcela representativa do povo brasileiro, ainda bastante desconhecida: a comunidade rural. (...) Profundo conhecedor dos antigos aspectos e costumes da vida rural, transmite aos seus trabalhos a realidade do homem do campo, deixando neles o testemunho para as futuras gerações de um

passado que, embora recente, é pouco conhecido nos nossos dias. (...)As figuras de sua terra, que surgem em seus trabalhos, interpretam momentos de pura simplicidade com o peso da tragédia, amor, dor e esperança.

Na Revista 'Globo Rural' podemos ler ainda a seu respeito:

Machadinha, martelo, formão e ponta de canivete são os instrumentos desse artista raro, acostumado desde cedo ao trabalho pesado na roça. A terra, de onde por muitos anos tirou o sustento para a família, também lhe deu a oportunidade de descobrir seu talento. Com a enxada Ditinho Joana encontrou a raiz com formato estranho que despertaria nele o desejo de esculpir.(...) Naquela época não havia luz no bairro do Quilombo, onde mora até hoje, a 4 quilômetros de São Bento do Sapucaí (...)Sua mãe, Dona Maria, de passos rápidos e boa memória, aos 83 anos, ainda se lembra bem das noites em que fazia companhia ao filho, mantendo a lamparina acesa para que ele pudesse dar forma aos pedaços de madeira. (Globo Rural, out. 1998. pags. 31/32)

Vemos que os elementos que constituem sua biografia e inspiram a sua arte fazem referência ao universo rural de múltiplas maneiras: através de seu passado como agricultor, das condições do seu lugar de moradia, dos temas que o artista escolhe para trabalhar – Ditinho e seus trabalhos dão testemunho de um mundo em extinção - entrelaçando-o irremediavelmente a este universo e ao bairro onde vive. Esse relato se repete de maneira muito semelhante em várias publicações nos jornais da região, quando o tema é o bairro do Quilombo. Dessa forma, sua origem e a natureza de seu trabalho vão sendo mitificadas a partir de uma matriz que se repete com poucas variações nas muitas publicações a seu respeito.

Processo semelhante de mitificação se dá em torno do papel de liderança que Ditinho exerce no bairro:

“Ditinho Joana transmite aos seus trabalhos toda a realidade da vida sofrida dos homens do campo, nele deixando um testemunho para as gerações

vindouras de um passado que, embora recente, já é um pouco conhecido atualmente. Apesar de sua simplicidade, é um líder no Quilombo, estimado como homem calmo e sereno, de palavra persuasiva e consoladora, a ponto de acalmar os ânimos exaltados.” (Jornal Municipalista, 25/01 a 02/02 de 1988)

Liderança que se exerce como manifestação de qualidades extraordinárias, como surge nesta nota:

“ O artesão Benedito da Silva Santos, conhecido como Ditinho Joana, mora no Quilombo. Ex-agricultor, ele largou a foice e a enxada para se dedicar a esculturas de peças em madeira de lei. Ditinho é o “guru” da comunidade. (Folha de São Paulo, caderno sp vale, 18/03/91)

Liderança que emerge de sua pessoa como um “dom natural”, uma herança:

Devoto de São Vicente de Paulo, ele faz com os padres vicentinos da região um trabalho de apoio à comunidade do Quilombo, seu povo, como chama carinhosamente as 120 famílias do bairro do Quilombo. (...) Ditinho é tido como um líder, a pessoa que se preocupa com a vida de todos. Exatamente como foi seu avô paterno, Benedito Antonio da Silva. (...) “Ele era um homem muito respeitado na comunidade. Dizem que tinha uma energia tão boa e tão forte, que bastava sua presença para apaziguar uma briga. Comigo também é assim. Quando tem briga de casal, ou se alguém está sofrendo, as pessoas me chamam. Muitas vezes eu não digo nada. Fico perto da pessoa, escuto ela, ela fica aliviada, parece que melhora.” ((palavras de Ditinho, segundo revista Globo Rural, out.98, pág. 33)

Se esta liderança aparece nos relatos escritos a partir de qualidades extraordinárias e inatas, o próprio Ditinho ajuda a sedimentar este ‘mito’ ao reafirmar esta liderança e estas qualidades, nas entrevistas que concede. Na

vida cotidiana do bairro, entretanto, tal liderança se articula em torno de três pólos: a vida religiosa, o turismo e as boas relações com a vizinhança, e se consolida através de alguns mecanismos que veremos a seguir.

O bairro do Quilombo, como vimos, é composto por uma população pobre, boa parte dela formada por pequenos agricultores, muitos deles sem terra própria, além de trabalhadores da construção civil ou da prefeitura local. Morador no terreno da Santa, Ditinho conseguiu recomprar uma pequena parte das terras que seus avós possuíram um dia no Quilombo e que foram sendo desmembradas entre os herdeiros e vendidas. Entretanto não trabalha nelas. É funcionário da prefeitura. Exceto por uma reforma em sua varanda, utilizada para receber os visitantes e expor seus trabalhos e os de outros moradores, Ditinho não ostenta nenhum sinal material de distinção dos demais moradores, quer em sua apresentação pessoal, quer através da posse de qualquer bem, quer através da adoção de hábitos diferenciados. Desta forma não constrói uma barreira econômica que possa distingui-lo dos demais vizinhos, ainda que seja reconhecido como uma figura proeminente. Além disso, atualiza certos rituais de camaradagem e cortesia que o mantém em contato constante com seus vizinhos: está presente em velórios e casamentos, visita vizinhos doentes, troca um dedo de prosa na rua quando chega do trabalho. Acresce-se a isso o fato de que Ditinho teceu como os moradores locais, uma rede de parentesco e de compadrio.

Por outro lado, Ditinho participa ativamente da igreja católica local, instituição através da qual se articula a sociabilidade dentro do bairro. É membro da Conferência de S.Vicente³³, organiza festas juninas, carrega o andor na procissão da festa da padroeira do bairro e faz leituras e comentários durante as cerimônias religiosas, atualizando velhas histórias e provérbios de tom moralizante.

³³ A CONFERÊNCIA DE S. VICENTE presente nos três bairros de Paraibuna estudados por Isaura Pereira de Queiroz em *Bairros Rurais Paulistas*, tem como função prestar auxílio, sob a forma de donativos, aos pobres que não têm meios de sustentação e aos velhos que não podem mais trabalhar na roça. A população oferece espontaneamente donativos à conferência, cujos membros são sempre homens, sendo vedada a participação das mulheres. Os adultos do bairro, quando não pertencem à Conferência, ficam mal vistos e são tachados de “pão duro”. As reuniões semanais da conferência também se prestam para discussão de assuntos de negócios, plantio, colheita, etc. e para se darem avisos à comunidade, entre eles as chamadas para mutirões. Seu presidente é eleito entre os homens de maior prestígio no bairro, independentemente de sua situação econômica. Nesse critério de escolha entram a religiosidade e as qualidades pessoais do escolhido.

Assim, sua liderança parece se organizar nos mesmos moldes de lideranças observadas em bairros rurais de diversas regiões do estado, por Isaura P. Queiroz. Segundo ela, a abundância de bens não é fator determinante para a atribuição de liderança nos bairros rurais que estudou. Ser cabo eleitoral ou presidente da Conferência de S. Vicente, são postos acessíveis antes aos mais bem relacionados do que aos mais afortunados. Para ser bem relacionado, o indivíduo depende de qualidades tais como a generosidade, diligência, experiência e conhecimento em diversas áreas e boa vontade em ajudar aos outros. A liderança não serve para determinar camadas sociais e o líder e sua família não se sobrepõem aos demais. (Queiroz 1973, pág. 77)

A mesma facilidade que demonstra para se comunicar com os moradores do bairro, faz dele também o intermediário entre estes moradores e os representantes do poder público e da igreja, demonstrando grande facilidade de articulação política. É Ditinho também quem recebe os visitantes que vêm ao Quilombo: turistas, pesquisadores ou jornalistas; e os encaminha ora para a casa de um morador artesão, ora para a casa de outro morador bom contador de 'causos'.

Ditinho Joana centralizou, por muitos anos, algumas das atividades voltadas à divulgação do bairro enquanto espaço de interesse turístico e, aqui sua liderança é, de fato, inquestionável. Vinculou, desde o início de sua carreira, seu nome ao nome do bairro e buscou a adesão dos outros moradores no sentido de integrar a população do bairro num seu antigo projeto: transformar o Quilombo num centro de artes e de artesanato da região, tal como o foi um dia a cidade do Embu, em São Paulo.

Ao longo dos anos em que está a frente deste projeto, organizou um grupo que ensaiava e apresentava os cantos da Recomenda das Almas e da Missa Cantada na Semana Santa e que também era chamado para contar 'causos' aos visitantes hospedados no Hotel Estância; ofereceu aulas de artesanato aos moradores interessados do bairro em sua casa e manteve contatos com outros agentes da cidade, como foi o caso de D. Isaura, e de fora dela, interessados em promover esta atividade. Tanto é assim, que sua imagem está automaticamente



Acima: Vista
do Quilombo a partir da
capela. Ao lado, Ditinho
Joana à frente da
procissão da padroeira.

vinculada ao nome do bairro, em todas as publicações a que tive acesso e é sempre a ele que os moradores do bairro encaminham os visitantes que procuram o lugar. É ainda Ditinho quem oferece alguns dos símbolos da cultura rural ou caipira que o bairro intenta representar, tanto através de suas esculturas, quanto através de seus relatos sobre festas e mutirões. Foi também com seu aval e sua ajuda que, há cerca de seis anos, Dona Isaura organizou um grupo de moradores do bairro interessados em transformar o Quilombo em espaço para o Turismo. Aí reside talvez, a eficácia de sua liderança, na medida em que, sendo ele mesmo um artista consagrado na região, procurou conquistar também os outros moradores do bairro para as possibilidades desta alternativa econômica.

O Quilombo de que se fala: uma comunidade Tradicional

Por outro lado, em torno da figura de Ditinho Joana se constitui também a idéia do Quilombo como uma ‘comunidade’.

No Quilombo ainda sobrevive um espírito de solidariedade, herança dos tempos em que na terra da Santa tudo o que se plantava era propriedade comum. Hoje cada família cuida de seu lote e Ditinho é tido como o líder, a pessoa que se preocupa com a vida de todos. (Revista Globo Rural, outubro de 1998)

Este termo é utilizado também pela igreja católica local para designar cada um dos bairros rurais, onde os moradores se congreguem em torno de uma capela: a ‘comunidade’ de São Sebastião no Paiol Grande, a ‘comunidade’ de Nossa Senhora da Conceição, no Quilombo, a ‘comunidade’ de Santa Maria no Cantagalo, etc. No Quilombo, entretanto, esta denominação é utilizada para enfatizar o caráter coletivo de várias atividades que são desenvolvidas no bairro, tanto em torno das atividades religiosas, como nas relações cotidianas entre a vizinhança local.

Há uma sociedade consolidada no regime de mutirão, o que é um exemplo para muito brasileiro que espera que o governo lhe dê tudo, esquecendo-se que é a sociedade que o ampara e não a autoridade. (...) Faça turismo em São Bento do Sapucaí e conheça a sociedade exemplar do bairro do Quilombo, adquirindo seu

artesanato, estimulando-os, aos seus habitantes, a prosseguir em sua vida tão simples, porém tão digna de imitação. (Jornal ABC 1992)

A constante referência ao trabalho de mutirão que persiste como forma de ação coletiva no Quilombo se deve a atuação da conferência de S. Vicente. Esta congregação religiosa tem a finalidade de prestar ajuda material e espiritual aos membros mais necessitados do lugar em que está instalada. No bairro do Quilombo, seus membros têm por hábito construir ou reformar, em regime de mutirão, as casas dos moradores em dificuldades econômicas; a partir de doações feitas por outros moradores do bairro e da cidade, bem como pelo comércio local.

De forma coletiva é organizada também a festa da padroeira do bairro, Nossa Senhora da Conceição, no dia oito de dezembro. Capitaneada por um festeiro, a festa depende das doações de prendas e alimentos que são utilizadas em bingos e leilões durante o período da novena que a antecede, e do trabalho de vários colaboradores que dirigem as rezas, comandam as rodadas de bingo, limpam a igreja e enfeitam os andores para a procissão.

De forma coletiva se fazem as rezas semanais do terço, as brincadeiras das crianças na praça, as rodas de conversas das mulheres na beira da rua e dos homens no bar ao lado da capela e as trocas de pequenos bens, serviços e gentilezas que sustentam as relações entre os vizinhos. Também de forma conjunta os artesãos em atividade organizam suas exposições em feriados e finais de semana.

A operacionalidade desta classificação parece funcionar em dois sentidos: num deles, que pode ser lido nitidamente nos discursos da imprensa e nos guias locais, o Quilombo é vendido como o modelo de uma vida coletiva, baseada na solidariedade e nas relações face-a-face, mas principalmente como *sobrevivência* de uma socialidade perdida e solapada pelas exigências da vida urbana moderna (os grifos a seguir são meus):

Localizado a apenas três quilômetros de São Bento do Sapucaí, o bairro do Quilombo não perdeu suas características de comunidade rural e o comportamento de seus moradores mostra como as tradições sobreviveram no tempo. (Diário Popular, caderno Turismo, 09/02/1990)

Por se tratar de uma sociedade primitiva que vive tão bem, respeitando-se e trabalhando, dentro de suas mínimas possibilidades, os moradores do bairro do Quilombo são dignos de ser visitados por todos nós que nos preocupamos historicamente, com o problema dos escravos, que nessa sociedade, ainda nos dão exemplo de como viver em paz e respeitar-se mutuamente... (Jornal ABC, 1992)

Num segundo sentido, a idéia de comunidade atua como um mecanismo eficiente para conquistar a adesão dos próprios moradores do bairro aos projetos de reconstituição desta 'paisagem', visto que muitos moradores participam dos eventos destinados a este fim com disposição semelhante àquela que os faz participar dos eventos na igreja ou do casamento de um vizinho.

O Tempo reconstruído.

Vimos que, no que pese os esforços para organizar o bairro como um lugar turístico o papel de Ditinho Joana é fundamental. Se levarmos em conta a transcrição abaixo veremos que tais esforços vêm de longa data:

Calcula-se que a metade da população está, no momento, produzindo alguma coisa de artesanato. Além dos objetos e utensílios de uso doméstico, como pilão e gamela, eles pintam, gravam e esculpem em madeira, como também modelam em argila.

O mais significativo entre os artistas do Quilombo, é o escultor "Ditinho Joana"(...). Seus trabalhos realizados em madeira, retratam com toda pureza a vida e as tradições do homem do campo. Ele mesmo chega a dizer que reproduz

o modo de vida “daquele homem que já não existe mais, mas que é lembrado e revivido na memória dos mais velhos”.

Há ainda outros artistas, como José Joana, que trabalha com entalhes em madeira, isto é, gravuras em madeira retratando cenas “caboclas” e passagens bíblico-religiosas. É bastante característica sua via-sacra, que se encontra na capela do povoado. Maria Inácia Ferreira realiza trabalhos em pintura, dentro de um estilo primitivo e ingênuo. Joaquim Alves da Silva destaca-se pela sua produção artesanal de utensílios e ferramentas de madeira.

Mas nem só do que produz vive a população do Quilombo. Ela preserva ainda tradições populares que em outras partes já desapareceram, como RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS, “Mutirão”, constituídos de cânticos e de danças. São manifestações religiosas que eram muito comuns durante a Quaresma e a Semana Santa.

O maior problema enfrentado no momento pelo artesanato do Quilombo é a sua comercialização. Segundo o Ditinho Joana a solução estaria na construção do Centro de Artesanato, onde a produção de todos seria exposta e vendida. A construção do Centro é promessa da prefeitura, mas pelo menos até o momento a iniciativa não entrou nas prioridades da atual Administração Municipal, apesar de ser uma obra de grande importância sócio-econômica para a população do bairro. (setembro de 1981, jornal “Novo Tempo”, de Paraisópolis)

Desde então o bairro tem sido objeto de matérias jornalísticas na região e mais recentemente surge também em revistas de circulação nacional e mesmo em documentários para a televisão. Entre a publicação desta primeira matéria jornalística reproduzida pouco acima (1981) e minha primeira visita ao Quilombo, dezessete anos se passaram. As dificuldades com relação à estruturação do bairro enquanto espaço turístico apontadas em 1981 parecem ter persistido ao longo de todo este período e a expectativa de que esta atividade pudesse oferecer uma alternativa de trabalho e ganho econômico para o lugar também não se cumpriu para a maior parte dos moradores. Vimos que durante alguns anos Ditinho Joana ofereceu aulas de artesanato para moradores interessados e, na sede do município, a Casa da Agricultura, esporadicamente, também fazia o

mesmo. O 'Centro de Artesanato' do Quilombo, entretanto, ainda permanecia como o sonho de alguns moradores quando conheci o bairro em 1998 e não havia sido construído até meados de 2002. Nesta época também a própria produção artesanal era incipiente: excetuando Ditinho Joana e mais um ou dois artesãos, os moradores do bairro só mantinham uma produção pequena e intermitente.

Assim, durante este período, outras estratégias foram adotadas como forma de legitimar a especificidade do bairro, algumas delas postas em prática a partir da atuação dos moradores: vizinhos e parentes de Ditinho.

Retorno ainda uma vez ao primeiro dia de minha visita ao Quilombo. Neste dia, a mesma moça que nos recepcionou na feira de artesanato leva-nos até a casa de seu tio, Ditinho Joana. Sentado em sua sala, Ditinho nos conta histórias do Quilombo, de sua gente, de seus antigos hábitos de trabalho, de festejos e de práticas religiosas. O Mutirão e seus cantos de improviso ao longo do dia, a Semana Santa e a recomenda das Almas, a Missa Cantada...Todas estas 'tradições', diz ele, persistem na memória dos moradores mais velhos do bairro. Ele mesmo pouco viveu estas práticas, mas, como sempre gostou de conversar com os mais velhos, foi guardando em sua própria memória o que já era memória de outros. Foi com os tios, conta, que aprendeu as canções da Recomenda das Almas e da Missa Cantada.

Em minhas primeiras entrevistas, ao inquiri-lo sobre a origem do bairro – eu ainda me questionava sobre os negros que teriam dado origem ao povoado – Ditinho diz que nada havia de concreto sobre tal versão, ou sobre qualquer outra que relacionasse o bairro a um provável quilombo. Ao invés disso, conta sobre sua bisavó, que teria sido filha de uma escrava com seu senhor, de quem havia recebido uma doação em terras ali mesmo no Quilombo. A partir daí discorre sobre os muitos costumes que fizeram parte das atividades religiosas e lúdicas do bairro nos tempos dele menino: os mutirões, as festas, a prática de recomenda das almas, das quais guarda versos, seqüências, cantos e muitos "causos".

A partir daí sou levada a uma espécie de roteiro sentimental pelo bairro. Orientada por Ditinho, no decorrer dos dias que se seguiram, converso com outros

moradores, portadores desta memória sobre a vida do Quilombo de 'antigamente', que dessa forma vão recompondo as relações de trabalho, de festas e de devoção que um dia haviam feito parte da vida dos moradores do bairro.

Daquela que é considerada a moradora mais antiga do bairro, D. Maria, a mãe de Ditinho, ouço lembranças do trabalho na roça, quando o pai plantava mandioca e fazia farinha:

Eu tinha uns doze anos mais ou menos, ou mais até um pouquinho, eu trazia um balaio assim grande, cheio de mandioca, de lá daquele alto da pedreira, lá. Vinha sentada, prá descer. Eu sentava, punha os pés lá embaixo assim daquela escadinha que ele fez e daí, balaio na cabeça. Se tirasse o balaio da cabeça, depois a força não dava prá suspender o balaio, né? Ele que punha na cabeça. E descia sentada. (...) Daí nós fazia farinha, dava uma quarta de farinha desse balaio que eu trazia. Descia de lá do alto, vinha vindo e cá que minha mãe me ajudava a tirar da minha cabeça, que eu, a força não dava prá tirar (...) Tinha tapiti prá encher, prá por debaixo da tábua, prá enxugar, né?

Lembranças da avó 'bugra', que fazia utensílios de barro. Do pai colocando a enxada nas mãos dos meninos pequenos, para que fossem aprendendo a lidar com ela.

De um outro morador, irmão mais novo de D. Maria, lembranças das cantorias com outro dos irmãos, tocador de viola. Do Mutirão que preparava o terreno em frente à capela para a festa da padroeira:

Aqui, quando chegava véspera, entrava a novena da festa, porque tem nove dias de reza, isso, depois tem o dia da festa, dia oito de dezembro. (...) De primeiro, fazia novena e nós rezava o terço. Cantado, né? E quando chegava no sábado, faltava às vezes dois, três dias para a festa, daí reunia todo o povo prá capinar o pasto aqui. Eu era criança, eu era molecão, mas eu lembro. Reunia todo o povo, capinava todo o pasto, tinha almoço, tinha café e cantava mutirão. Dia

inteiro cantava mutirão. Algum bebia, ficava meio zonzos...eles capinavam tudo, tiravam todo mato...então era muito unido, né? Era bem unido, né?

Lembranças da escuridão e do silêncio respeitoso de uma sexta-feira santa em que ele, rapazinho ainda, saiu com outros companheiros do bairro para cumprir a obrigação de cantar a Recomenda das Almas.

De primeiro era uma cantoria de muito respeito, né? Quando eu saía – eu queria sair junto com eles – eu carregava a cruz. Era a mesma espécie da via sacra. A mesma coisa. Só que em cinco pessoas prá cantar. Cinco vozes. Tem mestre, contra-mestre, contralto, ‘pife’ e ‘tala’. Ia cada um com um lenço amarrado na cabeça. E não proseia um com o outro. É tudo silente, né? Então, cada um deles ascendia o cigarro, fumava, prá depois seguir. Chegava, era em sete casas, ou senão, cinco. Sempre é impar. (...) Quando era prá cantar só em cinco casas, eles cantavam em quatro casas, depois a derradeira era ali na igreja. Na porta da igreja. Mas, é uma cantoria muito bonita!

Quando chegava assim, tem a matraca, né, então batia a matraca e o primeiro verso era assim:

(Cantando) - *Alerta, alerta, o pecador adormecido,
lembra que pode morrer
Neste sono amortecido*

E cada verso é uma toada. Tem outros versos: (Cantado com a irmã, D. Maria, em terça)

Pecador que dorme
Alerta seus pecados
Ó que hoje mesmo pode ser julgado.

Este mesmo canto é reproduzido hoje - nas cinco vozes de que falou Toninho - pelo grupo formado por Toninho, Ditinho e outros três companheiros, que o apresenta em algumas ocasiões, quase sempre para visitantes de fora da cidade.

Toninho prossegue contando os muitos casos de assombração, um deles envolvendo a figura de um ambicioso Jordão, dono dos Campos do Jordão, cuja alma viajava sem descanso num cargueiro, por ter matado o escravo que lhe ajudara a enterrar no campo, o ouro que possuía. D. Maria emenda, contando a ocasião em que ouviu, vindo dos lados do Paiol, as badaladas altas de um monjolo assombrado, que descia a estrada atravessando o bairro e vinha batendo e soando de tempos em tempos, silenciando apenas em frente à capela, para retomar seu barulho assustador no Morro Vermelho, até se perder na distância.

Ditinho me recomenda que ouça também as lembranças daquele que foi o último tropeiro da região, Sr. José Cipriano. Abatido com a recente morte da esposa, Sr. José Cipriano não mostrou a mesma desenvoltura dos outros, mas não se opôs tampouco a falar, estimulado pela filha que lhe ‘puxava’ as lembranças e as palavras.

Diante das dificuldades materiais que os moradores do bairro encontram ou encontravam para organizar e estruturar o bairro enquanto atração turística, este contato direto com os visitantes se constituiu em uma estratégia importante para a manutenção do nome do bairro na mídia impressa e na lembrança daqueles que passaram por esta experiência. Eu a vi funcionar outras vezes, sempre que alguém de fora procurava saber um pouco mais sobre o passado do bairro. Através dos discursos destes moradores, o espaço físico do bairro ganhava a profundidade histórica que sua arquitetura contemporânea talvez lhe negasse e se tornava investido de sentidos que não poderiam ser apreendidos sem esta intermediação. Por outro lado, esta prática exercita estes mesmos moradores na linguagem corrente do turismo, já que tanto as falas quanto os textos transcritos acima (e outros tantos semelhantes, já publicados) se valem de alguns elementos recorrentes, entre eles: a ênfase num certo conjunto de práticas de trabalho, lúdicas ou de devoção (muitas delas transformadas em espetáculo, em artesanato ou em objeto de arte) e a ênfase no passado. Com isso oferecem um dos pilares sobre os quais se sustenta a construção do bairro do Quilombo enquanto guardião das tradições camponesas.

Caipiras, roceiros, sitiantes...

O termo ‘caipira’ usado por mim para designar o teor das representações construídas pelos moradores do Quilombo se baseia antes numa classificação elaborada fora do universo do bairro – entre escritores, músicos ou sociólogos – para designar o grupo de pequenos camponeses paulistas e mineiros e um amplo conjunto de práticas a ele associadas. Esta designação só é utilizada pelos moradores de São Bento do Sapucaí ou do bairro do Quilombo em situações muito restritas.³⁴

Vejamos como D. Isaura fala sobre as tradições de seu município e define o homem do campo, em seu livro *São Bento do Sapucaí: Tradição e Cultura*:

“O roceiro andava descalço ou usava botinas ou sapatões e as mulheres, as alpargatas e chinelas de lã para o inverno.

Muito tímido, cortês, bem educado no trato com as pessoas, cismado, espiritualista e crente, é sábio em relação à natureza. Sabe as horas pela posição do Sol, calcula o amanhecer pela fala dos passarinhos e o número de vezes que o galo já cantou. Prevê chuva, frio ou geada sem consultar a meteorologia, mas observando a direção dos ventos, a cor do céu, a altura das nuvens, a Lua, o horizonte e o vôo das aves. Olha para o céu e sabe em que fase a Lua esta e quando vai mudar....”

A autora escolhe o termo ‘roceiro’ para designar o homem do campo, de preferência a ‘caipira’. Carregada de conotações ambíguas, a designação ‘caipira’ aparece, em São Bento do Sapucaí e em publicações sobre o vale do Paraíba, para identificar principalmente os aspectos culturais desta categoria social que estão sendo apropriados como mercadoria turística, mas não os seus sujeitos. Deste modo temos uma certa culinária – o feijão caipira, a galinha caipira, os doces caipiras – uma certa arquitetura – a casa caipira de barro e chão de terra batida; utensílios e objetos: o fogão e o forno caipiras, o pilão, o cigarro.

³⁴ Devo minha atenção à esta questão a Brandão (1995) que analisa o significado e os usos do termo ‘caipira’ entre moradores do bairro rural de Catuçaba, no município de São Luís do Paraitinga, SP.

Ao se referirem a si e aos seus conhecidos e antepassados, as designações variam. Na fala de um morador do Quilombo eles são: a gente da roça, o pessoal do Baú, o pessoal dos Pinheiros, a gente antiga, os antigos.

Este mesmo morador, rememorando o que ouvia em menino, conta a história de um escravo que, fugido de lá dos lados do Serrano, teria vindo se esconder no Quilombo. Vejamos nesse discurso o modo como ele se posiciona em relação a esta classificação:

“...Ele fazia fogo pra assar. Assar milho pra ele comer assim na hora e pitar, né? E então ele pitava, que eles falam pitar...na linguagem caipira pitar é porque pita é no pito, nem é cigarro. Então na língua caipira é pitar.”

Se ele usa o termo ‘caipira’ para caracterizar a fala de seu personagem, isso não se repete quando o narrador descreve algumas práticas de trabalho ou festivas que fizeram parte da sua infância e juventude e que são hoje repetidas na forma de ‘espetáculo’ para os visitantes. Estas são denominadas como ‘tradição’.

Por outro lado a diferença entre os do lugar e os de fora pode ser expressa com a classificação do visitante como ‘gente de São Paulo’ ou simplesmente ‘eles’, mas não se exprime através da classificação do ‘nós’ como ‘caipiras’, ainda que esta diferença esteja posta e percebida também na linguagem, como aparece nesta fala de S. Toninho:

“...ele vinha (o dono do Hotel Estância) buscar nós pra ir cantar lá pra turma. Cantar, contar causos, né? A gente fala ‘causo’, agora na linguagem deles é história. Contar história. Eu tenho causo que meu pai contava, mas causo que vai longe.”

“A semana santa canta às vezes. Semana santa nós cantamos uma vez lá na igreja e na hora das sete palavras. Semana santa começa na segunda-feira até domingo da ressurreição. É tudo cantado. E é gozado, cada verso é uma toada. A gente fala toada, né? O pessoal fala música, pra nós é toada.”

Políticas locais

Quando conheci o bairro do Quilombo, em 1998, as informações que obtive na cidade é de que estava em andamento um processo de tombamento do bairro, pelo fato de o Quilombo ter sido parte de um importante período na história da região, ou seja, por estar vinculado à história da escravidão. Assim, uma das mulheres artesãs a quem eu havia conhecido em uma de minhas primeiras visitas ao bairro, se disponibilizou a falar um pouco mais a respeito deste processo. Através dela fico sabendo do papel desempenhado por D. Isaura neste processo e das tensões que o cercaram. Durante algum tempo, D. Isaura manteve com os moradores do bairro diversas reuniões a fim de descobrir maneiras de tornar o bairro mais atraente aos olhos dos visitantes. Segundo me contou esta mesma moradora – moça de seus trinta anos, sobrinha de Ditinho Joana, que participou ativa e entusiasticamente destas reuniões – a idéia de D. Isaura era atrair a atenção dos turistas a partir da história, do artesanato e da natureza preservada. Com esse intuito os moradores em conjunto com ela, elaboraram mutirões de limpeza para retirar o lixo do ribeirão do Quilombo que atravessa longitudinalmente todo o bairro e o grupo conseguiu também estender a coleta municipal de lixo ao bairro. Por seu turno, os membros do grupo trataram então de conhecer o que cada um dos moradores do bairro sabia fazer: crochê, bordados, doces, trabalho em madeira, etc. A idéia inicial era construir o já sonhado Centro de Artesanato no Quilombo, na grande praça em frente à igreja, ou seja, no terreno da santa. Como nesta época D. Isaura já estava tendo problemas com o prefeito em exercício, o padre da cidade se opôs a esta idéia, que considerava, nos dizeres de minha entrevistada, “uma bomba atômica”. A partir disso construíram-se planos de transformar parte da casa de cada um dos moradores artesãos em uma pequena loja de exposição de seus trabalhos. Para tanto contavam com uma pequena reforma na fachada destas casas de modo a torná-las semelhantes às casas rústicas típicas da zona rural. Antes que qualquer um destes projetos se concretizasse, entretanto, a tensão entre D. Isaura e o prefeito tornou-se tão aguda que este a afastou da prefeitura e engavetou seus projetos. D. Isaura fez presente do projeto histórico do Quilombo aos moradores –

e eu nunca tive acesso a ele - e continuou a coordenar as reuniões por algum tempo, mas a tensão política tornou a cooperação inviável e ela abandonou os projetos todos.

Neste evento estão em jogo algumas das tensões políticas que participam do processo de construção do bairro como 'paisagem' turística. Por um lado está em jogo o interesse de um grupo de moradores que percebem o Turismo e o artesanato como uma possibilidade de trabalho e renda.³⁵ Porque até recentemente este grupo não contava com o apoio financeiro das instituições públicas nem com um investimento financeiro significativo por parte de entidades privadas, as atividades voltadas ao Turismo dependeram sempre de um trabalho conjunto dos moradores do bairro, que atualizavam estratégias de solidariedade já conhecidas (as festas religiosas no bairro dependem, para sua realização, do trabalho voluntário de um 'festeiro' e da colaboração de muitos outros moradores) para organizar exposições de artesanato ou apresentações musicais. Por outro lado, nenhuma decisão neste campo é tomada à revelia da aprovação da igreja ou da prefeitura.

Dona das terras onde se assenta a parte mais densa do povoado, a igreja centraliza boa parte das atividades sociais do bairro através da missa semanal, das atividades ligadas à conferência de S. Vicente, dos grupos de oração e dos festejos que se sucedem ao longo do ano. Pouquíssimos moradores do Quilombo freqüentam outra religião e é de se notar o pequeno número de templos não católicos no município como um todo. Por outro lado, durante o período em que fiz minhas pesquisas de campo, o padre se colocava também contrário às apropriações das festas religiosas pelo turismo. Em seus sermões na igreja do Quilombo enfatizava esta posição, anunciando que não alteraria o ritmo das cerimônias para que os fotógrafos pudessem registrá-las; e se recusava a alterar as datas das festas da padroeira ou do 13 de maio (que para ele significava comemorar o dia de N. Sra. de Fátima) de forma a que coincidissem com um final

³⁵ Vale a pena ressaltar que, excetuando o próprio Ditinho, o grupo que aposta no artesanato é composto quase exclusivamente por mulheres. O fato do trabalho artesanal poder ser feito em casa, nas horas vagas e de seu retorno financeiro ser incerto talvez explique esta adesão majoritariamente feminina. Os homens parecem ainda preferir a roça ou outras modalidades de trabalho já consolidadas. O grupo de 'cantorias', que se apresenta na capela, no hotel ou nas festas da cidade, por seu lado, é composto exclusivamente por homens.

de semana, mais propício para a participação de turistas, argumentando que tais festas eram manifestações de devoção religiosa e não espetáculos. Por outro lado, recusou-se, por mais de uma vez, a me receber para uma entrevista.

A cidade é católica em sua grande maioria e a igreja mantém laços estreitos com as instâncias de decisão. A igreja mantém capelas em uma grande quantidade de bairros rurais, nas quais celebra missa pelo menos uma vez ao mês e promove as festas dos padroeiros, onde normalmente acorrem moradores dos outros bairros, pontuando o ano de celebrações religiosas também na zona rural. Vale lembrar ainda que a Igreja católica ainda possui muitas terras em São Bento e alguns bairros urbanos mais pobres são edificadas sobre estas terras, emprestadas pela igreja. Dessa forma se estabelece uma relação de subordinação entre os moradores e a igreja, graças a esta relação.

Soma-se a isto também a constatação de que tanto os moradores quanto a própria igreja evitam entrar em conflito com a administração municipal. Ambos preferem não participar das disputas políticas que ocorrem neste nível e assim conservar as boas relações com aqueles que estão no poder. É de uma das moradoras do Quilombo mais entusiasmadas com as possibilidades acenadas pelo turismo e pelo artesanato, a afirmação de que os moradores aceitam de bom grado qualquer ajuda que vise ‘melhorar’ o bairro, desde que esta ajuda não tenha qualquer cunho político.

Ainda uma vez, é Ditinho Joana quem ilustra, com suas histórias, esta lógica. Ela foi usada para explicar a longevidade de um seu tio, de 93 anos que a teria justificado do seguinte modo:

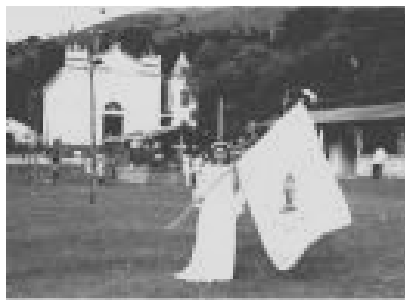
O padre veio me perguntar como eu andava tão bem de saúde, apesar da idade. Respondi: ‘O sol não me acha na cama, a noite não me acha na rua e eu não contradigo ninguém.’ Disse o padre: ‘Que o sol não te ache na cama, nem a noite te encontre na rua, eu acredito, mas que você não contradiga ninguém, isso não!’ Ao que eu respondi: ‘Se é assim, seja feita sua vontade.’ Então ele respondeu: ‘Ah! Agora eu acredito.’ (Globo Rural, out. 98, pág. 32)

A relação de dependência e subordinação que se estabelece entre os moradores do Quilombo e a administração municipal e a igreja podem, entretanto, estar tomando um rumo diverso. Dois outros fatos surgidos recentemente merecem menção. Em 2002 inaugurou-se no bairro do Quilombo uma pousada e um restaurante construídos por um empresário de fora do município. Interessado em contribuir também para a ‘melhoria’ do bairro, este empresário emprega moradores locais em seu negócio, expõe seus trabalhos no saguão do restaurante e participa com eles de reuniões cujo objetivo é discutir as melhorias a serem implementadas no bairro. Ainda aqui, Ditinho Joana é o intermediário, mas percebe-se agora, através da pessoa deste empresário, um estímulo para que os moradores pensem além dos limites locais impostos pela igreja e pelo poder municipal, pois este empresário recorre a outras instituições como o SEBRAE, para organizar as questões referentes ao desenvolvimento de um “turismo sustentável” no lugar. Até onde acompanhei sua atuação, ele representa hoje uma alternativa de acesso a outras fontes de apoio localizadas fora da esfera do poder local, ao mesmo tempo em que acelera a inserção da atividade turística do Quilombo em uma lógica empresarial. Ainda em 2002 tive notícias de que havia sido aprovada uma verba estadual para a construção do tão sonhado Centro de Artesanato no Quilombo. A concessão desta verba estava vinculada entretanto, a um projeto arquitetônico pré-estabelecido pelo mesmo governo estadual, que não atendia às expectativas dos moradores. Ainda assim, eles decidiram por aceitar a construção, que em maio de 2003 já estava em andamento.

Do início de minha pesquisa até hoje, tenho percebido, aos poucos, um desligamento destas decisões do poder exercido pela igreja. Se esta mantém sua primazia no ‘mercado’ religioso, visto que mesmo algumas igrejas evangélicas que existiam no início desta pesquisa parecem ter se retirado do cenário da cidade, no que concerne às decisões políticas vem se construindo uma autonomia entre as duas esferas, ou, quem sabe, uma subordinação da segunda à primeira.

Vimos, ao longo do capítulo, que a consolidação do bairro do Quilombo enquanto espaço de representação da vida rural ou da cultura caipira, de resto emblemática no vale do Paraíba, apóia-se na figura de Ditinho Joana que, além de atuar pessoalmente na construção destas representações através de suas obras, agencia outros moradores do bairro para que também integrem este universo da mesma forma que intermedia a relação entre agentes culturais diversos, visitantes e autoridades e os moradores do lugar. Portanto não podemos pensar a existência de um Quilombo 'caipira' sem ele.

As referências ao passado de escravidão do qual o Quilombo também é considerado um representante estabelece, entretanto, um novo campo de tensões dentro do bairro. Aqui, prestígio de Ditinho Joana sofre a ameaça de uma concorrência. Visto que Ditinho Joana não é negro, nem tampouco o são a grande parte dos moradores do Quilombo, abriu-se espaço para que um grupo familiar de moradores negros do bairro tomasse a si o papel de representar esta memória sobre a escravidão. Assim se estabelece uma disputa sutil de legitimidade pela representação deste espaço histórico que polariza de um lado a evidência de que Ditinho e seus familiares sempre viveram no bairro e de outro a cor negra da pele de D. Luzia e de seus familiares – marca indiscutível de sua condição de descendentes de escravos. Esta disputa e sua dramatização será o tema do próximo capítulo.



4 – REPRESENTAÇÕES DO QUILOMBO ESCRAVO

Introdução

Vimos que o Quilombo se torna uma das atrações turísticas da cidade de São Bento do Sapucaí por certas peculiaridades recortadas a partir de seu desenvolvimento histórico e potencializadas por agentes culturais diversos. Uma destas peculiaridades se vincula ao próprio nome do bairro: Quilombo, que remete à história da escravidão no Brasil, inserindo-o num passado compartilhado tanto pela região em que está inserido o município – o Vale do Paraíba – como por toda a nação.

Vimos também que a “descoberta” do bairro do Quilombo, que aconteceu em concomitância com o interesse despertado pelos trabalhos do escultor Ditinho Joana, acabou por despertar o interesse de D. Isaura pela figura do negro, que ganha espaço no cenário da vida e da história locais. Representante de uma memória dos tempos da escravidão e, ao mesmo tempo, reduto de tradições camponesas, o bairro do Quilombo pode ser lido como um território de disputas e de tentativas de consórcio entre trajetórias históricas distintas, marcadas pela idéia de ‘raça’. Ainda que o passado do bairro seja sempre evocado por todos aqueles que escrevem sobre ele em reportagens de jornais, notas na Internet ou guias turísticos da cidade, uma lacuna permanece sem preenchimento, pois daquelas famílias de ex-escravos que um dia teriam sido acolhidas nestas terras pela igreja, hoje não resta nenhum descendente e o bairro do Quilombo atualmente é habitado por uma população branca ou cabocla em sua grande maioria.

De um lado este paradoxo é resolvido pelo próprio Ditinho Joana, quando conta que sua bisavó era filha de uma escrava com seu senhor e que recebeu dele uma doação de terras logo depois da abolição da escravidão. Esta versão, que justifica os relatos orais que associam o bairro à presença de ex-escravos em sua origem, é repetida também por alguns moradores do bairro, parentes de Ditinho, que nasceram e viveram no bairro durante toda a vida.

Assim é que, numa entrevista, S. Toninho, então com 73 anos, entrelaça a história do bairro à história de sua família:

E depois, quando houve a alforria, que daí foi libertado os escravos, e então ele tinha uma espécie de uma escrava e ele tinha relação com ela, né? E ela teve uma filha dele, do patrão. Essa filha chamava Maria Joana, e nós tratava ela de Nhá Joana. E essa Maria Joana era minha avó. Então quando eles morreram, ele passou o terreno pra ela. Um pedaço ali de seis alqueires de terra, passou pra ela e ficou. Ficou esse terreno e ela passou esse terreno pra filhos e netos. (...) Que o bairro era dos escravos? Não, acho que não era tudo dos escravos, não. Era só uma fazenda que tinha ali. Daí um pedaço ficou pra nós. Que era o patrão dela que doou esse terreno pra ela. Sabe, isso de dó dela, né? (S. Toninho)

Sua irmã mais velha, então com 88 anos, apresenta uma versão muito parecida:

É que pai dela era muito rico...E ela era filha de escravo e deixou esse terreninho. Deixou e ela doou esse pedaço. Esse pedaço tudo, até lá encima, pra lá. Deu esse pedaço pra Nossa Senhora. E hoje nós estamos aqui. E então o vigário falou assim que nós somos netos de Nossa Senhora porque nós mora tudo aqui, em terreno dela. (D. Maria Joana)

Ainda uma vez esta história ganha consistência e estatuto de verdade quando aparece impressa em uma revista de grande circulação:

Já Ditinho Joana, famoso escultor do lugar, não precisa fuçar muito na história para trazer à tona o passado, até porque a origem do bairro se confunde com a sua. Ele leva no nome, ou melhor, no apelido, a marca da escrava alforriada Maria Joana de Jesus, sua bisavó, que viveu 115 anos entre aquelas montanhas. Ela teria ganhado dos patrões, donos de uma fazenda de fumo, oito alqueires de terra. Distribuiu o presente entre os colonos locais. A comunidade cresceu em torno da igreja de pau-a-pique e teria recebido o nome de Quilombo em homenagem à bravura dos negros fugitivos das senzalas. Mas, animados por goles de cachaça nas noites frias, há quem fale de um tal Crescêncio, negro valente que enfrentou a fúria dos capitães-do-mato e ganhou a liberdade embrenhando-se na mata fechada. Mas essa já é uma outra história... (Revista Globo Rural, junho de 2003).

A legitimação desta versão da história do Quilombo é buscada na relação com o tempo que vincula a família Joana ao bairro. A mãe de Ditinho, D. Maria Joana, era uma das moradoras mais idosas do bairro e considerada também uma das moradoras mais antigas, já que nasceu e cresceu nele.³⁶ Acresce-se a isso o fato de que tanto ela, quanto seu irmão Toninho e o próprio Ditinho moram no ‘terreno da Santa’, a terra supostamente doada para os escravos, segundo uma das versões da história em circulação. Entretanto tem cabido a outras personagens, D. Luzia e sua família, o papel de representar com mais propriedade a vertente ‘escrava’ das narrativas que se constroem sobre o bairro e que fazem dele uma das atrações do município. D. Luzia não nasceu nem cresceu no bairro do Quilombo. Este fato não impediu, entretanto, que, em novembro de 1998, por ocasião da comemoração da morte de Zumbi dos Palmares, um jornal de S. José dos Campos tenha vindo entrevistá-la em sua casa, apontando-a como a matriarca de um grupo de resistência negra instalado no bairro ‘*desde os tempos da escravidão*’ (Jornal Vale Viver, 13/11/1998). Como representante da única família de negros vivendo atualmente no bairro, D. Luzia é responsável pelas reminiscências do tempo da escravidão, do qual o bairro tornou-se um marco representativo. Ainda que não seja originário do bairro, nem

³⁶ D. Maria Joana faleceu em 2001.

more no terreno da Santa, este grupo se vale de uma marca distintiva – a ‘raça’ – para catalisar os predicados necessários a esta representação. A consciência desta alteridade, entretanto, é resultado de um processo complexo e abrangente de classificação e hierarquização de grupos dentro da sociedade brasileira.

Historicamente construída, a idéia de raça naturaliza desigualdades, na medida em que “...*fornece condições epistemológicas para organizar a sociedade hierarquicamente, de maneira que distinções no uso do poder possam parecer legítimas e naturais.*” A discriminação racial, entretanto, não se sustenta apenas a partir das idéias historicamente construídas a respeito de raça, antes se repõe através do conjunto de relações e interrelações entre ‘...*sujeitos e objetos, instituições e práticas, leis e sistemas morais e culturais*’. (Pinho, 1996) O racismo impõe uma interpretação do mundo e fabrica um consenso. Através do uso de indicadores de alteridade, exclui ou subjuga determinados segmentos sociais, constituindo-se, pois, como um campo de mediações e disputas de poder. Finalmente, ressalta Pinho, o discurso racista opera como um ‘*mediador da subjetivação, constituindo o ‘self’ tanto do dominado como do dominador.*’ É no campo das relações entre estruturas sociais constituídas a partir da hierarquização com base racial e a ação de agentes sociais diversos, que as discriminações de base racial se repõem.

Os estudos sobre relações raciais revelam que um tal recorte social no Brasil, resultou em formas de discriminação sutis e ambivalentes, mas nem por isso menos nefastas. Aqui, a classificação racial é dada predominantemente por um modelo ou padrão de ‘continuum de cor’, onde a posição que cada indivíduo ocupa depende de sua posição relativa entre dois extremos: o branco e o negro. Este padrão permite-se ainda ser atravessado pela variável ‘posição social’, que opera ajustes nestas classificações. Desta forma, não é a descendência que decide a classificação, e sim a aparência, permitindo a possibilidade do ‘branqueamento social’. Se estas categorizações sociais permitem identificar um recorte das desigualdades no país a partir do critério de raça³⁷, presente também

³⁷ E de fato, os dados estatísticos confirmam que os maiores índices de analfabetismo, baixa escolaridade, pobreza e exclusão atingem prioritariamente as populações negras ou mestiças, refletindo, portanto, a distribuição desigual de poder dentro da sociedade brasileira. Por outro lado, de forma nem tão sutil, a Discriminação racial é identificada também no sistema penal, onde ocorre um tratamento diferenciado

nas situações localizadas de interações sociais, por outro lado esta mesma categorização opera como um mediador social em diversos níveis e é atualizada situacionalmente por agentes diversos. Os discursos sobre raça não são pois unívocos e atravessam o campo das relações sociais de maneiras variadas. (Pinho, 1996).

Ao iniciar minhas pesquisas de campo – e mais adiante, ao longo delas – não pude deixar de notar que as tensões no campo das relações raciais em S. Bento do Sapucaí afluíam sem muitas dificuldades e, por fim, me pareceu claro que esta mesma tensão perpassava o processo mesmo de constituição do Quilombo enquanto espaço turístico. Assim, é sobre as formas que tomam estas relações em São Bento e no Quilombo que discorreremos a seguir.

Considerações sobre relações raciais em São Bento.

Enquanto objetos do discurso da igreja, de alguns intelectuais da cidade e mesmo de alguns moradores de São Bento do Sapucaí, os negros são pensados a partir de seu passado de escravidão. Nesse sentido são merecedores de compaixão pelos sofrimentos vividos e do auxílio reparador da sociedade branca. Esta postura ideológica está presente na maneira como a origem do bairro do Quilombo é concebida, em 1888 quando os ex-escravos, expulsos das fazendas, mas “...contando com a proteção da Igreja, que sempre os acolheu, receberam dela uma propriedade situada a três quilômetros da então Vila de São Bento do Sapucaí.” (Jornal ABC, 1992, pág. 4). De modo muito semelhante esta postura está presente na justificativa da fundação da Irmandade de São Benedito, única Irmandade religiosa em atividade no município, que teria sido fundada em 1899 para prestar assistência aos negros recém-libertos, segundo me disse um de seus membros.

De bom coração, batuqueiros, mandingueiros, talentosos na cozinha, assim aparecem os negros de São Bento, nas lembranças do autor que assina sob o pseudônimo de “Sapucaias” um trabalho sobre a história do município:

pautado na cor. (Pinho, 1996 e Schwarcz 1999)

Rogé, velho curvado, apoiado em um bastão, ainda misturava vocábulos africanos em seu linguajar pitoresco e pouco compreensível. Não há, nas tradições sambentistas, notícias de torturas, castigos ou maus-tratos aplicados aos escravos. Existem sim, referências a uma convivência amistosa, a querência de mães-pretas (amas-de-leite) e à popularidade de pretos-velhos contadores de histórias. Conheci Nhandreza, Tieva e Tia Claudina, que avançadas em idade embora, faziam memoráveis roscas-rainhas, sequilhos inesquecíveis e doces de figo insuperáveis. Todas muito queridas e respeitadas pela população.” (Sapucaias 1986, págs. 9 e 10).

Este mesmo autor completa, pouco adiante:

O bom relacionamento entre senhores e escravos fez da Abolição uma das principais festas cívicas de S. Bento e talvez possa explicar a enorme simpatia e a grande devoção por S. Benedito. (Idem, pág. 10)

A devoção a São Benedito - conhecido santo de devoção dos negros na região do Vale do Paraíba e do sul de Minas Gerais – se expressa na existência de uma igreja na cidade, na existência da Irmandade que leva seu nome e de uma festa que, comemorada na segunda-feira seguinte à Páscoa, se constitui na maior festa religiosa e popular do município. Já na quinta-feira santa as ruas centrais de São Bento começam a ser tomadas pela montagem de um número enorme de barracas que vendem todo o tipo de mercadoria: roupas, calçados, panelas, brinquedos, bijuterias, ferragens, cds e alimentos. No dia da Páscoa um altar é montado num tablado fora da igreja e a missa é celebrada para um público bastante grande, que se espalha pelas calçadas e pela praça ao lado da igreja. Quando acompanhei a festa, em 2000, a presença de negros não se fazia destacar, nem na celebração religiosa, nem entre o público. Durante o sermão, o padre evoca “nossos irmãos, os negros” *subjugados, escravizados, preteridos* e lembra que São Benedito, ele também negro, foi um humilde servidor de Deus que mesmo tendo sido cozinheiro no convento onde viveu grande parte de sua

vida, foi reconhecido por sua sabedoria e santidade. Assim conclama que toda injustiça seja superada com humildade pelo renascimento religioso.

“Linguagem política, destituída de uma pontuação política” estes discursos se constituem em estratégias, articuladas pelos grupos dominantes, de naturalização das desigualdades e de manutenção da submissão do grupo dominado à ordem social estabelecida. A negação do conflito nestas relações relega-o ao campo da *doxa*, ou seja ao universo de uma ordem natural que, por ser natural, não é passível de mudança. (Bourdieu 1996, págs. 117-122)

Contrastando com este discurso conciliador e compassivo, a fala de alguns moradores negros de São Bento do Sapucaí deixa claro que existem mais tensões nestas relações ‘cordiais’ do que ousam falar os seus defensores, como veremos em seguida.

Em 1998, quando iniciei minhas visitas de campo ao bairro do Quilombo, encontro na estrada entre a cidade e o bairro um senhor negro, aparentando seus cinquenta e tantos anos e ofereço-lhe uma carona, na tentativa de saber um pouco mais sobre os negros do Quilombo. Ele conta que morava no bairro há já alguns anos – desde que se casara – mas que sua família viera da cidade vizinha de Gonçalves. Dos vizinhos do Quilombo, dizia que eram todos muito bons para ele, assim como o fora sua mulher, que também era branca. A certa altura da conversa disse que estava muito agradecido por termos oferecido carona em nosso carro a ele, um negro, já que muitas pessoas achavam que os negros eram sujos.

Comentário semelhante, ouvi de um outro morador em São Bento. Sua mulher participou na juventude como princesa da festa de 13 de maio, que se realizava então todos os anos na cidade. Fui entrevistá-la para saber um pouco mais sobre a festa e o marido ouvia com interesse nossa conversa. A certa altura ele diz que gostaria de voltar a organizar a festa, mas temia que a presença de arruaceiros durante o evento pudesse reforçar a imagem que se tinha dos pretos como ‘baderneiros’. Ambos contam ainda que um sobrinho, há alguns anos, fez uma tentativa de retomar a organização da festa e nessa ocasião queria introduzir um número de capoeira no desfile, no que foi duramente criticado por uma

moradora – que via nisso uma descaracterização do modelo original da festa. O rapaz sentiu-se ofendido com as críticas, traduzindo-as como discriminação e desistiu de organizar a festa nos anos subseqüentes.

Entre os discursos de um e de outro grupo se tecem, entretanto, amizades, relações de compadrio, de solidariedade e de parentesco. Os casamentos inter-raciais são bastante freqüentes nas famílias que conheci. Nem por isso são unanimemente aceitos pelos brancos. D. Lourdes, moradora no Quilombo – branca ela e sua família - diz que seu filho só pôde se casar com a moça negra com quem vivia próximo da mãe, depois que o marido morreu, pois o pai do rapaz não admitia tal casamento. Mais recentemente, um neto de D. Luzia, negro, passou a morar com uma menina branca a quem havia engravidado, na casa dos pais da moça, no Quilombo. O que chamou a atenção da filha de D. Lourdes ao comentar o fato, foi que os pais desta mesma moça haviam criticado duramente seu irmão quando ele se casou com uma moça negra, mas que agora acolhiam a união da filha. O que a surpreendia também era o fato de que a menina em questão era muito branquinha, bem mais clara do que seu irmão, o que fazia aumentar a distância entre ela e o namorado negro³⁸.

Refletindo sobre os critérios de manutenção do mito da democracia racial no país, Schwarcz chama a atenção para o fato de que no Brasil perduram formas de sociabilidade na quais a classificação hierárquica convive e se mantém através de relações de intimidade, marcadas pelos vínculos pessoais que tornam fluídas as delimitações entre o público e o privado. Dizendo melhor, a mistura de grupos e culturas que foi, nos termos de Gilberto Freyre, sinal de ‘amolecimento’, significou também, como ressalta a autora, o enrijecimento deste sistema. Assim, dirá ela, se o mito da democracia racial pode ser racionalmente desmontado pelas múltiplas evidências das desigualdades, permanece internalizado, arraigado num processo de hierarquização que se refaz na intimidade. (Schwarcz 1999, pág. 311)

³⁸ Schwarcz (1999) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, apesar da propalada mestiçagem a endogamia baseada no critério de raça ainda é uma prática bastante difundida e seu índice é maior entre brancos do que entre negros.

Dentro deste campo de tensões e de contradições constroem-se as representações do tempo da escravidão de que o Quilombo se torna um palco, cuja apoteose é festa do 13 de maio organizada e dramatizada por D. Luzia e seus familiares.

Entre tempos de festas

A comemoração do 13 de Maio é uma festa recorrente na região. A vizinha cidade de Gonçalves, em Minas, ainda mantém esta comemoração que, há alguns anos, acontecia também em outras cidades do vale do Paraíba. Em uma de minhas primeiras visitas a São Bento encontrei referências à festa em uma matéria datilografada, datada de 1967, encontrada na biblioteca pública municipal. Segundo esta matéria, a festa era muito concorrida e se realizava todos os anos na cidade. Em meados dos anos 1970 a festa desaparece do calendário, depois da morte de sua última organizadora – D. Maria do Inácio - como conta D. Tereza, moradora em São Bento. Sua celebração tinha início com a alvorada, às cinco horas da manhã, com direito ao estourar de fogos e a um desfile da banda pela cidade. Às oito horas acontecia a missa na Igreja de São Benedito e depois da missa um almoço começava a ser servido a todos os participantes na casa dos festeiros, se estendendo ao longo do dia. Os alimentos servidos neste almoço eram preparados a partir de doações feitas pela população. Às sete horas da noite acontecia a reza na Igreja Matriz, com a participação de toda a cidade. Finda a reza, saía o cortejo composto pela rainha, o rei e as princesas – negros, invariavelmente - que carregavam o estandarte de São Benedito pelas ruas até o clube, onde tinha início o baile. (*O Baile dos Pretos*, na fala de S. Toninho) Para abrir o baile, a rainha e o rei dançavam e depois deles, as princesas. Seguindo noite a dentro, o baile encerrava a festa. Neste dia era feriado, o comércio não abria e ninguém trabalhava. Os festeiros, segundo soube, eram quase sempre negros. Brancos e negros, no entanto, participavam igualmente do desfile, da missa e do baile. D. Tereza, que foi princesa da festa por mais de uma vez em sua juventude diz que esta era a única festa da qual tinha permissão do pai para participar.



Acima D. Luzia e o marido se apresentam com o congado de crianças na escola do bairro. Ao lado, D. Luzia e o neto na sala de casa.

Atualmente a festa vem se realizando no Bairro do Quilombo, graças à iniciativa de D. Luzia e seus familiares o que segundo ela, acontece desde meados dos anos 1980 de forma intermitente.

Um quilombo particular.

Hoje com 70 anos e casada há cinqüenta e quatro com S. Joaquim, D. Luzia teve com ele doze filhos, a maior parte deles casada e morando ao seu redor. Além dos filhos, genros, noras e netos, moram no bairro seu irmão viúvo com dois filhos e seu cunhado – viúvo de sua irmã – com a atual mulher e três filhos. Nascidos em Gonçalves e trabalhando sempre na lavoura, ou na roça, como ela diz, “...*capinando milho, capinando feijão, capinando arroz...*” a família viveu como agregada em terra alheia até conseguir comprar uma pequena casa no bairro do Quilombo, há cerca de quarenta anos, quando os filhos ainda eram pequenos. Depois de um tempo trabalhando como camarada, S. Joaquim conseguiu um emprego na prefeitura enquanto D. Luzia trabalhou muito tempo ora como lavadeira, ora como cozinheira. Além dos filhos, D. Luzia conta que “*criou e fez casar*” muitos sobrinhos.

Com o passar dos anos foram comprando terrenos ao lado de casa e construindo as casas dos filhos que iam se casando. Sua casa foi também um pouco ampliada, mas conserva ainda a estrutura original de barro e pau-a-pique. Assim ao longo destes quarenta anos em que está no bairro o grupo familiar foi constituindo seu espaço próprio. Espaço este que é reconhecido como dele pelos outros moradores, como aparece nesta fala de S. Toninho:

De primeiro não tinha (negros no bairro). Agora, de uns anos pra cá que tem bastante, que vieram de lá do Gonçalves. Os pretos que tem aí é de Gonçalves. Eles moram ... Ali em cima tem um lugarzinho que tem bastante preto. Vieram do Gonçalves num faz muito tempo. (Toninho)

E que também chamou a atenção de uma repórter, que registrou a festa do 13 de maio em 2003:

Bem no dia da festa, consumida pela trabalhadeira que durou dois meses seguidos, dona Luzia acordou com dor nas cadeiras. Gemia quando tentava erguer-se da cama e tinha dificuldade de mexer as pernas. Nas seis casinhas de seu pequeno quilombo particular, os filhos (11), os netos (36) e os bisnetos (9) ficaram transidos de apreensão. (Revista Globo Rural, junho de 2003)

Espaço que se organiza em torno da casa e da pessoa de D. Luzia e que se comunica tanto através da rua – sempre tomada pelas netos menores com suas brincadeiras e pelos mais jovens que se encontram para conversar - como através do quintal, que interliga a casa onde vivem os pais e filhos ainda solteiros e as casas dos filhos casados. Quando me recebeu pela primeira vez, fui conduzida por um de seus netos até a cozinha, onde D. Luzia e um pequeno grupo de noras e filhas descascavam milho verde e preparavam pamonha. Enquanto conversávamos, ela coordenava simultaneamente o trabalho das moças, o vai e vem das crianças e a roupa que estava sendo recolhida do varal pelo marido. Meio escondida da rua por um pequeno e denso jardim, a casa de D. Luzia é movimentada pelo constante entra e sai de filhos, netos e conhecidos. Aposentada tanto ela quanto o marido, hoje D. Luzia toma conta dos netos enquanto as filhas e noras trabalham. Sua casa é o núcleo de uma rede de reciprocidades cuja intensidade é maior entre os parentes que compartilham o mesmo espaço de vizinhança e quintal, mas que se estende na direção dos parentes não moradores no bairro e na direção dos vizinhos não parentes.

Desta rede de reciprocidades depende a realização da festa do 13 de Maio no Quilombo. E aqui, a rede se alarga e se aprofunda, na medida em que a realização da festa depende também das lembranças de menina e moça, quando D. Luzia participava com os tios maternos de festas e congados. De suas reminiscências colhe a legitimidade de seu papel como representante da cultura negra-escrava no Quilombo:

“...lembro porque...esse congado era assim família, sabe? Nós as moças, os tios, tia, vó...era tudo assim família, os negros mesmo, sabe. Então a gente lembra mesmo,nossa! A gente tem muita recordação.

Depois que veio para São Bento D.Luzia participou dos festejos do 13 de maio que aconteciam então todos os anos. Dos tempos em que a festa ainda acontecia na cidade ela conta:

Ah! Eu fui festeira ali quatro anos, na festa do treze de maio, né? E então a gente fazia aquela festa e pedia assim ajuda pro povo, e o povo ajudava com aquele gosto, aquele prazer. Aí, chegava o dia treze de maio a gente fazia aquele almoço pro povo, sabe? Então vinha aquela criançada, aquele povo de longe e vinha, almoçava aquela comida gostosa: aquela macarronada, aquele arroz muito bem feitinho, aqueles frangos, leitoa, né? A gente fazia aquele tutu de feijão...E quando chegava a noite, então tinha aquele baile. E as moças vestiam assim de dama, né? Tinha a rainha, o rei, a princesa Isabel...

Entre tempos de festas - tensão e devoção

Em maio de 1999 acompanhei o desenrolar da festa pela primeira vez. Alguns preparativos foram feitos dias antes: os ingredientes que se transformaram no almoço, como o arroz, o macarrão, os frango, o porco e as abóboras e mamões verdes para os doces foram angariados entre os moradores do bairro, os sitiantes vizinhos e mesmo entre alguns comerciantes. A imagem de São Benedito foi levada com antecedência para a casa de D. Luzia, onde o andor foi enfeitado. Um pouco antes das dez horas da manhã, horário marcado para a missa, um pequeno cortejo saiu da casa da festeira. Entre músicas em louvor a São Benedito e Nossa Senhora descem, vestidos de rei, rainha e princesa, D. Luzia, o marido e outros parentes, carregando o andor do santo e sua bandeira. Alguns membros do grupo trazem ainda cestos e peneiras contendo alimentos: espigas de milho, chuchus, mandiocas. Quando chegam à praça do Quilombo, a igreja já está cheia e o padre já se encontra no altar. O grupo entra, coloca o andor de São Benedito em um lugar já reservado e os participantes do cortejo se posicionam: alguns ao lado do altar e do padre, outros nos bancos da frente da igreja. A missa começou por volta das dez horas da manhã. Durante o sermão o

padre não faz nenhuma referência à comemoração. A missa é dedicada à Nossa Senhora de Fátima, que também é festejada no dia treze de maio. Durante o ofertório, o grupo que desceu em procissão toca (em uma viola, uma pequena sanfona e um tambor) canta e dança ao longo dos corredores da igreja, tendo à frente aqueles que carregam os cestos de alimentos, que são então simbolicamente ofertados no final da cantoria.

Finda a missa, todos se encaminham para a casa dos festeiros, onde algumas mulheres da família e da vizinhança estiveram preparando o almoço. As pessoas se espalham pelo quintal e pela rua, enquanto os pratos vão sendo servidos e distribuídos. Na cozinha, mulheres da família e vizinhas vão ajudando a servir e a lavar a louça que se acumula. A festa tem a participação maciça das pessoas do bairro e dos parentes de D. Luzia. Dela participam também alguns moradores da cidade e de outros bairros, mas não noto a presença de nenhum turista.

É eloqüente o papel que o alimento ou a comida, exercem no modo como D. Luzia organiza suas representações sobre a escravidão, funcionando como uma linguagem polissêmica. O alimento é posto em evidência primeiro no cortejo e na cerimônia religiosa, em seu estado cru – forma intermediária que resulta do trabalho do cultivo, mas que não foi transformado ainda pelo cozimento - e depois surge novamente como um farto almoço comunitário durante a festa do 13 de maio, num ritual que “*transforma necessidades biológicas em necessidades sociais*”, na medida em que re-estabelece os laços de reciprocidades através da comensalidade³⁹.

Através da comida, ou melhor, da falta dela, D. Luzia refaz sua trajetória de dificuldades como agregada, com os filhos ainda pequenos⁴⁰:

³⁹ Cf. Klaas Woortmann in: *A comida, a família e a construção do gênero feminino*. Datilografado. Série Antropologia nº50, Brasília, 1985.

⁴⁰ Analisando o papel feminino no consumo doméstico entre moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, Alba Zaluar (1982) salienta: *A comida é um dos principais veículos através do qual os pobres urbanos pensam sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter*. Por outro lado, diz a autora, suas constatações apenas confirmam as conclusões de outras pesquisas, tanto no meio urbano pobre como no meio rural. Esta linguagem se vale de uma classificação entre alimentos ‘fortes’ e ‘fracos’ ou entre ‘fartura’ e escassez.

E aí, a gente de agregado, um dia estava bom, outro dia não estava. Um dia tinha as coisas pra comer, tudo direitinho (...) Então a gente socava milho dentro do pilão, sabe? Socava, esfarelava todo aquele milho, deixava bem limpinho, depois lavava bem lavadinho aquele milho e cozinhava pra gente comer...prá não ficar passando o dia assim sem nada. Porque a gente não tinha arroz, não tinha feijão, e passava pras crianças comer isso aí, sabe?

Através da comida D. Luzia estabelece também uma continuidade entre ela e seus antepassados 'escravos'. Em uma entrevista, sobre os atributos que considerava representativos de sua cultura negra, ela retoma novamente a importância da comida, explicando seu gosto e seu talento para a cozinha através de sua ascendência escrava:

E além disso a gente – com a mãe e a vó da gente ser uma pessoa assim da escravidão – eles aprenderam a fazer muita coisa gostosa, muitas coisas boas. E isso aí a gente também aprendeu. A gente aprendeu com minha avó, escrava mesmo que ela foi, no tempo do sofrimento dos escravos. E ela contava assim pra gente que ela comia assim quierera, né? Então, punha assim no cocho e eles comiam tudo ali, junto.(...) Sei fazer broa de milho, biscoito assim na fornalha, rosquinha, bolão assim de fubá, pamonha, ah... assim como as coisas dos escravos, que eles gostavam de fazer...

As iguarias de D. Luzia se constituem ainda numa outra alternativa para sua inserção na organização turística do bairro, como ela mesma falou pouco depois:

Então eu tinha vontade de fazer uma casinha bem feitinha assim de sapé, sabe? Por uma prateleira pra gente vender aí talhada, vender rapadura...uma coisa de cultura pros negros, né? Melado...então e a gente fazia aquilo de sapé..É a coisa dos negros, né?

No ano seguinte, (2000) D. Luzia me ligou convidando tanto para a festa como para o casamento de uma de suas filhas, que aconteceriam no mesmo dia. Desta vez um ônibus estacionado na praça do Quilombo havia trazido alguns parentes da família, um grupo de congada e um grupo de Moçambique de Taubaté, dos quais participavam amigos e parentes seus. Dentro da igreja, já cheia quando cheguei, uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora de Fátima estava colocada com bastante visibilidade ao lado do altar.

Neste dia o cortejo se atrasa e o padre, impaciente, começa a missa antes de sua chegada. Quando chega, o cortejo espera na porta da igreja, carregando consigo o andor de S. Benedito até que surja um momento apropriado durante a cerimônia. Depois de algum tempo, entram e se posicionam como no ano anterior. Durante o sermão, o padre repreende os organizadores da festa por conta do atraso e aqui recorre à questão étnica para dizer que, se era justo que os negros lutassem contra a discriminação, eles também precisavam aprender a organizar-se com mais *seriedade*.

Finda a missa, o padre celebra a cerimônia do casamento e deixa o Quilombo apressadamente. A praça então é tomada pelo Moçambique e pelo grupo de congado, que tocam e dançam sob um sol já quente, assistidos pelos moradores do bairro e gente da cidade. Exceto pelos amigos e parentes de D. Luzia, não noto a presença de visitantes. Depois de algum tempo, um dos grupos de folguedo entra na igreja, agora vazia, e lá tocam e cantam em louvor a São Benedito, cuja bandeira é segura em frente ao altar, enquanto os outros participantes, em fila, vêm beijar a bandeira. Segue-se pouco depois o almoço em casa de D. Luzia, desta vez animado pelos parentes que tocam e cantam em um canto da varanda, enquanto o povo se espalha pela rua e pelo quintal, conversando e comendo.

A relação de D. Luzia com a igreja é um dado fundamental neste processo de representação de negritude organizado por ela e por seu grupo. Devota, casou-se em Aparecida do Norte e mantém uma imagem da santa ao lado de São Benedito em sua sala. A mesma sala cujas paredes expõem as fotos dos filhos na

primeira comunhão e as fotos de alguns padres queridos com quem ela teve contato ao longo da vida. Por outro lado, a vida religiosa no Quilombo é um fator importante de interação entre os moradores do bairro, que participam conjuntamente das missas, das rezas e das festas de santo. Dentro das atividades religiosas no Quilombo, entretanto, estabelecem-se algumas hierarquias, já que nem todos os membros participam igualmente da confraria de S. Vicente, da organização das festas ou das atividades do culto. Dentro deste campo ocorrem, portanto, algumas disputas de poder e de prestígio. O papel de D. Luzia e dos membros de sua família dentro desta hierarquia parecem oscilar entre períodos de maior e de menor participação e reconhecimento. É neste campo que D. Luzia se percebe discriminada. Num momento de queixa, lembrou o fato de que, num dos anos anteriores, os organizadores da festa da padroeira impediram-na de apresentar seu grupo de congada, dizendo que não havia mais tempo para inserir a apresentação na programação da festa.

O estabelecimento de uma relação amigável com o padre e a possibilidade de atuar ativamente nas atividades da igreja são a medida, para ela, de sua aceitação no bairro. Tanto que, tendo vivido um intervalo de tempo num bairro de Santo Antonio do Pinhal, disse que esse foi um período muito feliz, porque o padre era muito amigo seu e lá ela dava aulas de catecismo e organizava festinhas para as crianças da paróquia.

Por outro lado, a igreja de católica de S. Bento do Sapucaí organizou, no início dos anos de 1990, uma 'pastoral da negritude'. Nos rastros da comemoração dos cem anos da abolição da escravidão, esta foi uma iniciativa da Igreja Católica em muitas regiões do país. Organizada como um fórum de discussão da condição do negro na sociedade brasileira, em São Bento o grupo se reunia uma vez por semana na Igreja de São Benedito. O material impresso usado nestas discussões, mostrado a mim por D. Luzia, questiona o mito da harmonia racial no Brasil, o culto à princesa Isabel e a outros heróis nacionais, como Rui Barbosa, que teria mandado queimar todos os documentos referentes à negociação de escravos no Brasil. Este mesmo material sugeria a figura de Zumbi

como símbolo da resistência e da consciência negra e a data de vinte de novembro, morte de Zumbi, como referência autêntica de luta.

D. Luzia conta que a pastoral teve pouca repercussão entre a população negra da cidade:

Olha, negro aqui tem bastante, sabe? (em S. Bento) só que tem muitas pessoas assim que são muito desligadas. A gente queria que todo mundo fosse assim uma pessoa ... que mostrasse...você são negros, vamos pegar uma coisa assim, uma cultura do tempo dos escravos, a gente queria que fosse assim, mas muita gente parece que não quer...

Se não atingiu a população negra como pretendia, a pastoral repercutiu de forma positiva em D. Luzia, que participou dela durante toda sua existência. A pastoral ofereceu-lhe subsídios para articular um discurso sobre negritude e afirmação racial:

...a gente vê que a cor da gente é aquilo. A gente é negro, gente! (...) Cada um tem uma raça. Raça branca, raça negra, raça japonesa ou o que for, é raça. (...) Eu, vergonha por que? Se eu sou do jeito que eu sou tem que dar graças a Deus! Da gente ser uma raça negra e ser até, graças a Deus, estimada. Não só a gente. Começou desde os tios e a mãe da gente, vó da gente, era uma raça de gente muito estimada..

A valorização de aspectos da cultura negra era um dos instrumentos desta pastoral, que agora D. Luzia utiliza para instituir também um diálogo sobre a diferença e marcar a especificidade da sua posição dentro do contexto criado no Bairro do Quilombo a partir do momento em que ele se torna um lugar de interesse turístico e cultural.

Os estudos sobre etnicidade, principalmente a partir de Frederick Barth, iluminam a maneira como, a partir da diferença, “elabora-se um diálogo com a própria experiência” através da manipulação e da resignificação cultural. Assim, a cultura, a história e as ‘tradições’ são lidas como elementos de inclusão e exclusão. Definidores de fronteiras, estes elementos são tomados não como

diferenças objetivas, mas como ‘elementos tornados significantes ou não’ no contexto de interação entre grupos. A partir do estudo de Manuela Carneiro da Cunha entre os brasileiros em Lagos, entretanto, a questão da identidade é tomada não só como um critério de distinção e classificação, mas como um ‘lugar de enfrentamentos’. Nesse sentido, a ‘tomada de consciência da diferença’ exerce uma função política. O apego a determinados aspectos culturais ou históricos operam no sentido de selecionar os sinais diacríticos dotados de inteligibilidade dentro da situação enfrentada pelo grupo, funcionando como uma linguagem através da qual este grupo não só comunica, mas também reivindica sua posição frente aos demais. (Schwarcz, 1999)

No bairro do Quilombo, a escolha da festa do 13 de maio e de seus rituais em torno dos santos católicos, as muitas referências de D. Luzia ao passado de escravidão dos avós ou às dificuldades de sua vida de agregada, bem como a sua ênfase em uma culinária do tempo dos escravos, são aspectos de sua história que ganham todo o sentido dentro do contexto do bairro, tanto pelo que ele representa enquanto atração, quanto pelas características mesmas de sua organização social⁴¹. Durante esses dois primeiros anos em que acompanhei o 13 de maio de D. Luzia, a festa dependeu de um esforço e de um investimento bastante considerável da parte dela e de seu grupo de parentes. Seu tempo, sua energia, seu espaço físico, a mobilização de sua família e de sua rede de relações é que, combinados, puseram o evento a funcionar. Se dentro do espaço turístico do Quilombo este evento adquire significado na medida em que transforma uma certa ‘história’ em espetáculo, legitimando-a, para o grupo que o celebra os significados extrapolam esta dimensão, ainda que ela também esteja presente. Acompanhando a trajetória de D. Luzia e de seus familiares dentro do bairro é difícil negar que estes esforços, que esta celebração de sua negritude tenham um sentido político. A atividade turística é uma atividade econômica e, como tal, sua implantação no bairro exerce fascínio entre seus moradores, na medida em que

⁴¹ Conversando com uma jornalista da vizinha cidade mineira de Paraisópolis, em 2003, durante uma festa do 13 de maio no Quilombo, ela se mostrou admirada com o ‘arcaísmo’ da festa e suas congadas, quando comparadas aos movimentos de afirmação de negritude em sua cidade, que se dão em tono da cultura Hip-Hop. Aqui mais uma vez vemos, portanto, que os ‘traços’ escolhidos para realçar a diferença dependem antes do contexto dentro do qual se está dialogando.

ela pode significar uma possibilidade a mais de ganho econômico para muitos deles. Esta possibilidade, entretanto, não pode ser utilizada para justificar todo o trabalho que envolve a organização desta festa, até porque seu público maior vinha sendo, até então, os próprios vizinhos do bairro, alguns moradores da cidade e os familiares de D. Luzia que vêm para a celebração.

Não podemos deixar de notar, entretanto, o desembaraço com que o grupo recebe os pesquisadores e jornalistas que o procura, atraídos pela festa. O grupo não desconhece a atração que exerce sobre estes curiosos e nem o prestígio que isso lhes confere. Desse modo, a festa do 13 de maio, na maneira com vem ocorrendo, representa a inflexão destes dois planos: o da relação cotidiana deste grupo com os moradores do bairro e o plano da apropriação deste evento para fins turísticos. A festa do 13 de maio no Quilombo, tal como vem se realizando, pode ser pensada então em suas múltiplas dimensões: concorrem para a sua existência e permanência tanto as possibilidades abertas pelo turismo, como o modo como se constituem as relações inter-étnicas no bairro e na cidade.

Entre tempos de festa - tempos novos

Voltei a participar da festa no ano de 2003. Agora ela é realizada sempre num fim de semana de maio que permita a vinda e a participação dos grupos de Taubaté, já que estes participam de eventos semelhantes em outras cidades da região. Sua organização também sofreu enormes mudanças. Dona Luzia ainda é a festeira. Ajudada em primeiro lugar pelo marido e os filhos, ela organiza todo o evento. Convida um grupo de Moçambique de Taubaté para se apresentar; um grupo de congada de Gonçalves, formado por tios e primos seus; promove a apresentação de seu próprio grupo de congada de crianças. Também participam da festa a banda de música da cidade e um grupo de capoeira formado no próprio bairro. A refeição passou a ser preparada e servida na casa da Santa, em frente à praça do Quilombo, por mulheres e homens do bairro.

O cortejo enriqueceu-se. Sai da casa de dona Luzia agora com o acompanhamento do padre - que já não é o mesmo dos anos anteriores - o andor de Nossa Senhora de Fátima, a bandeira de São Benedito, crianças

vestidas de anjos e as oferendas de alimentos. D.. Luzia vem vestida de branco, com uma coroa na cabeça e seu marido vem apumado num terno, trazendo o seu violão. Suas filhas e netas vêm vestidas em longos e brilhantes amarelos e laranjas, os filhos muito ajeitados. Seguem pela rua, sob o olhar de visitantes, amigos, vizinhos e repórteres. D. Luzia tem o ar solene de quem cumpre uma responsabilidade, as meninas, os anjos e o marido cumprem sua parte, com mais ou menos compenetração. Pouco depois de saída a procissão, onde as mulheres cantam em voz aguda *...Ao treze de maio na cova da Iria, no céu aparece a Virgem Maria. Ave..Ave.. Ave Maria; Ave...Ave.. Ave Maria...*, a banda vem ao encontro do grupo que desce em direção à igreja, posicionando-se ao seu final. A procissão segue rua abaixo, agora sob o som dos sopros metálicos da banda, onde um menino de nove anos vibra os pratos com grande energia, sem perder o ritmo, e pouco antes da igreja se encontra com o grupo de Moçambique, que se junta ao cortejo. Entram, pela porta lateral da igreja, o padre e a banda. As mulheres que levam o andor entram na igreja já cheia e o colocam ao lado do altar. D. Luzia e as filhas, com as cestas e peneiras de oferendas, entre chuchus, abóboras e ramas de mandioca, entram pela porta principal e se colocam num dos bancos da frente.

A missa tem início, enquanto no lado de fora da igreja, muita gente se movimenta entre os espaços do terreiro e da rua. Meninos do Moçambique, rapazes e moças da capoeira, visitantes e moradores, e um carro de lanches que invade a praça e se arruma para vender pizza e refrigerante. A polícia mantém um carro, com dois homens atentos, em um canto da praça. Na rua de entrada do Quilombo um jovem casal descarrega um equipamento de gravação sonora e filmagem, de um carro. Estão fazendo um documentário sobre a festa. A igreja está lotada. O padre veste um quipá (chapéu sem abas em tecido) no estilo africano e o retira, durante a cerimônia, apenas nos momentos mais solenes. Assim como o antigo padre Robson, este também é mulato, porém mais jovem. Seu discurso oscila entre o apoio à afirmação identitária dos negros e o apelo à uma 'verdadeira' libertação: a libertação espiritual, a libertação pelo amor. O padre se mostra amistoso e brincalhão, fazendo as recomendações de praxe, sobre a

importância da família, da fraternidade e da busca da liberdade espiritual. Agradece a presença do prefeito e os esforços de D. Luzia. No altar, um pouco ao alto, uma faixa onde aparecem dois pulsos negros quebrando as correntes que os prendem e os dizeres: Viva 13 de maio e a libertação dos escravos. No ofertório, como em outros treze de maio, o grupo de D.Luzia percorre os corredores da igreja cantando, tocando e dançando com seus cestos e peneiras de frutos da terra.

É digno de nota o papel da igreja no que concerne ao apoio à festa. Nos anos anteriores a igreja, através do padre que a representava, olhava com desconfiança para esta manifestação, por um lado festiva – e até certo ponto profana - e por outro lado étnica, pois que sublinhava diferenças e desigualdades. Este mesmo padre fazia ainda questão de ressaltar que não era favorável ao uso da celebração religiosa como parte de um espetáculo que extrapolava a devoção. No momento atual (2003) a igreja se alia de maneira mais participativa nesta mesma festa, tomando parte na procissão e inserindo nas falas da cerimônia religiosa, referências às manifestações identitárias como manifestações positivas, e referências à luta pela igualdade e liberdade. Entretanto, reafirma o padre, a verdadeira liberdade é a liberdade espiritual, que se situa acima das diferenças sociais ou étnicas. Dignas de nota também a participação do prefeito, da banda de música e da infra-estrutura montada para apoiar o evento, já que nos anos anteriores as autoridades da cidade não tomavam o mínimo conhecimento desta festa ou, se tomavam, não ofereciam qualquer tipo de apoio.

Terminada a missa, as pessoas se espalham pelo terreiro onde, a um canto, o grupo de Moçambique toca e dança, enquanto a banda, sob um grande toldo montado na praça, toca seus sopros e percussões. Os sons se sobrepõem e se confundem, numa certa algazarra. Gente de todas as idades cruza o terreiro, conversa, ri, assiste às apresentações. Na casa da Santa o grupo da cozinha está terminando o almoço, controlando a entrada de pessoas na cozinha. O fotógrafo de uma revista que está cobrindo a festa, tira fotos do Moçambique, enquanto a repórter entrevista pessoas e observa o correr da festa. A banda para de tocar e entra na casa da Santa, onde irá almoçar ao lado de outros convidados ilustres.

Do lado de fora, uma grande fila se forma, enquanto as panelas saem pelo portão lateral da casa da Santa, carregadas até o pátio coberto em frente a igreja, onde será servido o almoço a todos os presentes. Panelas de macarrão, feijão, frango assado e farofa. Depois, doce de abóbora e batata doce.

Na rua de cima da praça as mulheres artesãs do Quilombo armaram pequenas mesas onde expõem seus produtos. A casa de Ditinho permanece aberta e pronta a receber visitantes. Num canto da praça, os meninos e moças da capoeira tocam e brincam. No bar, ao lado da igreja, homens do lugar tomam cerveja, conversam e cantam ao som de uma viola. E assim a festa se estende ao longo da tarde.

À noite acontece um baile na praça. Agora, os jornalistas, documentaristas e visitantes já não estão presentes. Os moradores do bairro comparecem em peso, independentemente da idade. Outros moradores da cidade, jovens em sua maioria, também vão chegando à medida que a noite avança. Um palco foi montado ao ar livre, com os equipamentos de praxe para uma banda de baile: luzes, microfones, alto-falantes. A banda, profissional, toca um repertório de músicas de um forró contemporâneo. No pequeno pátio da praça, alguns moradores vendem quentão, cerveja e refrigerantes. As pessoas dançam no chão de terra batida e grama rala. Se não dançam, ficam no entorno, conversando. Estão em casa. Um carro de polícia permanece estacionado a um canto, mas o clima é de extrema tranquilidade. Não há baderneiros no “baile dos pretos”.

Não sendo nascida no bairro nem possuindo ascendentes que o tenham sido, D. Luzia evidentemente não é descendente dos ex-escravos que teriam, supostamente, dado origem ao lugar. Entretanto vem assumindo com considerável esforço o papel de representá-los. A festa do 13 de maio, que se constitui no momento máximo desta representação, era organizada por ela de forma intermitente e tinha pouca repercussão até 2000. Era um evento familiar e local. A medida, entretanto, que crescem os investimentos da administração local no bairro do Quilombo, cresce também o apoio que esta mesma prefeitura concede à festa. Vimos que, em 2003, o prefeito está presente na missa e o

próprio padre que a conduz participa dos festejos, acompanhando o cortejo e vestindo-se a caráter.

Hoje a festa do 13 de maio vem se consolidando enquanto símbolo do passado escravo que o bairro é chamado a representar e como tal atrai a atenção de jornalistas e produtores culturais que se situam para além das fronteiras da região. Agentes culturais que, por sua vez, ajudam a consolidar o papel deste evento no contexto do bairro e da história que ele representa. Seu prestígio e seu potencial turístico cultural não só modificou a relação das autoridades da igreja e da administração municipal para com o evento, como também é utilizado por um grupo de artesãs do bairro que, durante seu desenrolar, aproveita a movimentação dos turistas que já são atraídos pelo evento, para expor seus trabalhos. Curiosamente, entretanto, em minhas consultas recentes através da Internet noto que, ao se referirem ao Quilombo, as páginas de divulgação turística da cidade não fazem qualquer alusão à festa, que só consta dos roteiros turísticos da cidade dentro da alusão genérica à “danças folclóricas”, sem que sejam estipuladas em que data e nem dentro de que contexto tais danças podem ser apreciadas.



FINAL

As construções e reconstruções do bairro do Quilombo, a apropriação de suas festas, de imagens exemplares de sua vida cotidiana, da distribuição espacial de suas edificações e roças bem como o envolvimento maior ou menor de seus moradores merecem ainda uma última consideração analítica, que pode ser estendida também ao município de que o Quilombo é parte.

Ao nos reportarmos ao turismo e suas práticas, é quase inevitável que utilizemos o termo 'paisagem' para nos referirmos ao ambiente natural, ao ambiente rural apropriado pelo turismo, ou mesmo ao ambiente urbano. Seu uso corrente naturaliza as impressões produzidas pela topografia ou pelos arranjos espaciais, como se deles emanassem qualidades essenciais capazes, por si mesmas, de excitar nossa sensibilidade.

Ao retomar a gênese da idéia de paisagem, tal como surge na história da arte, Zukin nos lembra que a paisagem é, antes de tudo, uma ordem imposta ao meio social, estruturada em torno das instituições dominantes, e por elas ordenada. Se tais instituições imprimem um caráter monumental a certas paisagens, como as antigas fazendas de café no vale do Paraíba, as dezenas de igrejas nas cidades coloniais, os edifícios das grandes corporações econômicas das cidades modernas, ao seu redor, gravitando sob seu poder estabilizador uma miríade de grupos sem poder se estabelece, tecendo suas trajetórias em conformidade com esta estruturação do espaço, cujo controle está situado além de seu alcance. Assim, o sentido de uma paisagem é sempre dual, diz a autora,

pois reflete esta assimetria de poder, ao mesmo tempo em que a integra num conjunto coerente. (Zukin, 2000)

Por outro lado, uma paisagem é sempre o resultado de um enquadramento visual, ou nas palavras de Zukin, do poder de impor uma perspectiva. E neste sentido incide tanto sobre a percepção cognitiva quanto sobre a apropriação material do espaço. Este poder está associado hoje ao 'fluxo de capitais' que, a partir de um repertório variado, impõe perspectivas múltiplas de apreensão do espaço material, cabendo ao mercado fazer a mediação entre as imposições do capital e a organização local estabelecida e fixada pelos rituais e práticas sociais cotidianas, provocando rupturas nessa ordem. (Idem, 2000)

A partir destas colocações podemos dizer que, ao acompanhar os processos de inserção do Bairro do Quilombo e do município de São Bento no mercado turístico, estamos descortinando também alguns mecanismos através dos quais estas reorganizações espaciais impostas pelo capital se estabelecem. É ainda Zukin quem vai apontar o papel dos intermediários culturais neste processo. Intelectuais, artistas e historiadores, entre outros, são as categorias sociais responsáveis por chamar a atenção para as potencialidades 'visuais' de determinados espaços ou arranjos sociais. Nesse sentido, esta dissertação apenas confirma o já constatado.

Estes reordenamentos espaciais ou redefinições do lugar não se dão, entretanto, sem a resistência daqueles que os ocupam e que nele mapearam sua biografia. Lembremos as observações de D. Isaura com respeito ao apego de alguns moradores da cidade a certos 'costumes ultrapassados' que os prendiam a antigos hábitos e práticas religiosas e os impediam de aceitar o 'novo'. Lembremos também a resistência de alguns moradores da zona rural em trabalhar numa pousada recém instalada em seu bairro, por se verem com isso obrigados a mudar seu ritmo semanal de trabalho e descanso. A própria igreja, instituição que detém ainda grande poder sobre a população local, percebe estas mudanças como uma ameaça, ainda que acabe por se aliar a elas em situações como a da festa do 13 de maio.

Esta ‘antiga’ organização sócio-espacial do lugar, representada por uma São Bento do Sapucaí ou por um bairro do Quilombo anteriores ao processo que descrevemos detinha, entretanto, seus próprios mecanismos de inclusão e exclusão social, ou antes sua própria hierarquia, atualizada por praticas cotidianas e pelo discurso moral ou religioso. Nesse sentido, o reordenamento da ‘paisagem’ do Quilombo oferece uma nova linguagem através da qual alguns de seus moradores podem ‘dizer’ sua diferença e marcar novas posições dentro do campo das relações sociais do bairro, o que não era possível dentro da organização anterior. Assim, à lógica do ganho econômico representado pela adoção do turismo, se somam possibilidades de um rearranjo nas relações de poder entre os moradores locais, como é o caso de D. Luzia, que abraçou as representações da memória escrava do bairro e fez de seu evento um instrumento não só de afirmação identitária, mas de ganho de prestígio.

No que concerne ainda á D. Luzia, gostaria de chamar a atenção para os arranjos inesperados de que ela lança mão para inserir seu projeto de representação escrava num campo de relações até certo ponto resistente à ele. Mobilizando a colaboração da vizinhança através de hábitos já existentes, mobilizando sua rede de parentes de dentro e de fora do bairro e simultaneamente manipulando o interesse que sua própria condição de mulher negra, portadora de um ‘capital’ cultural valorizado, desperta em pesquisadores – como eu – jornalistas ou documentaristas ávidos por ‘singularidades’, ela transforma um evento até então pouco significativo em uma festa cuja repercussão parece só aumentar.

Assim, ainda que Ditinho Joana reiteradamente afirme sua ascendência escrava, a representação dessa condição por parte de D. Luzia tem um efeito simbólico muito maior. Os Joana se vêm e são vistos como brancos dentro do bairro e seu passado escravo é apenas um detalhe a mais dentro das narrativas que constroem sobre o passado de trabalho, festas e mutirões no bairro. Já com D. Luzia, os sinais desta condição podem ser ‘lidos’ não só na marca indisfarçável da cor da pele, como em seu discurso carregado de emoção sobre a trajetória de sua família e mesmo no arranjo espacial de sua casa.

Com tudo isso, gostaria de partilhar com meus possíveis leitores das angústias que acompanharam todo meu trabalho de campo e o processo mesmo de redigir esta dissertação. Disse, na introdução deste trabalho, que uma de minhas decepções ao conhecer o bairro do Quilombo estava associada ao fato de que ali, nada correspondia às expectativas que eu havia criado sobre o bairro através da leitura de uma descrição dele. Ainda quando vislumbrei a possibilidade de analisar o bairro sob outra ótica, o incômodo permaneceu. Afinal, as apropriações mercadológicas que o turismo opera, as mudanças sociais que ele provoca, a banalização das diferenças e especificidades que resultam de sua ação sobre os diferentes lugares onde se instala me fazem vê-lo como mais um mecanismo de invasão da 'lógica do capital' sobre todas as dimensões de nossas vidas.

Conversando sobre esse assunto com Ditinho Joana certa vez, ele argumentou que, se não fosse através do turismo, as belezas das antigas 'tradições', que ele traduzia através de seu trabalho e das práticas festivas que reproduzia, estariam perdidas, já que estas práticas não encontravam mais lugar na vida cotidiana das pessoas do bairro. De certo modo ele tem mesmo razão. Lembro ainda, que nesta época, eu havia me impressionado com o entusiasmo com que S. Toninho, então com 74 anos, me reproduzia suas memórias das festas que vivenciou no bairro e as 'toadas' da Recomenda das Almas e do Mutirão; cantando-as com sua irmã em duas vozes de uma afinação e harmonia impressionantes. De que outra forma ele asseguraria ouvidos atentos às suas lembranças e experiências neste período da vida em que rememorar pode ser a atividade social mais significativa?

Por outro lado, lembro as conversas calorosas com D. Luzia e suas filhas, todas entusiasmadas com as novas possibilidades colocadas por este 'progresso' do bairro. O orgulho com que ela desce, a cada ano, a rua que leva de sua casa à igreja, com toda a família à sua volta, levando a bandeira e o andor de São Benedito. A alegria compenetrada com que entra na igreja lotada e vai-se colocar à frente de todos, como a rainha desta festa. Depois, entre danças e música, o prazer de faltar a todos num almoço sem hora para terminar. Com tudo isso, o

trabalho de campo me ensinou a apreciar o Quilombo pelo que ele era então. Pelos seus pequenos dramas cotidianos, por seus mecanismos de solidariedade que ajudam a suportar a condição precária em que vivem seus moradores. Ainda tenho grandes desconfiças quanto à real melhoria prometida pela atividade turística e esperada por seus moradores. Entretanto é inegável, pelo menos neste momento, a alegria com que os moradores do bairro abraçam suas novas identidades como artesãos e como membros da ‘comunidade’ deste Quilombo que guarda ainda tradições capazes de despertar nos seus visitantes sentimentos de nostalgia, admiração ou apenas curiosidade.

O fato de nos situarmos em uma posição periférica dentro do mapa de distribuição do poder econômico no globo, o fato de definirmos nossa especialidade enquanto antropólogos a partir da relação intersubjetiva que se constrói no ‘campo’, o fato de estarmos também cada um de nós sujeitos a lógica perversa do capital que, sabemos por contingência de nosso campo, é uma estrutura historicamente construída e, portanto, passível de desmonte, faz de muitos de nós, cientistas sociais em geral e antropólogos em particular, os porta-vozes de reiteradas denúncias às mazelas desse sistema, que nunca param de se multiplicar.

Mas afinal, contra quem estamos lutando? Se facilmente identificamos e nos identificamos com aqueles que estão involuntariamente sujeitos a esta ordem, difícil é identificar a pessoa do inimigo. Afinal, este poder acéfalo é também a gramática disponível com que nossos sujeitos de campo expressam a sua posição. Se estamos de alguma forma sujeitos às estruturas desta linguagem, seu usos, entretanto, é que pode ser inusitados.

Lembremos de um lado, as análises de Weber no tocante às condições que favoreceram a consolidação do sistema capitalista no ocidente. Uma destas condições, ele diz, é a emergência da racionalidade como método de trabalho. Racionalidade semelhante à que orienta nossas próprias análises, se me é permitida uma aproximação talvez simplória. O antropólogo e historiador francês Michael de Certeau, por seu turno, refletindo sobre questões de assimetria de poder dentro da sociedade contemporânea, dirá que os poderosos articulam suas

ações através de estratégias, ou seja, de ações racionais de longo alcance, enquanto aos sem poder, por que sem poder, cabe não só resistir mas em alguns sentidos subverter a ordem assim imposta através de ações desarticuladas, não racionais, de táticas que emergem como ações localizadas, dispersas, como 'bricolagens' no sentido dado ao termo por Lévi-Strauss. Esta perspectiva parece oferecer uma possibilidade alentadora, na medida em que percebe nos usos inesperados de espaços, produtos e símbolos concebidos no âmbito das instituições representativas do poder, práticas dotadas de um sentido político. Aparentemente, entretanto, nesta perspectiva, a assimetria se mantém, já que faltaria a estas ações pontuais a 'racionalidade' própria dos sistemas dominantes. O que vimos no Quilombo, entretanto, é estes realinhamentos espaciais serem utilizados pelos moradores do bairro a seu próprio favor. Interpretando estas mudanças a partir de suas próprias experiências, utilizando estes realinhamentos para estabelecerem novas posições, estas personagens alteram suas relações também com as instâncias de poder estabelecidas no município, impondo neste campo seus próprios significados.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, PAULO R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: *Terra Livre*, São Paulo, nº 15, págs. 87-112, 2000.
- BARBOSA, WALDEMAR DE A. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Minas Gerais, 1972.
- BARTHES, ROLAND. *Mitologias*. 9ª edição - Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1993.
- BOSI, ALFREDO.(org.) *Cultura Brasileira: temas e situações*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
- BOSI, ECLEA. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: TAQ, 1979.
- BOURDIEU, PIERRE. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: editora da USP, 1996.
- BRANDÃO, CARLOS RODRIGUES. *A Partilha da Vida*. São Paulo, Geic/Cabral Ed., 1995.
- CAMPELO, A. *O autêntico e o banal: como descrever a experiência turística?* <http://www2.ufp.pt/units/ceaa/turismo2.htm> 1999.
- CANCLINI, NESTOR G. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. 3ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2000
- CANDIDO, ANTONIO. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CHOAY, FRANÇOISE. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- COHEN, ANTHONY P. *The Symbolic construction of Community*. London & New York: Routledge, 1990.
- CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA. *Negros Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo:Brasiliense, 1985.
- DE CERTEAU, MICHEL. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- DE CERTEAU, MICHEL. *A Cultura no Plural*. Campinas SP: Papirus, 1995.
- DONAIRE., J.A. 1998 “La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales”. *Sociedade e Território*. Nº 28. Agosto. Porto: 55-68.
- EGAS, EUGENIO.(org.) *Os Municípios Paulistas: publicação oficial*. São Paulo, 1925.
- FARIAS, EDSON. “Direções Analíticas no Estudo do Nexo Cultura Popular, Entretenimento-Turístico e Civilização Moderna”. In: LUCHIARI, MARIA TEREZA D. P (org.) *Turismo e Meio Ambiente. Vol. I*. Campinas, IFCH – UNICAMP, textos didáticos, 1997.
- FELDMAN-BIANCO, BELA. História e Poder Local. In: ARANTES, ANTONIO A. *Produzindo o Passado: estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- FELDMAN-BIANCO, BELA. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- FELDMAN-BIANCO, BELA e HUSE, DONNA. Entre a Saudade da Terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas. In: BRANDÃO, CARLOS R. (org.) *As faces da Memória*. Campinas, SP: Centro de Memória, UNICAMP
- FORTES, MARIA ESTER P. *No Rancho Fundo: Lugares de Memória no bairro do Quilombo*. UNICAMP:IFCH – monografia de conclusão de curso - 2000
- GEERTZ, CLIFFORD. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Nova Zahar ed. , 2001.
- HALL, STUART. *A questão da Identidade Cultural*. Textos Didáticos IFCH. Campinas: UNICAMP, 1995.
- HARVEY, DAVID. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- HOBBSAWN, ERIC e RANGER, TERENCE (org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LARA, SYLVIA H. *Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos*. In: REIS, JOÃO J. e GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS.

Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

LUCHIARI, MARIA TEREZA D. P. *O Lugar no Mundo Contemporâneo: Turismo e Urbanização em Ubatuba, SP.* Unicamp, IFCH : Tese doutorado, 1999.

MACHADO, IGOR DE J. R. *Dias em Movimento: Espaço e Poder em uma 'comunidade-dormitório' mineira.* Campinas, SP: UNICAMP:IFCH, dissertação de mestrado.

MOURA, MARGARIDA M. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e herança numa área rural.* São Paulo: HUCITEC, 1978.

O'DWYER, ELIANE C. (org.) *Terra de Quilombos.* CFCH/UFRJ: ABA , 1995.

ORTIZ, RENATO. *Um outro Território – Ensaio sobre a Mundialização.* São Paulo, Olho d'Água, 2000 (1996)

PINHO, OSMUNDO S. de A. *Descentrando o Pelô: Narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador.* Unicamp, IFCH: dissertação de mestrado, 1996.

QUEIROZ, MARIA ISAURA P. *Bairros Rurais Paulistas: Dinâmica das relações bairro rural-cidade.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

REIS, JOÃO J. e GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo, Cia das Letras, 1996.

SAPUCAIAS, OS. *São Bento do Sapucaí – Fatos Históricos e seu quadro atual.* Mimeo, 1986.

SERENO, EUGENIA. *O pássaro da Escuridão: Romance antigo de uma cidadezinha brasileira.* 5ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Brasília: INL, 1984.

SCHWARCZ, LÍLIA K. M. Questão Racial e Etnicidade. In: MICELI, SERGIO(org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) Antropologia (Vol. I)* São Paulo, Ed. Sumaré:ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

SILVA, ISAURA AP. DE L. *Pedra do Baú: um mito, uma maravilha, uma justiça.* São Paulo: Bianchi editores, 1988.

SILVA, ISAURA AP. DE L. *São Bento do Sapucaí: Tradição e Cultura.* Paraíso MG: Ed. Paraíso gráfica, 1994 (?)

SILVEIRA, MARIA L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. IN: RODRIGUES, ADYR B. (Org.) *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SOUZA, MARINA DE M. e. *Parati: a Cidade e as Festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ : Tempo Brasileiro, 1994.

THOMAS, KEITH. *Man and the Natural World: Changing attitudes in England 1500-1800*. Penguin Books LTD., 1987.

URRY, JOHN. *O Olhar do Turista – Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Studio Nobel, SESC, 1999.

VOGT, CARLOS e FRY, PETER. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

WILLIAMS, RAYMOND. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

YATSUDA, ENID. O Caipira e os outros. In: BOSI, ALFREDO. (org.) *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. 4ª ed. – São Paulo: Ática, 2002.

ZALUAR, ALBA. As Mulheres e a Direção do Consumo Doméstico: Estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas, In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZUKIN, SHARON. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, ANTONIO A. (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.